

#### 4 REVISTAS PARA QUE FAMÍLIA?

A família está mudando. Neste mundo de transformações cada vez mais intensas e aceleradas, a família vinha se mantendo como um núcleo de resistência. Mas agora ela também foi atingida e até ameaçada pela busca de novas soluções.

*Revista Pais & Filhos, n. 2, out. 1972, p. 46*

Halina Laufer, redatora da equipe de *Pais & Filhos*, retomou no trecho em destaque um argumento recorrente na discussão acerca da família no século XX - as intensas transformações vivenciadas pelas famílias no contexto da sociedade urbana industrial. Para Laufer, tal contexto era indicativo da concessão ao mundo acelerado e ameaçado de destruição. A família foi descrita, então, como núcleo de resistência, entendimento que condiz com o conceito de família nuclear, composta por mãe, pai e filhos/as.

No caso específico das famílias do Brasil, estudos como os de Eni Samara (1989; 2002), Mary Del Priore (2012) e de Nathalie Itaboraí (2015) demonstram a complexidade de arranjos familiares existentes no Brasil, variáveis de acordo com os momentos históricos, regiões e grupos socioeconômicos em foco. Ressalta-se que esta investigação analisa as representações de família divulgadas por meio do impresso examinado, articuladas aos modelos ideais construídos pelos diversos grupos sociais à época. Não se trata, então, da análise de famílias reais, sempre diversas e plurais.

Com Prado (1985), afirma-se que a chamada “crise da família” está associada ao contexto amplo de transformações sociais, no qual se distinguem dois momentos conflituosos na história recente. O primeiro estaria ligado à revolução industrial, que há três séculos transformou profundamente alguns países e afeta, ainda hoje, outros que estão em vias de realizar algum tipo de revolução. O segundo momento concerne aos países que atingiram um alto estágio de desenvolvimento técnico e econômico. Segundo a autora, a crise ocorreu pela impossibilidade de implementar, a despeito da diversidade de conjunturas familiares, um caminho de generalização do tipo de família nuclear.

De fato, o debate acerca da “crise da família” não é algo recente. Christopher Lasch, por exemplo, já tratou do assunto ao examinar a tradição de estudos sociológicos do século XIX que influenciou as políticas sociais e a “destrutiva influência de certos planos de ação, as chamadas profissões assistenciais, sobre a família” (LASCH, 1991, p. 20).

Também no Brasil, um sentimento de nostalgia das imagens clássicas de família foi verificado na recorrência à imagem da “família patriarcal”, aquela em que o pai tem o controle da casa, o direito prioritário sobre os filhos e o poder sobre a pessoa de sua esposa. A despeito das descontinuidades históricas, observou-se a valorização da família patriarcal em *Pais & Filhos*, conforme ilustra o artigo “É mais fácil criar os filhos hoje?”:

O pai à antiga, que fazia e desfazia em casa, é uma figura do passado: agora, nos pequenos apartamentos, não há sequer base física para ele sobreviver. Os filhos ganharam mais liberdade. Mas a vida moderna, com sua luta, gerou outro problema: a ausência do pai ou mesmo da mãe. A aventura familiar é mais difícil em nossos dias, mas é possível criar os filhos tão bem quando antigamente. [...] Até onde o interior do Brasil terá mudado com o impacto das comunicações? O rádio, a televisão – e também as estradas, o ônibus, o avião, todo o cortejo desta nossa civilização do conforto e da violência – tudo isso terá repercutido de maneira mais ou menos parecida no mais fundo da província brasileira. Mas a repercussão terá graus diversos de amplitude e nem sempre, em mais ou menos larga escala, terá bagunçado o coreto da sociedade patriarcal, por aí além. Quero crer que a estrutura da família, fundada na autoridade do pai e mantida por um vivo sentimento permanecerá ainda substancialmente a mesma por este vasto Brasil (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 1, set. 1970, p. 51, grifo nosso).

Vê-se que a revista já sinalizava a dificuldade de criar os filhos na sociedade moderna, especialmente no que diz respeito à mudança nos papéis vivenciados por pais e mães. Otto Lara Resende, escritor e membro da equipe editorial da publicação que assinou o artigo, abordou os problemas enfrentados principalmente pelas camadas médias da sociedade, como a restrição dos espaços das moradias, em que prevaleciam os apartamentos, e a ascensão das mídias.

O articulista criticou o contexto contemporâneo e descreveu-o como “sociedade permissiva” em comparação ao seu tempo, em que teria predominado a dita “sociedade patriarcal”. Por outro lado, procurou assinalar que ambos os momentos tiveram seus aspectos positivos e relativos.

Hoje, como ontem, não é fácil criar os filhos, na medida que exigem de nós atenção, devotamento, sacrifício. Os filhos são inimigos jurados do nosso egoísmo. Hoje, como ontem, porém, será fácil educá-los, se entre pais e filhos se lançar a única ponte que aproxima os seres e torna possível as mais ásperas missões. Claro, refiro-me ao amor (Ibid., p. 58).

Na perspectiva do autor, a criação dos filhos de “ontem” e de “hoje” deveria ser marcada pela devoção, atenção e sacrifício para com eles. Vê-se que o amor dos pais foi considerado como a chave para a “boa” educação. Contudo, tais afirmações não podem ser consideradas de modo generalizado e natural, na medida em que discursos como esses, veiculados nas páginas de *Pais & Filhos*, circunscrevem-se à história mais ampla da instituição familiar e da construção do próprio sentimento de amor pelos filhos.

Nos capítulos anteriores, discutiu-se como os campos científicos da Psicologia, da Psicanálise e da Pedagogia foram valorizados por seus discursos especializados e aptos a instruir os pais acerca da educação dos filhos. Neste capítulo, o objetivo é mostrar que a revista *Pais & Filhos*, como representante da imprensa parental, também é peça do jogo de estratégias e táticas que colaboram para a construção e permanência do sentimento moderno de família.

#### 4.1 Linhas que constroem o amor de pais e filhos

##### **Diante de uma criança**

Como fazer feliz meu filho?

Não há receitas para tal.

Todo o saber, todo o meu brilho

De vaidoso intelectual

Vacila ante a interrogação

Gravada em mim, impressa no ar.

Bolas, bombons, patinação

Talvez bastem para encantar?

Imprevistas, fartas mesadas,

Louvores, prêmios, complacências,

Milhões de coisas desejadas,

Concedidas sem reticências?

Liberdade alheia a limites,

Perdão de erros sem julgamento,

E dizer-lhe que estamos quites,

Conforme a lei do esquecimento?

E se depois de tanto mimo

Que o fascinava, ele se sente

Pobre sem paz, sem ânimo,

Forma vazia, amargamente?

Não é feliz. Mas o que fazer

Para consolo desta criança?

Como em seu íntimo acender

Uma centelha de confiança?

Eis que acode meu coração

E oferece, como uma flor,

*A doçura desta lição:*

*Dar a meu filho meu amor.*

Pois o amor resgata a pobreza,

Vence o ódio, ilumina o dia

E implanta em nossa natureza

A imperecível alegria.

(ANDRADE, Carlos Drummond. In: PAIS & FILHOS, n. 2, out. 1984, p. 5, grifo nosso)

*Pais & Filhos* publicou os versos do renomado poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade na edição de outubro de 1984, mês em que se comemora o Dia das Crianças. O texto

ênfatisa a figura do pai, que se mostrava inseguro a respeito de como fazer o seu filho feliz, mesmo após inúmeros presentes e concessões.

A despeito de não haver “receita” para a felicidade, de forma sedutora, o texto aponta ao leitor uma lição: a oferta do amor. Que mãe ou pai não se renderia a esse devoto ensinamento? Todavia, concomitante ao discurso romântico que coloca o amor pelos filhos como algo natural ou até mesmo instintivo, faz-se necessário compreender as dimensões históricas, sociais e culturais da consolidação do amor como fundamento da relação parental.

Na obra *História Social da Criança e da Família*, Philippe Ariès debruçou-se sobre o processo de formação da subjetividade moderna com relação à infância do século XVI ao XIX. Percorreu as representações de infância na transição da Idade Média para a Idade Moderna, em que destacou o papel da escola como uma das instituições construtoras da noção de infância em voga no período.

A civilização moderna é considerada, então, como dependente da educação e, por que não dizer, da escolarização, na medida em que

Possui um sistema de educação, uma consciência de sua importância. Novas ciências, como a Psicanálise, a Pediatria, a Psicologia, consagraram-se aos problemas da infância e suas descobertas são transmitidas aos pais através de uma vasta literatura vulgarizada. Nosso mundo é obcecado por problemas físicos, morais e sexuais da infância. Essa preocupação não era conhecida pela civilização medieval, pois para essa sociedade não havia problemas: assim que era desmamada, ou pouco depois, a criança tornava-se a companheira natural do adulto (ARIÈS, 2012, p. 194).

Esta obra é considerada pioneira nos estudos relacionados à infância, principalmente no que diz respeito ao levantamento e análise das representações de infância em circulação no período de transição entre a Idade Média e a Idade Moderna. Ariès contribuiu, com esse trabalho, para a discussão acerca das mudanças na concepção da infância e nas formas de atuação social da família.

Neil Postman (2012), por sua vez, afirma que Ariès inaugurou o cenário de estudos sobre a infância, ao destacar que a empatia pelas crianças é uma construção histórica, fruto de um desenvolvimento psíquico, peculiar à Era Moderna. Em acréscimo, Jacques Gélis (2006) também identificou, desde o Renascimento, a emergência de um novo sentimento de infância no âmbito da família aristocrática e burguesa, marcado pelo deslocamento na própria visão naturalista de mundo, em que as cidades tomaram vulto e se perdeu a estreita relação com a mãe-terra.

A educação visava moldar as mentes para a sociedade individualista, em que se privatizava a infância na família nuclear, ao mesmo tempo em que se oferecia uma educação

escolar de caráter público. Em síntese, Gélis identificou uma dupla transformação: da família-tronco à família nuclear; da educação pública comunitária e aberta, destinada a integrar a criança na coletividade a fim de incorporar os interesses da linhagem, a uma educação pública do tipo escolar, destinada a integrá-la ao todo da sociedade, facilitando o desenvolvimento de suas aptidões.

A emergência de um sentimento de infância no século XVIII ligava-se às mudanças no sistema de crenças e de estrutura do pensamento, especialmente no que tange à atitude ocidental diante da vida e do corpo. No entanto, deve-se relativizar a ideia de invenção da infância na modernidade, já que

O interesse ou a indiferença com relação à criança não são realmente a característica desse ou daquele período da história. As duas atitudes coexistem no seio de uma mesma sociedade, uma prevalecendo sobre a outra em determinado momento, por motivos culturais e sociais que nem sempre é fácil distinguir. A indiferença medieval pela criança é fábula; e no século XVI, como vimos, os pais se preocupam com a saúde e a cura do seu filho (GÉLIS, 2006, p. 328).

Nesse sentido, faz-se necessária a crítica em relação à compreensão generalizante de infância apresentada por Ariès, na medida em que indica a inexistência do sentimento de infância em tempos anteriores ao período pesquisado, como na Idade Média, e circunscreve essa experiência às sociedades aristocráticas e burguesas do Ocidente.

Moysés Kuhlmann Jr., por sua vez, problematiza o sentido universal que o sentimento de infância parece ter na *História Social da Criança e da Família*, originando-se nas classes mais altas até atingir as classes menos favorecidas economicamente. Para Kuhlmann Jr., Ariès indicou que a escola substituiu a aprendizagem como meio de educação, situação em que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender na vida diretamente, passando a viver uma espécie de quarentena na escola. No entanto, tal separação ocorreu com a cumplicidade sentimental da família, que se tornou um lugar de afeição necessária entre cônjuges e entre pais e filhos: “o sentimento da infância iria do nobre para o pobre” (KUHLMANN JR., 2010, p. 18-19).

Sonia Kramer, no entanto, considera que a investigação de Ariès favoreceu a mudança da concepção de infância, associada às transformações nas formas de organização da sociedade, das relações de trabalho, das atividades realizadas e dos tipos de inserção que as crianças têm nessa sociedade. A autora também lança luz à necessidade de pesquisas e estudos sobre a criança brasileira: “O que de mais importante aprendemos com Ariès diz respeito não aos aspectos específicos da infância no *Ancien Régime*, mas à própria condição e natureza histórica e social do ser criança (KRAMER, 2007, p. 19-20).

Ciente de tais ponderações, interessa a tese defendida por Ariès acerca do desenvolvimento de um sentimento de infância articulado à emergência da família moderna. Para o autor, duas atitudes foram fundamentais para a consolidação dessa realidade: a *papiricação*, sentimento superficial em relação à criança, reservado àquela nos primeiros anos de vida, considerada ingênua, inocente e pura; e a *moralização*, relacionada ao processo de escolarização que toma a criança por ser incompleto e imperfeito, merecedora de cuidados para a preservação de moralidade e garantia de boa educação, promovida por adultos.

No caso específico da publicação investigada, a educação dos filhos baseada em preceitos científicos foi considerada “base efetiva” para manter o bom ambiente familiar:

É perigoso convencer-se, sem bases efetivas, só por palpite, de que você está educando seus filhos muito melhor do que você e seu marido foram educados. Tomar novos caminhos na educação das crianças é, hoje em dia, indispensável. Mas nem por isso deve-se achar que se está muito à frente de seus pais. A compreensão de seus pais poderá aliviar muitas tensões da vida em família. Uma educação bem dosada e bem dirigida tornará seus filhos mais compreensivos em relação a você e as relações ficarão mais fáceis. Se você procura entender seus pais, com mais facilidade vai fazer com que seus filhos compreendam. E é importante lembrar-se sempre que você está lidando com gente de outra geração. Gente que recebe muito mais informações que você recebia em criança. Uma boa educação, amiga e carinhosa e que demonstre que você também respeita seus filhos na medida que quer ser respeitada por eles, facilita o diálogo em casa e, em consequência, a vida em família (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 8, abr. 1974, p. 18).

Recomendou-se, assim, que os pais leitores articulassem a escuta e o respeito às gerações anteriores com as bases científicas apreendidas na leitura da revista. Nesse contexto, os sentimentos afetivos constituíam a “boa educação, amiga e carinhosa” e, novamente, reforçou-se o amor, o carinho e a amizade como principais valores a serem ensinados aos filhos.

Com a finalidade de proteger moralmente a infância visada, estratégias discursivas provenientes dos campos da Medicina, da Psicologia e do Direito contribuíram para a transformação no processo de socialização das crianças. Outrora, transcorria no espaço mais amplo da família extensa e da vizinhança. Na sociedade moderna, a instituição escolar se fortalece no que diz respeito à formação educacional das crianças, enquanto se valoriza o papel das famílias como educadora moral, especialmente aquela nuclear.

O artigo “Relações familiares – a vida em casa”, assinado por Miriam Marreiro e com consultoria da psicóloga clínica Norma Rollas e do psiquiatra e terapeuta familiar Lindemberg Rocha, retoma em breves linhas a perspectiva de família extensa, em contraponto à de família nuclear:

Houve um tempo em que as famílias constituíam, por si só, uma comunidade: os filhos eram muitos, a casa vivia cheia dos primos, tios, compadres. A criança já crescia num ambiente que as estimulava a dividir, a competir, conviver. Hoje, vive-se um tempo mais difícil: a família fragmentou-se, já não há espaço nem condições econômicas que permitam a sobrevivência de núcleos muito grandes (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 2, out. 1976, p. 80).

Vê-se que o aspecto econômico é apresentado como problema dos novos tempos e causa da fragmentação da família. A argumentação dos articulistas da revista em muito se assemelha à ideia de família como “refúgio de um mundo sem coração” (LASCH, 1991), uma síntese do mundo moderno, cada vez mais selvagem e competitivo, graças ao sistema capitalista vigente. Os discursos científicos caracterizam, então, a família moderna como “aquela voltada para si mesma e para os filhos” (LASCH, 1999, p. 177).

*Pais & Filhos* reforça a ideia de família nuclear como “pequeno universo” e “primeiro mundo da criança”, no qual

Ela aprende a conviver com outras pessoas. E desse contato familiar irá depender muito, seu futuro relacionamento com o mundo exterior; na rua, na escola, com as pessoas. Assim, se em seus primeiros anos de vida, a criança crescer dentro de um ambiente familiar fundamentado no amor e na honestidade, certamente ela estará mais preparada para conviver com o mundo que espera além das paredes da casa. A família social e psicologicamente saudável produz filhos saudáveis; ao contrário, uma criança criada entre medo, insegurança e mentira não terá facilidade para elaborar seu relacionamento com a sociedade. E projetará, sobre os que a cercarem, as dificuldades que encontrou na vida familiar (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 2, out. 1976, p. 78).

A família foi, então, estimada por sua função socializadora das crianças, já que atuaria como responsável pelos relacionamentos futuros do indivíduo. Também nesse texto, o amor foi apresentado como fundamento do ambiente familiar, cuja presença propiciaria o crescimento infantil. Todavia, chama a atenção a especificidade da família representada, aquela “social e psicologicamente saudável”.

No final do século XIX e início do século XX, foi marcante a consolidação do lugar da infância no contexto de saberes científicos diversos. A família, por sua vez, foi vista como *locus* responsável pela proteção dos sujeitos contra influências externas e, ao mesmo tempo, era alvo de forte supervisão especializada.

Não se pode negar que o fechamento tático da família em si mesma e a difusão de novas normas sociais operaram uma intensificação da vida familiar. Concentrada em si mesma, mais atenta aos menores detalhes da educação das crianças, o “pequeno universo familiar” já não seria suficiente para a educação dos filhos. Os pais precisariam, assim, conhecer e consumir “tudo o que pode ajudá-los a realizar-se” (DONZELOT, 1980), como é o caso do discurso veiculado em *Pais & Filhos*:

Existem assuntos bastante sérios, delicados, pequenos problemas que se apresentam na vida de quem é pai ou mãe e para os quais se encontram, em geral, poucas fontes de informação e esclarecimento. [...] Há livros de divulgação a respeito publicados também no Brasil – livros que a nossa equipe leu e sintetiza para você, destacando os aspectos principais e dando orientação a mais prática possível. A você fica, apenas, o trabalho de seguir instruções (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 5, jan. 1974, p. 10, grifo nosso).

No editorial em questão, informava-se que o tratamento de questões consideradas mais sérias, delicadas e específicas passariam a ser tratadas em um suplemento fechado, disponível em seu interior. Vale marcar que o conteúdo do suplemento seria fruto da síntese da leitura de publicações especializadas, realizadas pela equipe do periódico. Nesse contexto, os pais leitores foram devidamente caracterizados por uma mera função mecânica de seguir as instruções enunciadas.

Ao trazer à luz um ideal de família que, de um lado, ancorava-se no amor, e de outro, na educação dos afetos, os discursos veiculados na revista teceram a construção desse sentimento a partir de três grandes linhas: a) uma linha civilizatória, que sugeria um modo de “bem educar” os filhos pautado em uma série de procedimentos e condutas; b) uma linha terapêutica, fundamentada na Psicologia e na Psicanálise, que visava construir a família equilibrada e amorosa; c) uma linha médica-higiênica, em que os cuidados físicos, de prevenção da saúde e de medicalização dos corpos da família ocuparam espaço crescente.

A despeito da dificuldade de isolar tais linhas no contexto discursivo, empreendeu-se um exercício de desfazer as tramas que veiculam o sentimento parental e lançar um olhar microscópico sobre cada uma delas, a fim de explorar suas características e manifestações específicas no interior do periódico.

#### 4.2 Amar é... educar: civilizar é preciso?

No âmbito das famílias de classes médias e altas, principal público leitor almejado pela equipe de *Pais & Filhos*, mais do que nunca o filho ocupava o centro da família, sendo objeto de investimentos econômicos, educativos e, especialmente, afetivos. Em uma perspectiva de continuidade de uma representação social consolidada no século XIX, “o filho é o futuro da família, sua imagem sonhada e projetada, sua forma de lutar contra o tempo e a morte” (PERROT, 1995, p. 146).



No período pesquisado, a propaganda da *Caderneta de Poupança do BNH* (Banco Nacional de Habitação)<sup>161</sup> articulou, a um só tempo, uma criança como investimento econômico e afetivo. Ademais, ilustrou a clara recorrência de um discurso voltado para um tipo de família específica, aquela com possibilidades financeiras de consumir o produto em questão:

Figura 68 – Propaganda Caderneta de Poupança BNH



**MARIANA TEM 12 DIAS,  
4 QUILOS, 2 COVINHAS, 1.000 BEIJINHOS  
E CR\$ 2.000 EM CADERNETA.**


O futuro de uma criança começa quando ela nasce. Deixar para pensar no amanhã quando a criança estiver com 12 ou 13 anos é perder um tempo precioso. Por isso, abra uma Caderneta de Poupança para o seu bebê. É a coisa mais sensata que você pode fazer. É a certeza de estar construindo um futuro realmente seguro e tranquilo para o seu filho.

O dinheiro vai crescer tão depressa quanto ele, fortificado com juros ou dividendos e uma sábia correção monetária. Por isso é que se diz que nunca é cedo para abrir uma Caderneta de Poupança.

E nunca será demais o dinheiro que você depositar lá, todos os meses.

Lembre-se: o amanhã ninguém sabe, mas quem poupa sabe.



*Nunca é cedo para abrir uma Caderneta de Poupança.*

O futuro de uma criança começa quando ela nasce. Deixar para pensar no amanhã quando a criança estiver com 12 ou 13 anos é perder um tempo precioso. Por isso, abra uma caderneta de poupança para o seu bebê. É a coisa mais sensata que você pode fazer. É a certeza de estar construindo um futuro realmente seguro e tranquilo para o seu filho. O dinheiro vai crescer tão depressa quanto ele, fortificado com juros e dividendos e uma sábia correção monetária. Por isso é que se diz que nunca é cedo para abrir uma Caderneta de Poupança. E nunca será demais o dinheiro que você depositar lá, todos os meses. Lembre-se: amanhã ninguém sabe, mas quem poupa sabe.

Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, n. 7, mar. 1978, p. 95. Depositário: FBN

Em um primeiro plano, visualiza-se o viés afetivo da relação mãe e filha e evidencia-se a marca de gênero no vestido rosa da bebê, beijada pela mãe. Na propaganda da *Caderneta de Poupança do BNH*, o amor da mãe pela filha foi convertido, discursivamente, em um valor

<sup>161</sup> Com sede no Rio de Janeiro, o BNH foi criado pela Lei n. 4.380, de 21 de agosto de 1964. Os recursos do BNH provinham de um mecanismo compulsório, via Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e outro voluntário, via Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), que atuava através das cadernetas de poupança e das letras imobiliárias, como exemplificado pela propaganda analisada. Devido aos problemas financeiros e escândalos decorrentes da corrupção e desvio de verbas, o Decreto-Lei n. 2.291, de 21 de dezembro de 1986, extinguiu o BNH e incorporou-o à Caixa Econômica Federal, que o sucedeu em todos os seus direitos e obrigações (Art. 1º).

financeiro, em que ganhava relevo a preocupação com o futuro da criança. O crescimento da poupança foi, ainda, associado ao desenvolvimento da menina, ambos caracterizados por força e saúde. Nesse contexto, além de o adulto ter que dispor de recursos para iniciar a aplicação na poupança, era necessária a manutenção desse investimento.

Convém registrar que, em março de 1978, o depósito mensal sugerido na propaganda (Cr\$ 2.000,00) correspondia a um valor maior do que o salário mínimo vigente no período, de Cr\$1.106,40<sup>162</sup>. Ciente da informação disposta no Censo Demográfico de 1970 de que mais da metade das famílias brasileiras tinha, naquele período, renda mensal de até dois salários mínimos, pode-se inferir que a maioria da população brasileira não via este tipo de serviço como uma prioridade financeira. Sendo assim, atendia, à época, famílias das classes média e alta com condições financeiras para arcar com seus custos mensais.

De modo específico, o reclame ilustrou bem a forma pela qual o discurso publicitário apelou para os sentimentos, com a finalidade de educar as famílias a respeito da necessidade de zelar pelo bem-estar financeiro das filhas e dos filhos e, ainda, para promover o consumo de serviços.

Não se pode perder de vista, contudo, que a prática de poupança tem história anterior no contexto de institucionalização da família no século XX. Donzelot fez referência ao discurso da moralidade por trás do ato de poupar, por meio do qual a família passou a ser, pela poupança,

Ponto de apoio para fazer refluir para ela os indivíduos levados, por seu desregramento, a interpelarem o Estado como instância responsável politicamente por sua subsistência e por seu bem-estar. Num outro sentido, ela se transforma em alvo, assumindo as queixas que provinham dos indivíduos contra o arbítrio familiar, o que permite torná-los agentes recondutores das normas estatais na esfera privada. De modo que se poderá tentar compreender a liberalização e a revalorização da família, que irão se desenvolver no final do século XIX, não como o triunfo da modernidade, a mutação profunda das sensibilidades, mas sim como o resultado estratégico da acoplagem dessas duas táticas filantrópicas e assistenciais (DONZELOT, 1980, p. 52).

A partir da Revolução Industrial, a função de produção artesanal que garantia o sustento de muitas famílias passou a ser realizada fora do âmbito doméstico, nas indústrias. Cumpriria às famílias, então, o consumo de bens e serviços produzidos em maior escala. A dimensão econômica da sociedade afetou e afeta a vida familiar, entendida muitas vezes como universo do privado:

O novo estilo de vida doméstica criou as condições psicológicas favoráveis para o surgimento de um novo tipo de personalidade dirigida internamente e autoconfiada,

---

<sup>162</sup> Instituto Brasileiro de Economia. Salário mínimo: valores históricos. FGVDados. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br>>. Acesso em: 30 maio 2016.

que constitui a mais importante contribuição da família às necessidades de uma sociedade de mercado baseada na competição, no individualismo, no adiantamento na recompensa, na previsão racional e na acumulação de bens materiais (LASCH, 1991, p. 26).

Concomitante à mudança econômica, a civilização moderna exigiu uma profunda transformação da personalidade da própria família, permeada pelo novo conceito de casamento baseado na prudência e na previsão como novo valor da acumulação de capital. Os filhos, nesse cenário, serviriam como reservas para o futuro, exigindo, pois, um maior investimento na criação.

Ademais, o exame da legislação brasileira permite ilustrar que historicamente homens e mulheres participavam da provisão financeira das famílias de forma diferenciada, merecendo destaque as implicações de gênero presentes desde o Código Civil de 1916, lei que determinava os direitos civis no Brasil. Ele marcava, de início, a situação de dependência e subordinação das esposas aos maridos, já que o *status* civil da mulher casada era equiparado ao “dos menores, dos silvícolas e dos alienados”, ou seja, “civilmente incapaz”<sup>163</sup>.

Conhecida como *Estatuto da Mulher Casada*, a Lei n. 4.121/1962 alterou inúmeros artigos do Código Civil<sup>164</sup> e contribuiu para que as mulheres casadas dessem importante passo na conquista do direito à capacidade civil plena, reconhecendo a sua condição de “companheira, consorte, colaboradora dos encargos da família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta” (Art. 240).

A questão da adaptação aos novos hábitos e à escolha dos gestos e iniciativas, como a aquisição de uma poupança para a filha, também pode ser considerada como parte integrante de um processo civilizador mais amplo, marcado por uma mudança de conduta e de sentimentos humanos em uma direção específica.

Ganha relevo, nesta análise, a historicidade do sentimento dos pais pelos filhos como parte do processo civilizatório da própria família, já que

---

<sup>163</sup> O Código Civil, Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916, vigorou com uma série de alterações até 2002. Em relação à questão examinada, destacam-se os seguintes aspectos: a) o marido era o chefe da sociedade conjugal, administrador dos bens comuns e dos particulares da mulher e o único com direito de fixar e mudar o domicílio da família; b) mulheres casadas declaradas como relativamente incapazes e, nesse contexto, para exercerem uma profissão necessitavam da autorização do marido, assim como não poderiam realizar atos como vender, aceitar ou rejeitar herança, dar seus imóveis particulares como garantia de dívidas, aceitar ser tutora, curadora ou qualquer encargo público sem autorização dele; c) com relação aos filhos menores, o homem tinha o privilégio de decidir sobre eles e sobre seus atos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071impresao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071impresao.htm)>. Acesso em: 15 maio 2018.

<sup>164</sup> Esta lei alterou os artigos 6º, 233, 240, 242, 246, 248, 263, 269, 273, 326, 380, 393, 1.579 e 1.611 do Código Civil, especialmente aquele que dizia que as mulheres casadas eram relativamente incapazes para praticar certos atos, necessitando da assistência do marido. No entanto, a mulher ainda era considerada sua colaboradora e, só quando exercesse profissão lucrativa, tinha o direito de praticar todos os atos inerentes ao seu exercício e a sua defesa. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4121.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4121.htm)>. Acesso em: 15 maio 2018.

O que, para nós, aparece como crueldade ou como algo desumano na relação entre pais e filhos, não exclui o amor e o afeto de uns pelos outros. Mas, no presente, tornou-se muito comum a lenda que sugere que o amor e o afeto dos pais por seus filhos é algo dado pela natureza e, mais ainda, como sentimentos uniformes e permanentes que perduram toda a vida. Nesse caso, também se assume um dever social como algo real e naturalmente dado. O abandono e o assassinato de crianças, em tempos passados não fora outra coisa mais que uma forma cruel de controle de natalidade (ELIAS, 2012, p. 476).

Elias acrescenta que, ao longo do século XX, a transformação na relação entre pais e filhos se acelerou, cujos rastros podem ser seguidos até o começo da Idade Média. Todavia, trata-se de um processo longo e contínuo, mobilizado pelo fato de que se torna necessário compreender que “o estado social do conhecimento acerca dos problemas da infância, ainda hoje, é bastante fragmentado” (ELIAS, 2012, p. 469).

Já na obra *O processo civilizador: uma história dos costumes*, Elias afirmou que a civilização inicialmente foi imposta por elementos de alta categoria social aos seus inferiores ou, no máximo, aos seus socialmente iguais. Só relativamente mais tarde, quando a classe burguesa, compreendendo um maior número de pares sociais, alcançou o poder de governo, foi que a família se tornou a principal instituição com a função de instilar o controle de impulsos. Nas palavras do autor, “só então a dependência social da criança face aos pais torna-se particularmente importante como alavanca para a regulação e moldagem socialmente requeridas dos impulsos e das emoções” (ELIAS, 1994, p. 142).

Maria Teresa Santos Cunha e Márcia Regina dos Santos (2017), pautadas nas discussões empreendidas por Elias<sup>165</sup>, afirmam que, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, ocorreu a reinvenção de formas de convivência, do sentimento de pertença e de distinção social. Nesse contexto, a produção e circulação de impressos que divulgam discursos de cunho civilizatório, nos mais variados suportes materiais e dispositivos textuais, visam a internalização de regras para a construção das boas maneiras, dos bons modos ou, ainda, da boa educação.

A veiculação da representação de família “moderna e civilizada” em *Pais & Filhos*, efetivada por meio da estratégia de se educar os pais-leitores, expressa mudanças no que diz respeito ao ideário civilizatório analisado por Elias em *O Processo Civilizador*. Experimenta-se um período de transição e afrouxamento do controle estrito, no qual as relações entre pais e filhos mais antigas, marcadamente autoritárias, e outras mais recentes e igualitárias, coexistem em ambas as formas, permutadas no âmbito das próprias famílias.

---

<sup>165</sup> As autoras tratam, em sua análise, dos manuais de etiqueta e boas maneiras em circulação nos anos 1950.

Tais imbricações são perceptíveis em vários artigos da revista, na medida em que se reconhece a vigência de um ideal de “família moderna” e a dificuldade de muitos pais efetivarem esse ideal.

Na família moderna, tudo é decidido de comum acordo: sem abdicar de nada, os pais procuram saber o que os filhos pensam a respeito dos problemas de interesse comum e levam em conta suas opiniões. Mas nem todos agem assim: com frequência os filhos reclamam que ‘não somos ouvidos nem cheiramos’, mesmos nas coisas mais simples, como o programa de TV de todas as noites. Sem querer, os pais estão criando uma fonte de conflitos (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 5, jan. 1971, p. 50).

O trecho em destaque, proveniente do artigo “Seu filho participa das decisões da família?”, assinado por Ronaldo Lobato e com consultoria do psiquiatra Osvaldo Santos, sugere determinado entendimento da família moderna, como aquela em que seus membros dialogam a fim de decidir detalhes da vida em comum acordo. Todavia, o próprio texto confirma a impossibilidade de alcançar o ideal democrático do diálogo, pois nem sempre os pais dariam ouvidos aos filhos.

Nesse sentido, a revista fornece aos leitores um discurso educativo e, ao mesmo tempo, culpabilizador dos pais que “criam fontes de conflitos” com a ausência de escuta. Fazia-se necessário, a esses sujeitos, um maior autocontrole de suas ações. Aí está a relevante função civilizatória da revista, de fornecer, a cada edição, lições de como os pais poderiam amar seus filhos.

O diálogo entre pais e filhos e sua [pouca] frequência no seio da família foi retomado em 1976 em “Depoimento: meus pais são assim”.

Não faltam alegações para justificar a nossa falta de diálogo com as crianças. A falta de tempo é a mais usada. Quem é que vai parar para ouvir as crianças, não é mesmo? Absolutamente errado. As crianças precisam ser ouvidas. Elas têm verdades a apresentar e querem atenção. E por que não atendê-las? Suas necessidades são mais afetivas do que materiais. O mundo que nós percebemos é o que nos chega através dos nossos sentidos e, dificilmente, paramos para pensar se o que nós enxergamos é, realmente, o que existe. Tomamos como verdade aquilo que pensamos ser a verdade. Isto ocorre também com os nossos filhos: nós, adultos, somos a verdade e, como consequência, não costumamos parar para refletir sobre a verdade dos nossos filhos (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 2, out. 1976, p. 15).

A falta do diálogo entre pais e filhos seria, então, fruto da crença adulta de uma superioridade em relação à criança e da dificuldade de se colocar em seu lugar. O diferencial deste artigo tem por base a estratégia de “dar voz” às crianças, por meio de entrevistas, em que relatavam seus relacionamentos familiares. Entretanto, a conversa contou com a análise do psicólogo Paulo Hidemburgo, para quem esse tipo de texto é “um convite para que os

adultos deixem seu mundo egoísta para a conquista de um mundo maior: “o mundo da família”.

A título de ilustração, uma suposta criança chamada José Maurício, de 11 anos, comentou seu relacionamento com a mãe, que batia nele quando queria obediência, mas que estava sempre próxima, em casa. Por outro lado, José indicou que seu pai era ausente, pois estaria sempre trabalhando e não colocava muitos limites para que saísse à rua para brincar. Outra suposta entrevista veiculada foi a de Abel, menino de 13 anos, que também sinalizou a ausência do pai, com quem pouco conversava. Ganhou relevo em sua fala o comportamento de sua mãe de o agredir fisicamente, ao invés de aplicar outro tipo de punição.

O psicólogo Paulo Hidemburgo argumentou que as falas das crianças indicam que o mundo das necessidades dos adultos costumava ter prioridade sobre o mundo das necessidades das crianças. Em acréscimo, interpelou os pais-leitores com as seguintes questões para reflexão:

Será que realmente eu não converso com meu filho por causa do trabalho, que cansa e me impede de dedicar-lhe mais atenção? Quando proíbo meu filho de sair de casa para ir brincar com os colegas, tenho consciência dos danos que estou causando à formação de sua personalidade? Quando coloco meu filho de castigo ou aplico qualquer punição estou agindo por motivos realmente justos ou por dificuldades minhas de falar a verdade com ele? (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 2, out. 1976, p. 16)

As observações do psicólogo, em resposta às falas das crianças, repercutem como explicações científicas que sinalizam a importância da conduta dos adultos da família em relação à formação da personalidade infantil. As ações cotidianas de conversar ou não com o filho, de permitir a brincadeira na rua e até mesmo a punição aplicada, nesse sentido, deveriam ser alvo de reflexão dos pais.

De modo específico, sugeriu-se a relação honesta e afetiva como forma mais adequada para a boa criação dos filhos:

Será que os brinquedos, a casa confortável, o melhor colégio e a comida na hora certa (mesmo quando a criança não está com fome), a roupa bonita, as facilidades para o crescimento da criança atendem às necessidades do mundo infantil? Ou seja, será que a criança precisa, principalmente, dessas coisas de que falamos? Parece que nada disso tem sentido se não vier acompanhado de uma relação clara e honesta entre pais e filhos. Definir uma relação honesta é difícil, pois as verdades são de cada um e a relação honesta é verdadeira. No entanto, não temos dúvidas de que uma relação honesta implica, necessariamente, uma relação cheia de sentimentos claramente mostrados na relação: tanto a tristeza quanto alegria, tanto a raiva quanto a satisfação cabem na relação entre pais e filhos, desde que honestamente transados. Em outras palavras: em nosso mundo, com nossas verdades, costumamos nos esquecer de que as necessidades dos nossos filhos são muito menos materiais e muito mais afetivas. Pedir sempre brinquedos novos, brigar pelo cachorro, lutar pelo direito de ir à praia podem ser pedidos de mais carinho, atenção e respeito (Ibid.).

Não se tratava, então, simplesmente de “dar voz às crianças”, e sim de usar seus comentários para transmitir um discurso educativo e ancorado em conhecimentos psicológicos do desenvolvimento infantil. Nesses termos, valorizou-se a importância da escuta e do respeito à criança em detrimento de bens materiais, visto que a dimensão afetiva superaria até mesmo os aspectos de consumo.

Destacou-se também o público leitor para quem tais discursos foram dirigidos, pois se tratava de famílias de crianças residentes em casas confortáveis, matriculadas nos melhores colégios e com boas condições alimentares. Todavia, a situação familiar descrita no trecho em questão, nem de perto, era compartilhada por inúmeras crianças brasileiras. Convém registrar, por exemplo, os números relativos à população infantil matriculada em instituições escolares.

Tabela 15 – População infantil de 5 a 9 anos, conforme matrícula escolar, em 1970 e 1980

| Ano do Censo Demográfico | Total de crianças recenseadas | Crianças de 5 a 9 anos matriculadas em instituições escolares | Crianças não matriculadas |
|--------------------------|-------------------------------|---|---------------------------|
| <b>1970</b>              | 13.459.508                    | 5.975.361   | 7.484.147                 |
| <b>1980</b>              | 14.773.741                    | 7.838.246   | 6.935.495                 |

**Tabela produzida pela autora.** Fonte dos dados: BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURAL. *Retrato do Brasil: educação, cultura, desporto (1970-1990)*. Vol. 1 - Estatísticas básicas, 1985, p. 27 e 149.

De acordo com os dados apresentados, houve um aumento da população infantil total, assim como o crescimento da população matriculada em instituições escolares. Contudo, ao se comparar o número de crianças não matriculadas com o total recenseado, estudar em um “colégio” em 1970 não era a realidade de cerca de 55,60% das crianças de 5 a 9 anos, número que sofreu um pequeno declínio em 1980, passando para um volume de 46,94% de crianças fora da escola.

Morar em uma “casa confortável” também não era uma situação compartilhada por muitos brasileiros, já que de acordo com o Censo Demográfico de 1970, do total de 17.628.699 domicílios particulares permanentes recenseados<sup>166</sup>, 5.784.268 domicílios faziam parte da rede geral de abastecimento de água, o que corresponde a 32,81% do total. Em termos de instalações sanitárias, o número era ainda mais irrisório, totalizando 2.318.402 domicílios com instalações sanitárias integrantes da rede geral (13,15%).

<sup>166</sup> No Censo Demográfico de 1970, 17.643.387 domicílios foram recenseados no total. Além do conjunto formado pelos domicílios “permanentes”, construídos com fins residenciais, somaram-se 14.688 domicílios que tiveram o seu tipo de construção caracterizado como “improvisado” (embarcações, carroças, tendas, barracas, grutas etc.), o que corresponde a 0,08% do total. Cf.: IBGE. Censo Demográfico 1970, p. 240 e 243. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd\\_1970\\_v1\\_br.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_br.pdf)>. Acesso em: 16 out. 2017.

Os dados relativos à nutrição infantil são também importantes para problematizar a imagem de família em que há “comida na hora certa”. No Estudo Nacional da Despesa Familiar – ENDEF<sup>167</sup>, verificou-se a prevalência de 46,1% de algum tipo de desnutrição em crianças menores de 5 anos em 1974/1975, o que permite afirmar que quase metade das crianças brasileiras não contavam com condições alimentares favoráveis para seu crescimento. Sendo assim, importa atentar para a impossibilidade de compreender a realidade social que permeia os discursos veiculados no periódico em termos homogêneos.

Em contrapartida, as representações de família veiculadas em matérias como as examinadas acima demonstram a continuidade de um movimento científico-discursivo que pretendia que determinados campos de saberes assumissem o controle social sobre as atividades antes assumidas pelos indivíduos ou por suas famílias. Em acréscimo, indícios verificados nesta análise permitem afirmar que famílias de classes médias e altas eram o público leitor almejado pelos editores.

Para Elias, o processo civilizador transcorreu de modo tão eficiente nas sociedades modernas que se tornou para os indivíduos uma espécie de “segunda natureza”, pois conduz a “um autocontrole automático, um hábito que, dentro de certos limites, funciona também quando a pessoa está sozinha” (ELIAS, 1994, p.142). Nesses termos, ser civilizado é ser capaz de manter seu autocontrole constante e diferenciado.

No entanto, como o autocontrole funcionaria no âmbito individual? Norbert Elias indica que, no mundo civilizado, ele é exercido por pressões que atuam sobre o indivíduo, produzindo uma transformação de toda a economia das paixões e afetos, rumo a uma regulação mais contínua, estável e uniforme dos mesmos, em todas as áreas de conduta e em todos os setores de sua vida. Por outro lado, a aprendizagem do autocontrole não se desenrola de modo afastado da dimensão social, já que transcorre, ao mesmo tempo, de forma individual e coletiva, inserida em redes de interdependência:

À medida que mais pessoas sintonizavam sua conduta com a de outras, a teia de ações teria que se organizar de forma sempre mais rigorosa e precisa, a fim de que cada ação individual desempenhasse uma função social. O indivíduo era compelido a regular a conduta de maneira mais diferenciada, uniforme e estável [...]. A teia de ações ficou tão complexa e extensa, o esforço necessário para comportar-se corretamente dentro dela ficou tão grande que, além do autocontrole consciente do indivíduo, um cego aparelho de autocontrole foi firmemente estabelecido (ELIAS, 1993, p. 196, grifo nosso).

---

<sup>167</sup> Realizado O ENDEF foi uma pesquisa domiciliar realizada entre 1974 e 1975 pelo IBGE. De abrangência nacional (exceto áreas rurais do Norte e Centro-Oeste), teve o objetivo de coletar dados relevantes sobre orçamentos familiares e consumo de alimentos, focando na análise da situação nutricional da população. Cf.: <[http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape\\_vigilancia\\_alimentar.php?conteudo=endef](http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_vigilancia_alimentar.php?conteudo=endef)>. Acesso em: 28 abr. 2018.



As “teias de ações” que colaboram para a construção de um “aparelho de autocontrole”, de práticas de regulação e uniformização dos sujeitos podem ser verificadas no contexto de racionalização do tempo dedicado às experiências familiares. A profusão de matérias que visavam orientar os pais acerca da melhor forma de dispor do tempo com os filhos já foi abordada no âmbito da discussão acerca da importância e do papel da brincadeira no desenvolvimento das crianças. De modo específico, serve agora de exemplo a racionalização do tempo de férias em família.

Em *Pais & Filhos*, as edições de dezembro e janeiro com frequência tratavam das férias, em matérias com roteiros de viagem, sugestões de moda-praia e endereço de colônias de férias para crianças. Muitas vezes, a referência ao tema era divulgada logo na capa, como exemplificado pelas Figuras 69 e 70:

Figura 69 – Capa da edição de dez. 1975



Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, n. 4, dez. 1975, p. 1. Depositário: FBN

Figura 70 – Capa da edição de dez. 1977



Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, n. 4, dez. 1977, p. 1. Depositário: FBN

Na capa de 1975, o tema foi tratado na chamada para o roteiro de viagem Rio-Santos. Houve a divulgação de um discurso voltado para os pais que poderiam levar seus filhos para uma viagem pelas principais cidades da região sudeste do Brasil. Já na edição de 1977, o período de férias das crianças foi abordado no sentido de orientar os pais para as formas de “distrair a garotada” neste período. É possível notar, então, que nem todas os adultos da família conseguiriam dispor de férias dos respectivos empregos no mesmo período que o das férias escolares das crianças.

O que para o leitor contemporâneo parece uma marca dos nossos dias e parte da rotina de muitas famílias, trata-se de uma construção da sociedade urbano industrial e um exemplo do processo civilizatório que contribuiu para as mudanças nas atividades e gêneros de vida. Como bem ilustra Anne Martin-Fugier, as férias correspondem a um dos ritos da vida privada burguesa, em que

O descanso e os benefícios da natureza parecem oferecer uma contrapartida ao modo de vida urbano e industrial. Esse gosto pela natureza não é novo, tendo-se desenvolvido no século XVIII. Nova é a preocupação com a inserção dessas atividades na organização temporal das atividades humanas. Surge a alternância entre o tempo do trabalho e o tempo da natureza, das viagens, da diversão. Na sociedade industrial e urbana, ela chega em data marcada para todos, no verão. As férias passam a ser vistas como necessidade e reivindicadas como direito (MARTIN-FUGIER, 1995, p. 232).

Em acréscimo à sua inserção na esfera dos direitos dos trabalhadores<sup>168</sup>, as férias assumem um aspecto civilizatório, expresso na uniformização da organização temporal da vida e na racionalização de um momento que poderia ser simplesmente destinado ao ócio. Em *Pais & Filhos*, este aspecto articula-se à abordagem educativa, pautada no direcionamento aos pais-leitores de uma série de sugestões de como vivenciar esse momento com os filhos.

Aqui entre nós, é difícil encontrar uma dona de casa que receba com tanta alegria a notícia de que as férias escolares começaram. “Meu Deus, o que eu vou fazer para distrair as crianças?” Afinal, pouca gente tem condições para passar dois meses num hotel de veraneio, no campo, de papo pro ar, descansada, “curtindo” os filhos sem preocupação com comida ou arrumação da casa. O segredo para enfrentar com tranquilidade este período é, entretanto, muito simples: onde quer que você passe férias – na montanha, no camping, em fazenda, na praia ou em casa – trate de dar oportunidade às crianças de se relacionarem com outras da mesma idade e ensine a elas algumas brincadeiras novas. Que brincadeiras? Vire só a página. Publicamos muitas sugestões (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 4, dez. 1977, p. 20).

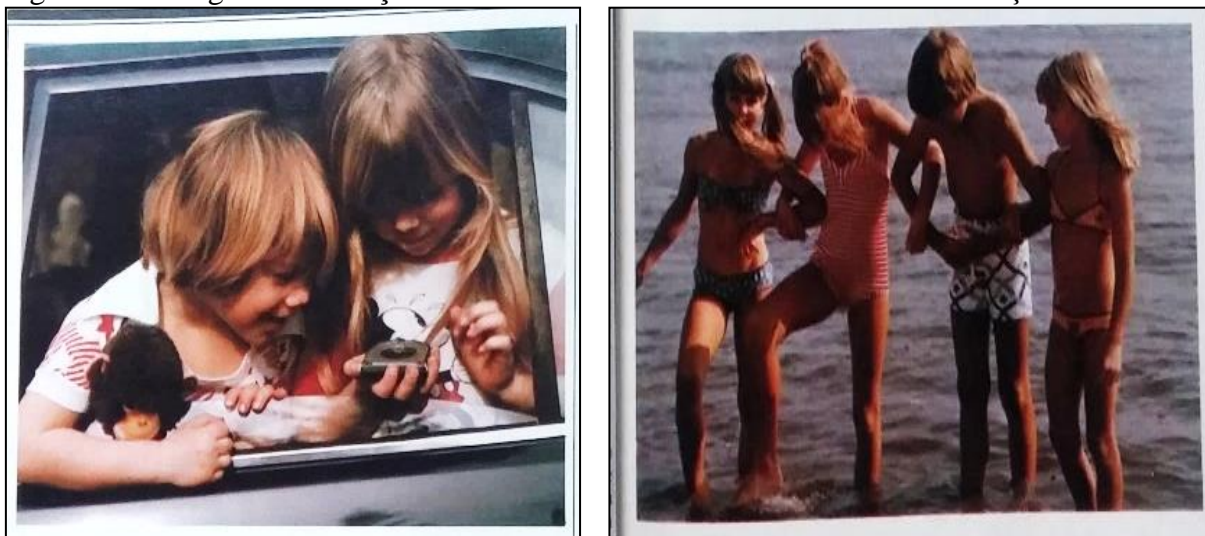
Apesar de já fazer parte do calendário anual da sociedade brasileira, nota-se que o gozo das férias assumia contornos de gênero já em suas primeiras palavras. O texto vincula a preocupação materna com o início das férias escolares, em que seria a “dona de casa”, ou seja, a figura feminina, a responsável por distrair as crianças com uma série de brincadeiras.

Além disso, o articulista da matéria ponderou a dificuldade de muitas famílias em “curtir” os filhos sem muitas preocupações. Por meio deste tipo de discurso, a matéria buscou contornar as dificuldades econômicas de muitas famílias em viajar, com a sugestão de variadas categorias de atividades, como: jogos para viagens, jogos na praia, jogos ao ar livre e jogos para os dias de chuva.

---

<sup>168</sup> No Brasil, a primeira legislação de férias foi a Lei n. 4.982, de dezembro de 1925, que visava garantir aos trabalhadores urbanos do Brasil o direito a quinze dias de férias anuais e remuneradas. Alvo de disputas e lutas de diversos setores, o direito a férias foi ampliado de quinze para trinta dias e, atualmente, é assegurado pela Constituição Federal (CF) no artigo 7º, inciso XVII, e pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que regula a matéria nos artigos 129 a 153. O direito é aplicado a todos os empregados (rurais e urbanos), servidores públicos (artigo 39, parágrafo 3º, da CF), membros das Forças Armadas (artigo 142, parágrafo 3º, inciso VIII, da CF) e empregados domésticos (artigo 7, parágrafo único da CF). Neste último caso, há lei específica (Lei n. 5859/72).

Figura 71 – Imagens de crianças veiculadas na matéria “Como distrair as crianças”



Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, n. 4, dez. 1977, p. 22-23. Depositário: FBN

Atribuídas à revista alemã *Eltern*, as imagens apresentavam crianças em atividades ao ar livre e em contato com a natureza, fato que ressalta a permanência do discurso de que as férias eram o momento no ano em que se vivencia o “gosto da natureza” e se educam as crianças para essa cultura. Entretanto, as imagens também permitem problematizar a representação étnica das crianças “modelo”, na medida em que eram todas brancas, com cabelos claros, não dispendo de traços físicos condizentes com outros perfis étnicos identificados no Brasil.

As férias da família também ganharam espaço na propaganda do automóvel *Variant*, da montadora *Volkswagen*. Nela, a família nuclear ganhou cena pela figura do pai, da mãe e de três filhos, representados em um momento de lazer à beira do mar, graças ao produto anunciado. O automóvel prometia conforto nas férias da família, representada como “grupo unido e alegre”.

De acordo com o texto, a aquisição do produto e a manutenção periódica oferecida pela montadora favoreceriam a economia para a viagem e a conquista da própria alegria. A combinação intencional da imagem com o texto visou articular a representação textual de “família feliz” com a possibilidade de consumo de um produto recém-lançado no mercado. Mais do que racionalizar o tempo livre da família, houve o interesse em controlar as práticas de consumo.

Figura 72 – Propaganda do automóvel *Variant*


**Exija porta-malas na frente,  
porta-malas atrás e mecânica VW.  
Não aceite limitações.**

Não existe coisa mais alegre do que juntar a família toda, a bagagem toda e pegar uma estrada.  
Não existe coisa mais triste do que ficar no meio da estrada.  
Por isso, v. deve exigir mecânica Volkswagen. Ela garante idas e voltas tranquilas, mesmo que seu passeio seja por estradas nada tranquilas.  
Ela garante manutenção econômica (sobra mais dinheiro para as férias).  
Ela garante vida longa para a Variant e vida alegre para v.  
Mas, além de mecânica, v. deve exigir espaço. Dois porta-malas. Um na frente, outro atrás.  
A Variant tem dois porta-malas. Quando v. se cansar de pôr bagagem atrás, tem ainda o porta-malas da frente sobrando.  
Nenhuma perua pode lhe oferecer mais espaço que isso. Nem tanto conforto interno, com seus bancos macios, seu acabamento primoroso.  
Por tudo isso (mais os novos faróis duplos e o novo desenho do capô), v. deve exigir Variant.  
Não aceite limitações.  
Nem imitações.

**VARIANT**

ESTE CARRO É O MESMO QUE ESTARÁ EXPOSTO NO 7.º SALÃO DO AUTOMÓVEL.

Não existe coisa mais alegre do que juntar a família toda, a bagagem toda e pegar uma estrada. Não existe coisa mais triste do que ficar no meio da estrada. Por isso, você deve exigir mecânica Volkswagen. Ela garante idas e voltas tranquilas, mesmo que seu passeio seja por estradas nada tranquilas. Ela garante manutenção econômica (sobra mais dinheiro para as férias). Ela garante vida longa para a Variant e vida alegre para você. Mas, além de mecânica, você deve exigir espaço. Dois porta malas. Um na frente, outro atrás [...].

Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, n. 1, set. 1970, p. 155. Depositário: FBN

Concomitantemente à estratégia de orientação dos pais acerca dos modos de usufruto do tempo dedicado às experiências familiares, como foi o caso das férias, o discurso civilizatório incidiu na racionalização de uma perspectiva ainda mais individualizada da vida dos sujeitos, por meio das recomendações relativas à escolha do nome das crianças.

Sendo assim, não custa lembrar a historicidade dessa iniciativa, que data do século XIX. A escolha do nome emergiu no contexto de construção e difusão do sentimento de identidade individual, com base no processo de dispersão dos pré-nomes, ao invés da medida até então tomada de repetir o nome de outro ente familiar. De acordo com Michelle Perrot, “a moda de nomes se propaga da aristocracia para o povo, da cidade para o campo. Ao mesmo tempo, as regras de transmissão familiar dos nomes perdem sua autoridade (PERROT, 1995, p. 420).

Em *Pais & Filhos*, especialmente em edições dos anos 1980, ganhou espaço a difusão desse sentimento de identidade individual pela escolha que os pais faziam do nome de seus filhos, a partir de sugestões categorizadas pela moda no período, pelo significado e origem. Nesse contexto, o ato de atribuiu um nome à criança era considerada digna de preocupação, pois se tratava de uma “escolha definitiva”, como revela o artigo homônimo:

O momento da escolha do nome do bebê é sempre acompanhado de alegria e expectativa. Nas civilizações primitivas o nome que se dava à criança já era um prenúncio de seu destino. Embora muito distante desses ritos mágicos, o homem moderno também revela vários aspectos de sua personalidade através do nome que dá a seus filhos. Às vezes, porém, nem se dá conta de quanto essa escolha poderá influir na personalidade da criança. Patrícia, Eduardo, André, Bianca, que desejos escondem por trás de seus nomes? (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 12, ago. 1984, p. 36)

Logo se percebe a dimensão civilizatória que a escolha do nome assumiu no artigo, decorrente da comparação estabelecida pelo articulista entre a sociedade contemporânea com as “civilizações primitivas”, que renunciavam o futuro da criança através do nome a ela atribuída. A dimensão cultural que motivaria essa escolha foi identificada como similar, pois perpassava pela inspiração no contexto social, seja em personalidades de sucesso e artistas de tevê, seja em parentes queridos.

Por outro lado, o saber-poder da Psiquiatria e da Psicologia também foi valorizado, ao se argumentar que “muitos psiquiatras e psicólogos têm se detido no estudo dos nomes das crianças e não hesitam em afirmar que, em muitos casos, eles refletem claramente o que os pais esperam de si” (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 12, ago. 1984, p. 38). Verifica-se, então, a importância de os pais fazerem uma opção consciente, pois além de representar a forma como a criança seria introduzida na sociedade, o nome também poderia ser causa de futuros conflitos interiores para a criança.

Em dezembro de 1985, novamente se reforçou a dimensão afetiva da tarefa a ser realizada pelo casal, então considerada um “presente para a vida inteira”.

Esta é uma escolha para ser feita a dois, com muito carinho, pelos futuros pais. Como a criança usará este nome pelo resto da vida, faça dele um verdadeiro presente. Que seja bem bonito e sonoro. Em nossa lista há sugestões para todos os gostos: dos nomes indígenas aos mitológicos, dos estrangeiros àqueles de profundas raízes latinas. Não esquecemos também dos bíblicos e de alguns que agradam a quem procura opções modernas e de significados fortes. Vamos começar? (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 4, dez. 1985, p. 44).


A revista publicou uma lista de nomes com seus respectivos significados, dividida em “Meninas” e de “Meninos”, cuja própria cor utilizada no quadro marca a distinção de gênero, e subcategorias de nomes atuais, bíblicos, mitológicos, estrangeiros e com significado bonito.

Figura 73 – Sugestões de nome femininos veiculados na matéria “Nome, um presente para a vida inteira”

**MENINAS**

**NOMES ATUAIS**

**Adriana** — (latim) “pessoa escura”  
**Ângela** — (grego) “mensageiro”  
**Bárbara** — (grego-latino) “estrangeira”  
**Bianca** — (teutônico-latino) “branca”  
**Bruna** — (teutônico) “escura, parda”  
**Camila** — (latim) “atendente nobre”  
**Carla** — (teutônico) “fazendeira”  
**Carolina** — diminutivo de Carla  
**Cristina** — (grego) “aquela que crê em Cristo”  
**Daniela** — forma feminina de Daniel.  
**Fabiana** — variante de Fábila (latim), a fava que cresce.  
**Flávia** — forma feminina de Flávio.  
**Gabriela** — forma feminina de Gabriel.  
**Gisela** — (teutônico) “garantia, penhor”  
**Isadora** — (grego) “dádiva de Isis”  
**Juliana** — forma derivada de Júlia.



**Laila** — (árabe) “negra como a noite”  
**Lúisa** — (teutônico) “guerreira famosa”  
**Marcia** — (latim) “pertencente a Marte; marcial, guerreira”  
**Melissa** — (grego) “mel, abelha”  
**Mônica** — (grego) “conselheira”  
**Natália** — (latim) “o dia do nascimento”  
**Patrícia** — (latim) “chefe de família nobre”  
**Priscila** — (latim) “dos tempos primitivos”  
**Rafaela** — (hebraico) “curada por Deus”  
**Regina** — (latim) “rainha”  
**Renata** — (latim) “renascida”  
**Sabrina** — (latim) “da linha fronteira”  
**Samanta** — (aramaico) “ouvinte”  
**Silvia** — (latim) “da selva”  
**Simone** — (hebraico) “ouvinte”  
**Tânia** — (russo) diminutivo de Estefânia.  
**Ticiana** — (latim) “venerável”  
**Úrsula** — (latim) “pequena urso”  
**Verônica** — (latim bárbaro) “da verdadeira imagem”.

**NOMES COM BONITOS SIGNIFICADOS**

**Alice** — (grego) “nobre, de bom ânimo, sincera”  
**Ailna** — (céltico) “graciosa, atraente”  
**Amanda** — (latim) “digna de ser amada”  
**Andréia** — (latim) “valorosa, forte”  
**Angélica** — (forma latina de nome de origem grega) “pura como um anjo”  
**Astride** — (teutônico) “impulsiva no amor, semelhante a uma estrela”  
**Beatriz** — (latim) “aquela que traz felicidade”.

**Carina** — (grego) “pura” Forma reduzida de Catarina.  
**Cleo** — (grego) “glória, fama”  
**Eliana** — (supõe-se ser de origem greco-latina) “bela como o sol”  
**Estela** — (latim) “estrela”  
**Eva** — (hebraico) “a vida”  
**Flora** — (latim) “a deusa das flores”  
**Júlia** — (latim) “cheia de juventude”  
**Lena** — (grega) “luz, sedução”  
**Leticia** — (latim) “alegria”  
**Luciana** — (latim) “luz”  
**Lucília** — (latim) “luminosa”  
**Mabel** — (latim) “amável”  
**Maisa** — (grego) “pérola”  
**Nice** — (grego) “vitória”  
**Pamela** — (grego-latino) “todo mel ou amante do canto”  
**Rosana** — (anglo-saxão) “rosa graciosa”  
**Sônia** — (eslavo) “sabedoria”  
**Susana** — (hebraico) “lírio gracioso”  
**Talita** — (aramaico) “menina”  
**Vera** — (latim) “verdadeira”  
**Viviana** — (latim) “com vida, viva”.

**NOMES ESTRANGEIROS**

**Aida** — (italiano) “que tem ventura, e prosperidade”  
**Aimê** — (francês) “amada, querida”  
**Alessandra** — (italiano) “protetora e defensora do gênero humano”  
**Aline** — (inglês) “de linhagem nobre”  
**Deise** — (anglo-saxão) “olho-do-dia”, “flor também chamada de Margarida.”  
**Denise** — (francês) derivado de Dionísio, deus do vinho na mitologia grega.  
**Elena** — (italiano) “tocha, luz”  
**Érica** — (antigo norueguês) “sempre poderosa”  
**Giovana** — (italiano) o mesmo que Joana em português.  
**Graziela** — (italiano) título de romântica narração do poeta francês Lamartine, e que logo se tornou popular.  
**Heloísa** — (francês) variante de Luísa.  
**Ingride** — (sueco) “em forma de guerreira”  
**Jacqueline** — (francês) “a vencedora”  
**Karen** — (inglês) o mesmo que Carina.  
**Katherine** — (inglês) do grego Catarina, “a pura”  
**Liana** — (francês) “vinha trepadeira”  
**Nádia** — (russo) “esperança”  
**Natalcha** — (russo) forma diminutiva de Natália.  
**Nina** — (espanhol) “menina”.

**NOMES BÍBLICOS**

**Ada** — (hebraico) “ornamento”  
**Ana** — (hebraico) “cheia de graça”  
**Berenice** — (grego) “que leva a vitória”  
**Betânia** — (hebraico) “casa de pobre”  
**Dafila** — (hebraico) “mulher fraca, doente”  
**Débora** — (hebraico) “abelha”  
**Dina ou Diná** — (hebraico) “a julgada”  
**Elisa** — (hebraico) nome dado a Chipre, no mar Mediterrâneo, no antigo testamento hebraico.  
**Elisabete** — (hebraico) “consagrada a Deus”  
**Eunice** — (grego) “a vitoriosa”  
**Isabel** — (hebraico) outra forma de Estela.  
**Joana** — (hebraico) forma feminina de João.  
**Lia** — (hebraico) “novilha, vitela”  
**Lidila** — (grego) nome de antiga cidade da Ásia Menor.  
**Mara** — (hebraico) “amargo”  
**Maria** — (hebraico) “soberana, senhora”  
**Raquel** — (hebraico) “ovelha”  
**Rebeca** — (hebraico) “aquela que liga, ou une”  
**Rute** — (hebraico) “plena de beleza ou amiga”  
**Sara** — (hebraico) “soberana”  
**Susana** — (hebraico) “lírio”.

**NOMES MITOLÓGICOS**

**Artemis** — (grego) “deusa da luz”  
**Cintia** — (latim) um dos nomes da deusa Artemis.  
**Diana** — (latim) deusa da caça. Divindade da mitologia romana.  
**Íris** — (grego) deusa da mitologia greco-romana.  
**Isis** — (egípcio) “a deusa suprema”.

**NOMES INDÍGENAS**

**Araci** — “mãe do dia, a aurora”  
**Bartira** — “flor”  
**Ceci** — “minha dor” ou “minha mãe”  
**Diacira** — “favo de mel”  
**Iara** — “senhora, gênio das águas”  
**Indaiá** — “fruto de fios”  
**Iracema** — “lábios de mel”, para José de Alencar.  
**Irani** — “o rio onde corre o mel”  
**Jaci** — “a mãe dos frutos, a lua”  
**Jacira** — “espelho da lua”  
**Juçara** — “palmeira espinhosa”  
**Janaina** — “rainha do mar”  
**Potira** — “flor das águas”.

46

Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, n. 4, dez. 1985, p. 46. Depositário: FBN

Figura 74 – Sugestões de nome masculinos veiculados na matéria “Nome, um presente para a vida inteira”

# MENINOS

### NOMES ATUAIS

**Alonso** — (teutônico) “de espírito combativo”.

**Alexandre** — (grego) “protetor e defensor do gênero humano”.

**Arnaldo** — (teutônico) “forte como a águia”.

**Bernardo** — (teutônico) “bravo como um urso”.

**Breno** — (gaulês) “dirigente, chefe”.

**Bruno** — (teutônico) “escuro, pardo”.

**Camilo** — (latim) “jovem atendente de cerimoniais”.

**Carlos** — (teutônico) “fazendeiro”.

**Cássio** — (latim) “pobre”.

**Celso** — (latim) “alto, elevado”.

**César** — (latim) “de cabeleira longa”.

**Claudio** — (latim) “o coxo”.

**Cristiano** — (grego) “ungido do Senhor”.

**Danilo** — variante de Daniel.

**Dario** — (grego) “o poderoso”.

**Décio** — (latim) nome dado ao décimo filho.

**Diogo** — (latim) o mesmo que Tiago.

**Edgar** — (teutônico) “próspero lanceiro”.



Maurício

### NOMES BÍBLICOS

**Abel** — (hebraico) “filho”.

**Adão** — (hebraico) “o homem”.

**André** — (grego) “forte, viril”.

**Antônio** — (latim) “inestimável, que não tem preço”.

**Ariel** — (hebraico) “leão de Deus”.

**Caim** — (hebraico) “ferreiro”.

**Daniel** — (hebraico) “Deus é meu juiz”.

**Felipe** — (grego) “amador de cavalos”.

**Gabriel** — (hebraico) “enviado de Deus”.

**Jairo** — (hebraico) “o iluminado de Deus”.

**João** — (hebraico) “Deus é gracioso”.

**Joaquim** — (hebraico) “elevado de Deus”.

**Lucas** — (forma grega para o nome latino Iulius) “luz”.

**Marcos** — (latim) “o servo de Marte”.

**Mateus** — (do hebraico através do grego) “pre-sente de Deus”.

**Miguel** — (hebraico) “Quem é como Deus?”.

**Paulo** — (latim) “de baixa estatura”.

**Pedro** — (latim) “pedra, rocha”.

**Rafael** — (hebraico) “Deus curou”.

**Tiago** — (latim) forma vernácula de Jacó “aquele que vence”.

**Tomás** — (aramaico) “gêmeos”.

### NOMES COM BONITOS SIGNIFICADOS

**Alberto** — (teutônico) “brilhante, ilustre”.

**André** — (grego) “forte, vigoroso”.

**Ângelo** — (latim) “anjo”.

**Artur** — (celta) “o nobre, generoso”.

**Caio** — (latim) “feliz, alegre”.

**Davi** — (hebraico) “o amado”.

**Erasm** — (grego) “amável, digno de respeito”.

**Flávio** — (latim) “louro, que tem cor de ouro”.

**Guilherme** — (teutônico) “protetor”.

**Hélio** — (grego) “sol”.

**Henrique** — (teutônico) “príncipe poderoso”.

**Humberto** — (teutônico) “espírito brilhante”.

**Júlio** — (latim) “cheio de juventude”.


**Nicolas** — (grego) “aquele que vence com o povo”.

**Roberto** — (anglo-saxão) “brilhante na glória”.

**Rodrigo** — (teutônico) “príncipe poderoso”.

**Tadeu** — (aramaico) “corajoso”.

**Vitor** — (latim) “vencedor”.



Leonardo

### NOMES MITOLÓGICOS

**Laerte** — (grego) “formiga”.

**Narciso** — (grego) “o que adormece”.

**Ulisses** — (árabe) “o irritado”.

### NOMES ESTRANGEIROS

**Alfredo** — (anglo-saxão) “bom conselheiro”.

**Eduardo** — (anglo-saxão) “próspero guardião”.

**Érico** — (antigo norueguês) “sempre poderoso”.

**Frederico** — (germânico) “rei da paz”.

**Gil** — (antigo francês) “cheio de juventude”.

**Gustavo** — (sueco) “bastão de combate”.

**Igor** — (russo) “famoso filho”.

**Ivã** — (russo) “o mesmo que João”.

**Jim** — (inglês) diminutivo de Jaime ou James, “aquele que suplantou”.

**Kim** — (anglo-saxão) “chefe” ou (chinês) “ouro”.

**Michel** — (francês) o mesmo que Miguel.

**Pablo** — (espanhol) o mesmo que Paulo.

**Raul** — (anglo-saxão) “combatente prudente”.

**Reginaldo** — (anglo-saxão) “o que governa por meio de conselhos”.

**Ricardo** — (anglo-saxão) “senhor poderoso”.



Marcos

### NOMES INDÍGENAS

**Aritana** — nome do famoso cacique dos Camaiurás, indígenas do Xingu.

**Caeté** — “mata verdadeira” ou “mato grande e virgem”.

**Caubi** — Variante de Caiubi, “folha azul”.

**Guaraci** — “o sol”.

**Iberé** — “água clara, límpida”.

**Juraci** — “boca afável”.

**Jurandir** — “o que veio trazido pela luz do céu”.

**Moacir** — “o que faz sofrer”.

**Peri** — “esteira de junco”.

**Poti** — “camarão”.

**Rudá** — “deus do amor”.

**Ubirajara** — “senhor da lança”.

**Ubiratã** — “madeira dura”.

47

Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, n. 4, dez. 1985, p. 47. Depositário: FBN

A despeito da variedade de nomes sugeridos nos quadros, a matéria destacou uma série de questões a serem consideradas nesse processo:



- 1- A legislação brasileira proíbe o uso de nomes extravagantes para evitar que o portador queira trocá-lo depois de completar 18 anos. Isso não quer dizer que você deva adotar nomes comuns. O oposto também pode dar trabalho, principalmente quando o sobrenome da família é pouco original. É o caso, por exemplo, dos vários Joões da Silva.
- 2- Se possível, evite repetir os nomes já existentes na família, pois quem nasce por último certamente será chamado pelo diminutivo.
- 3- Se você for escolher entre nomes estrangeiros, pense antes na combinação com o sobrenome. Afinal, Francis Mari Pereira não soa nada bem.
- 4- O nome e o sobrenome não devem ser muito semelhantes. A família de Paula deve evitar adotar os nomes Paulo e Paula entre seus herdeiros, por exemplo.
- 5- Não esqueça que nome tem moda e por mais bonita que seja a ideia de homenagear os avós da criança, seus nomes podem não ser adequados aos nossos dias.
- 6- Procure não escolher um nome de pronúncia complicada. Isso trará dificuldades para a própria criança.
- 7- Finalmente não tente agradar a todos unindo nomes que não combinam e são pouco sonoros (Adriano Augusto) ou juntando, em um só, o nome do papai e da mamãe, como Elício (Eliana+Márcio) (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 4, dez. 1985, p. 44).

Os tópicos publicados sugerem a existência de normas de civilidade e de inserção social que permeariam a escolha do nome. Os pais deveriam se preocupar com a combinação de nome e sobrenome mais adequada, com pronúncia fácil, sem redundâncias e coerentes com a moda vigente. Nesse diapasão, ficou clara a intenção de normatizar a escolha dos pais por meio de linhas de controle.

O ato de atribuir o nome ao filho foi representado como uma “escolha definitiva” e como um “presente”. Todavia, a veiculação desse tema na publicação exemplifica a forma como o discurso afetivo é perpassado por uma série de preocupações culturais, sociais e psicológicas envolvidas nesse processo e que enredam a linha civilizatória desse sentimento.

Discutiu-se, até aqui, aspectos de racionalização do tempo da família e de uma importante marca de individualização dos sujeitos, seu nome, operadas pelo movimento civilizatório. Convém destacar, ainda, uma terceira estratégia de controle da família por meio da orientação acerca do espaço, circunscrita à esfera privada.

Com vistas à homogeneização de práticas de cuidado e educação das crianças, a organização mais interna da família foi alvo do escrutínio científico, como exemplificado pelos discursos a respeito do momento de dormir. Dormir ou não na cama dos pais, eis a questão!

O que fazer com este visitante noturno? É difícil dizer não àquele pequenino que se encontra ao lado da cama, quase implorando para ser aceito lá. Sem dúvida, permitir é o caminho mais fácil, embora não seja uma boa solução. Trata-se de um hábito perigoso e que deve ser evitado. Afinal, há muitas outras formas de afastar a sensação de solidão e o medo que ataca a criança no meio da noite. E ela deve entender que seu lugar está reservado no coração dos pais, mas não em sua cama (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 2, out. 1987, p.16).

O trecho da matéria “Dormir na cama dos pais”, assinada por Cristina Dória e com consultoria da psicóloga clínica Márcia Spada, desde o início recrimina a prática familiar de as crianças dormirem na mesma cama dos pais, caracterizando-a como “hábito perigoso que deve ser evitado”.

Por outro lado, o acionamento da consultoria especializada em Psicologia revela o interesse da revista em orientar os pais a respeito dos fundamentos psicológicos do comportamento demonstrado pela criança que se recusa a dormir na própria cama. Na sequência da matéria, divulgou-se determinado papel a ser desempenhado pelos adultos, considerando a importância da relação afetiva, associada à imposição de limites sociais:

Além de se relacionar afetivamente com as crianças, o papel dos pais é mostrar o mundo para elas. Até a fase pré-escolar, a realidade familiar é vivida como o único mundo existente. À medida que o pequeno vai se desenvolvendo, no entanto, irá enfrentando novas maneiras de viver, e, a partir do que lhe foi ensinado e até imposto como regras, poderá discernir o melhor para si mesmo. Antes dessa fase mais madura, no entanto, cabe aos pais traçar o caminho, impor limites, dizer não. Também uma forma de mostrar carinho. Assim, eles precisam saber, primeiro, como funcionam as coisas dentro de sua casa: que cada um tem seu quarto, sua cama, seu espaço. Igual a comer e estudar, dormir também tem sua hora e suas regras. Aos pouquinhos, vai sendo introduzido o princípio da realidade, onde nem tudo é permitido. O que se aprende com isso? Que até o prazer tem seus limites (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 2, out. 1987, p. 17).

De acordo com o texto, o papel a ser desempenhado pelos pais na educação das crianças deveria ser permeado por uma clara dimensão civilizatória de impor limites e mostrar “como as coisas funcionam” no mundo. Chama a atenção a concepção de desenvolvimento infantil marcado por um sentido progressivo e associado à inserção escolar e à incorporação de um modelo de família cuja casa é caracterizada pela individualização dos espaços.

O discurso psicológico ganhou contornos psicanalíticos na sequência da matéria, em que se afirmava que a criança poderia querer dormir com os pais por um motivo outro que não o medo de ficar sozinha:

Quando a criança tem por volta de cinco anos de idade, a atitude de dormir na cama dos pais deve ser vista de outra maneira. Agora, pode não ser apenas o medo, mas sim uma tentativa de intromissão na relação do casal. Nada mais natural, nesse período, ela está passando por uma etapa muito importante de seu desenvolvimento emocional – a chamada fase edípica, que se caracteriza, a nível inconsciente, pela forte atração que a mãe exerce sobre o menino e o pai sobre a menina. A menina cria, então, a fantasia de que pode conquistar o pai e ocupar o lugar da mãe. O mesmo acontece com o garoto em relação à mãe. Por isso, muitas vezes não basta apenas dormir com eles, é necessário dormir entre eles. Essa fase costuma acabar espontaneamente. Mas para isso é preciso mostrar que, apesar de muito amada, a criança não vai conseguir substituir o papai ou a mamãe. Dentro dessa família, o papel dela é exclusivamente o de filho (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 2, out. 1987, p. 18).

Houve a apropriação do conceito psicanalítico de “fase edipiana” como possível lente para a compreensão do comportamento da criança, concomitante a demarcação de comportamentos sociais bem rígidos na representação de uma família ideal, composta por “papai, mamãe e filho”.

Não obstante, convém problematizar a frequente presença da representação de família nuclear em *Pais & Filhos*, na medida em que tal forma familiar foi valorizada em detrimento da multiplicidade de arranjos familiares possíveis. Com o intento de ilustrar a presença de outros arranjos familiares em 1987 (ano da publicação do artigo em questão), lançou-se mão de dados apresentados na Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD)<sup>169</sup>.

Na conceituação das características investigadas pela pesquisa, destacou-se a classificação das pessoas residentes em cada unidade domiciliar e/ou familiar de acordo com as seguintes definições:

- a) Chefe: pessoa responsável pela unidade domiciliar (ou pela família) ou que assim fosse considerada pelos demais componentes;
- b) Cônjuge: pessoa que vivia conjugalmente com o (a) chefe a unidade domiciliar, existindo ou não o vínculo matrimonial;
- c) Filho: pessoa que era filho, enteado, filho adotivo ou de criação do(da) chefe da unidade domiciliar (ou da família) ou do seu cônjuge;
- d) Outro parente: pessoa que tinha qualquer outro grau de parentesco com o (a) chefe da unidade domiciliar (ou da família) ou com o seu cônjuge;
- e) Sem parentesco: inclui agregados, pensionistas e empregados domésticos (IBGE, 1987, p. XX-XXI).

A Tabela 16 apresenta a constituição numérica das famílias ou unidades domiciliares recenseadas:

Tabela 16 – Moradores residentes em domicílios particulares, de acordo com o PNAD 1987

| Condição na família    | Homens     | Mulheres   | Total       |
|------------------------|------------|------------|-------------|
| <b>Chefes</b>          | 27.735.727 | 6.555.196  | 34.290.923  |
| <b>Cônjuges</b>        | 98.075     | 25.450.687 | 25.548.762  |
| <b>Filhos</b>          | 36.578.021 | 33.139.896 | 69.717.917  |
| <b>Outros parentes</b> | 3.025.678  | 4.073.545  | 7.099.223   |
| <b>Sem parentesco</b>  | 451.672    | 1.198.106  | 1.649.778   |
| <b>Total</b>           | 67.889.173 | 70.417.430 | 138.306.603 |

**Tabela produzida pela autora.** Fonte dos dados: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios. Volume 11, t. 1, 1987, p. 28.

<sup>169</sup> A PNAD foi implantada no segundo trimestre de 1967 e, em sua história, tratou de temas como população, instrução, mão-de-obra, habitação, rendimento, fecundidade e migração. Para saber mais, conferir: IBGE, 1987, p. XVI.

Considerando as informações contidas na PNAD, vê-se que a “chefia” da família poderia ser assumida por homens ou mulheres e a condição de “cônjuge” dispensava a exigência de vínculo matrimonial. Em termos numéricos, os homens sobressaíram como chefes de família, totalizando 80,88% do total examinado. Por outro lado, a presença de mulheres como chefes já era uma realidade para 19,12% das famílias visitadas.

A concepção de “filho”, por sua vez, demonstrou um caráter ampliado com a definição, na mesma categoria, dos filhos biológicos, adotivos, de criação e aqueles frutos de relacionamento anterior do chefe ou do cônjuge. Nesta categoria, houve certo equilíbrio em relação ao sexo, já que os filhos homens correspondiam à 52,47% e as mulheres somavam 47,53%.

Ademais, também foram contabilizadas na unidade domiciliar pessoas na condição de “outros parentes”, como tias/tios e avós/avôs, e aquelas “sem parentesco”. Cabe registrar a preponderância de mulheres classificadas nesta categoria em 72,62% das residências, enquanto os homens somavam 27,38% do total. Sugere-se como hipótese para essa situação o fato de este grupo contabilizar os empregados domésticos residentes no domicílio, cuja frequência de profissionais do sexo feminino é historicamente marcante.

Nesta linha argumentativa, verifica-se a existência de arranjos familiares além do modelo de família nuclear. Todavia, a despeito da diversidade presente na realidade cotidiana das pessoas, *Pais & Filhos* contribuiu para a disseminação de uma forma legitimada socialmente de organização da vida familiar.

Como de praxe na publicação, não bastava apenas apontar o problema vivido pelas famílias, como era o caso de crianças que queriam dormir na cama dos pais. Sua função educativa incidia principalmente na exposição de estratégias para solucionar as situações narradas, como foi o caso do medo noturno:

A mamãe nem sempre deve levar seu filho para a cama sempre que ele estiver tendo um pesadelo. A atitude protetora poderia impedi-lo de enfrentar seus medos, o que muitas vezes é preciso. Uma luzinha acesa no quarto pode resolver bem o problema. Quando a presença dos pais é mesmo necessária, eles podem fazer um pequeno sacrifício e ir até o quarto da criança, sentar ao seu lado e procurar acalmá-lo, com abraços e acalanto [...] Um outro fator que também contribui para formar o hábito de dormir com os pais é a falta de espaço dentro de casa, o que já é comum nas grandes cidades. Sem o seu cantinho, é natural que queira ficar onde se sente melhor: perto das pessoas amadas. Com jeito, a situação será contornada. Colocando uma divisória – ainda que improvisada – e estabelecendo o lugar de cada um, ele acabará entendendo: mesmo pequeno, aquele é o seu lugar (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 2, out. 1987, p. 17).

Ao invés de levar o filho para a cama do casal, recomendava-se aos pais que deixassem uma luz acesa no quarto da criança e, em último caso, caberia o “sacrifício” de

levantar-se para acalentá-la. Além disso, a questão do espaço para o “cantinho” da criança foi apontada no texto, sugerindo-se a improvisação de uma divisória para separar a criança dos pais naquelas famílias em que não havia condições financeiras de oferecer um quarto próprio.

Tal constatação reforça o caráter de individualização tão marcante na sociedade civilizada e a dimensão econômica que exercia influência nessas práticas culturais. Sendo assim, a despeito do interesse da publicação em associar a explicação psicológica a uma perspectiva mais verdadeira ou naturalizada possível, fez-se necessário considerar os aspectos históricos, sociais e culturais dessa questão.

O discurso que valoriza uma independência da criança capaz de dormir sozinha em seu quarto é fruto de um processo civilizatório de longo prazo. No âmbito das relações pais-filhos, Norbert Elias demonstrou que na sociedade medieval, por exemplo, as crianças pertenciam ao mundo cotidiano dos adultos e, por isso, frequentemente dormiam na cama paternal. Nesses termos,

Não se considerava nem mesmo a possibilidade de separar as crianças dos adultos, reservando-lhes um cômodo próprio da casa. Os quartos para crianças surgem, mais ou menos, a partir dos séculos XVI e XVII e apenas nas casas dos mais ricos. Sua existência, como parte normal de um apartamento de família, nas camadas mais pobres, surge paulatinamente no curso do século XX. Como sempre, as transformações nos hábitos de moradia simbolizam, de maneira extraordinariamente plástica, as mudanças nas relações humanas, nesse caso, nas relações de pais e filhos (ELIAS, 2012, p. 478).

Os anúncios de móveis específicos para quartos infantis, veiculados em *Pais & Filhos*, também exemplificam a divulgação de uma representação de moradia marcada pela individualização dos sujeitos, em que especialmente a criança era vista como sujeito detentor de peculiaridades em relação ao adulto. Este foi o caso da propaganda da empresa paranaense *Oggi*:

*Oggi*. O nascimento da Liberdade. Verdes anos ou tenra idade, seja qual a metáfora que você use para definir a infância, o certo é que este é o período decisivo na vida de seu filho. Muitas vezes, por qualquer motivo, a gente acaba não dando a devida importância a ele. No entanto, lá está ele, implacável, registrando tudo nos menores detalhes. É uma cor, um vago sentimento, um objeto. Um olhar mais duro ou uma palavra de carinho. Isso tudo, superposto, vai compor a intrincada tessitura de uma personalidade. Vai definir uma maneira de estar no mundo. Daí a responsabilidade que recai sobre você nesse processo. Educar – o que realmente significa esta palavra? É tudo e quase nada: pois às vezes um fato trivial, fútil mesmo, tem um peso muito maior do que algo que se julga verdadeiramente importante. Nessa multidão de acasos que é a infância, não se pode prever, com exatidão, o valor disto ou daquilo. Um móvel de quarto, por exemplo. *Oggi*. Com suas formas, suas cores, projetado especialmente para compor um ambiente adequado à criança, ao seu desenvolvimento e à sua liberdade, pode representar, no fim das contas, menos do que aquele primeiro ursinho de pelúcia que seu filho ganhou. Pode ou não pode – este é o jogo da vida. Por via de dúvidas, quem saberá? Garanta também este trunfo.

Móveis Oggi. Para a liberdade de sua consciência (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 12, ago. 1978, p. 97).

Na propaganda dos Móveis *Oggi*, apresentou-se um discurso carregado de representações de infância como o período decisivo da vida, em que a criança deveria desenvolver-se com liberdade para explorar cores, sentimentos e objetos.

O texto também apelou para a dimensão afetiva dos pais, que de modo consciente optariam por adquirir um produto “adequado ao desenvolvimento” e que prometia liberdade ao seu filho. Veicula-se uma ideia específica de liberdade, em uma perspectiva individual, pautada no exercício da autonomia da criança em explorar o seu entorno.

A recorrência desse tipo de discurso, que apresenta uma justificativa de consumo ancorada no paradigma da Psicologia do Desenvolvimento infantil, exige atenção para um outro aspecto, o da apropriação de uma cultura civilizada e burguesa. Esta frequentemente desconsidera as condições econômicas para a aquisição desse tipo de produto e valoriza um modelo de organização doméstico-familiar em detrimento de outros arranjos familiares e de formas diversas de ser criança. A ideia de ser livre e independente em um espaço individualizado não é natural, e sim construído no âmbito de determinada cultura.

Bárbara Rogoff, por exemplo, aponta que as comunidades norte-americanas de classe média têm considerado a separação noturna dos bebês de seus pais essencial para o desenvolvimento psicológico saudável e para o espírito de independência. Todavia, segundo pesquisas desenvolvidas pela autora, “essa crença reflete a orientação que os pais receberam desde o início do século XX de especialistas na educação das crianças” (ROGOFF, 2015, p. 164).

Além disso, constatou que as práticas de educação de crianças em muitos grupos sociais contrastam com a formação voltada para a individualidade separada, privilegiada pela classe média norte-americana. Em muitas comunidades, as crianças são socializadas para serem interdependentes, em um contexto em que a cooperação responde ao grupo, em lugar do individualismo separado.

Não se pode negar que a valorização da individualização da vida familiar expôs uma linha civilizatória articulada ao discurso em prol do amor pelos filhos. Esta linha associa-se a uma outra abordagem, interessada em “tratar” os problemas familiares, como o sono noturno dos filhos, e em justificar com base em conhecimentos psicológicos o consumo de determinado produto. Eis que já se pode distinguir melhor a linha terapêutica, que compõe o tripé argumentativo verificado em *Pais & Filhos*.

### 4.3 “Com os filhos quem manda é a emoção” ... ou a razão?

Noites insones, a tentativa de entender um choro fora de hora, preocupações com problemas de saúde das crianças e os pequenos contratempos da gravidez. Todos nós passamos por isto. E eles também. Pediatras, ginecologistas, obstetras, psicólogos – estes mesmos em quem você confia e que está acostumada a encontrar todos os meses em nossa revista – são humanos, têm filhos e têm os probleminhas do cotidiano que os pais conhecem tão bem. É bom ouvir suas experiências e sentir que estamos, realmente, no mesmo barco.

*Revista Pais & Filhos, n. 1, set. 1986, p. 126*

O trecho em questão apresenta a matéria “Com os filhos quem manda é a emoção”, assinada por Cristina Doria e que agrega depoimentos dos profissionais consultores de *Pais & Filhos*. É interessante observar a estratégia da revista de articular preocupações comuns aos leitores leigos e aos especialistas, visando criar um laço afetivo, um elo entre os saberes médicos científicos e os saberes pertinentes à perspectiva prática da vida cotidiana.

Rosane Amaral, ginecologista e obstetra, por exemplo, comentou sobre sua experiência de segunda gestação, sendo que, na primeira, sofreu um aborto, o que a deixou temerosa e fez com que adiasse esses planos. Na segunda gestação, vigente na oportunidade da entrevista, disse que “o fato de estar esperando um filho me aproximou muito das grávidas que acompanho. Hoje, entendo melhor as queixas comuns desse período” (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 1, set. 1986, p. 127).

Já Roberto Resende, pediatra e consultor da publicação, apresentou o caso da assadura de seu filho de um ano e três meses. Após as tentativas do médico, a solução encontrada para o problema foi o uso de um talco comum no local, sugestão da avó da criança. De acordo com a publicação, essa experiência foi importante para que Roberto valorizasse as ideias das mães: “A gente orienta e elas têm que saber interpretar. É interessante, porque as mães também nos ensinam muito” (Ibid., p. 128).

Destacou-se, ainda, o depoimento da psicóloga clínica Márcia Spada, no qual afirmava que com a maternidade precisou rever uma série de conceitos de sua vida pessoal e profissional. Ela remonta à consultoria dada em matéria citada anteriormente, que tematizava

as crianças que dormiam na cama dos pais. Conforme texto publicado, Márcia teve que “dar o braço a torcer”, pois seu filho Iuri passou a dormir com ela e o marido:

Endosso tudo o que disse sobre o assunto, mas tive que suavizar alguns pontos e passei a acreditar que nem sempre se deve encarar isso como um problema. Tudo depende de como cada família está vivendo esta situação. Se sabemos colocar limites, podemos dar tudo. Na verdade, eu tinha medo de não conseguir colocar esses limites (Ibid., p. 128).

A matéria relativiza a centralidade dos saberes científicos nas experiências materna e paterna, utilizando-se dos depoimentos para justificar o argumento de que é a “emoção”, ou melhor, o aspecto afetivo o fundamento da criação dos filhos. Todavia, não se pode perder de vista o interesse estratégico de conquistar o público leitor para receber da melhor forma possível as recomendações dos profissionais “em quem você confia e que está acostumada a encontrar todos os meses em nossa revista” (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 1, set. 1986, 129).

Em que medida os problemas cotidianos das famílias comuns e aqueles vividos pelos especialistas não teriam relação com o processo de institucionalização da infância e de culpabilização da família? O que aconteceria se a emoção superasse a razão no contexto de educação dos filhos? Vejamos a seguir:

Ele exagerou na travessura, teimou, fez com que você perdesse a cabeça. E pronto, lá se foi uma palmada. Agora, seu filho chora e você se sente cheia de culpas, uma autêntica megera. Mas haverá motivo para tudo isto? Será que a raiva não é um dos momentos do amor? Uma palmada, de vez em quando, cumpre o papel de mostrar limites à criança ou representa somente violência contra ela? (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 9, maio 1985, p. 56)

O artigo “Tudo por causa de uma palmada”, assinado por Eliane Sondermann e com consultoria de Márcia Spada, abordou o comportamento de uma mãe que bateu no filho com a intenção de repreendê-lo. A questão não é nova e perpassa a linha tênue entre educação e violência.

Na matéria em questão, discutiu-se o sentimento de culpa que a mãe poderia nutrir nos momentos em que agia impulsivamente e dava uma palmada no filho. Todavia, essa ação não foi repudiada e sim associada ao contexto de vida de muitas mulheres, em que:

Exige-se demais dela, na medida em que a sociedade lega à família toda a responsabilidade de alimentar, educar e manter a saúde da criança, já que o Estado quase não participa dessa tarefa. [...] Quando você explode com seu filho, o que está acontecendo? Você está mesmo morta de raiva dele. Culpa-se por causa desse ódio, e não propriamente pela palmada: sabe que não doeu tanto assim. Você não deu para machucar, se é uma mãe sadia. Espancar, sim, é coisa bem diferente e absolutamente inadmissível (Ibidem, p. 58).



O texto sugeriu certo limite à violência física, ao indicar que uma “palmada” era tolerada, caso não machucasse e fosse fruto de uma “mãe sadia”. Por outro lado, o ato de espancar a criança foi apresentado como inadmissível. Estimou-se, nesses termos, o viés educativo da revista por meio das estratégias sugeridas às mães a fim de evitar bater no filho, como “dar um olhar severo”, lançar uma palavra e aprender a lidar com a raiva sentida.

A educação dos sentimentos foi recomendada na perspectiva de que “educar não é só aprender números e letras, mas, também sentimentos. Ensine à criança a aceitar que existe hostilidade, isto permitirá que ela expresse na plenitude seus sentimentos” (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 9, maio 1985, p. 58). A educação foi, então, tratada em uma perspectiva ampliada que articulava os conhecimentos escolares e os afetos.

O artigo ressaltou a importância de aprender a lidar com os sentimentos, principalmente em um contexto de mudanças sociais e culturais. Por outro lado, a dita mãe foi apontada como responsável pela educação da dimensão afetiva.

Enquanto, por qualquer coisa, a criança apanhava, hoje em dia a ditadura passou a ser infantil. Mas o importante é que a mãe saiba ultrapassar as pressões e manter uma relação pessoal com seu filho. Ninguém melhor do que ela para conhecê-lo. Se de vez em quando ele precisa de um tapinha no bumbum para entender melhor uma proibição, não se culpe demais por isso. Mas, que tal experimentar na próxima vez fazer uma cara feia? (Ibid., p. 58)

Em paralelo ao tom ameno empregado no trecho para tratar de um tema tão sensível ao contexto familiar, merece atenção seu viés terapêutico e educativo de orientar o adulto, notadamente a mulher, para o autocontrole de suas emoções. Não se trata, contudo, de um investimento discursivo recente, e sim observado no âmbito da história das famílias.

Juarez dos Anjos (2015) tratou da historicidade dos castigos corporais na sociedade paranaense do século XIX, identificando um investimento de transformar esse tipo de conduta dos pais e de incentivar o diálogo com os filhos. No período por ele pesquisado, o castigo para com as crianças, como forma de educação, era empregado de forma corrente. O autor examinou a relação dessas observações no âmbito do processo civilizador da relação pais-filhos identificado por Norbert Elias. Por outro lado, a educação, verificada na pesquisa como transmissão de hábitos, comportamentos e condutas às crianças, não consistia de modo algum em um fenômeno singular e unívoco: “Antes, era interpretada de formas diferentes e diferenciadoras, de acordo com as múltiplas experiências de família e infância nas quais acontecia” (ANJOS, 2015, p. 119).

O artigo veiculado em *Pais & Filhos* - “Uma arte a cada instante, a quem ele quer atingir?”, tratou do contexto de valores em mudanças culturais em relação à prática da

violência física como forma de educação. Dalva Ventura, com consultoria da psicanalista Susan Guggenheim, contestou a prática de ameaçar ou dar palmadas, afirmando que tal medida não provocava mudanças de comportamento na criança ali representada. Ao contrário, sugeriu que os pais agissem de forma compreensiva, por considerar que demonstrações agressivas da criança visavam atingir o mundo adulto e a autoridade por ele representada. Identificou-se, então, a veiculação de uma compreensão psicologizada da criança, expressa na afirmação de que

Elas agredem, sim, mas porque se sentem agredidas. São, frequentemente, crianças muito reprimidas, castigadas ou culpadas, que presenciam muitas brigas e violências em casa. Evidentemente, o arauto não é sempre alguém que sofre espancamento dos pais. [...]. Outras chegam a isso por falta de carinho e atenção. O sentimento de abandono, o ciúme do irmãozinho mais novo, uma situação de conflito permanente dentro de casa, podem explicar ao todo ou em parte as suas constantes diabruras (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 12, ago. 1985, p. 87).

A culpabilização dos pais pelo comportamento da criança mostrou-se evidente, não só nos casos de abandono ou de falta de compreensão, como pela forma com que a conduta dos adultos poderia estimular a competição e permitir o livre acesso a determinados filmes e desenhos na TV, que podem servir de “ingrediente nessa história de criança malcomportada”.

A intervenção adulta nesse processo foi sugerida com base na compreensão e na mudança de postura para com a criança. A revista, então, orientou os leitores nessa situação a impor limites, de forma clara e precisa, concomitantemente à prática do constante diálogo. Em acréscimo, sugeriu que os pais se aproximassem dos filhos de maneira lúdica, por meio da brincadeira, jogo, fazendo dramatizações ou contando histórias.

No decorrer do período examinado, a temática da violência foi abordada em artigos específicos, como “Os caminhos da violência” (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 5, jan. 1972, p. 36-41), “Os efeitos da violência sobre seu filho” (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 4, dez. 1977, p. 110-113) e “Os caminhos que levam à violência” (Idem, n. 5, fev. 1986, p. 100-103).

A primeira matéria foi assinada por Maria Costa Pinto e contou com consultoria de Dr. Maurício Schueller, psiquiatra, membro do Colégio Internacional de Atividade Nervosa Superior (Londres).

No artigo, de início, chamou atenção a fotografia utilizada, proveniente do catálogo da revista alemã *Eltern*, na qual se ilustrava uma criança apontando uma arma para outra, deitada e de olhos fechados. A situação remete à brincadeira de polícia e ladrão, mas nela se destaca o caráter violento e realista da experiência.

Figura 75 – Matéria “Os caminhos da violência”



A criança não nasce violenta. Mas o mundo a torna capaz de qualquer tipo de reação agressiva. Primeiramente como resposta a simples brincadeiras; depois, como meio para libertar sua personalidade sempre reprimida.

Ricardo fez seis anos; adora as brincadeiras de mocinho e é o heroico combatente dos campos de batalha armados nos jardins. Pediu de presente à mãe o fino da metralhadora, que faz tá-rá-tá-tá e solta até fogueiro. No entanto, existem povos primitivos — selvagens, para os civilizados — que nunca guerrearão, embora se fale que a guerra é uma disposição inata do homem. Seria a violência de Ricardo realmente uma disposição ou apenas resposta às tentativas de contenção de outros instintos — o de liberdade, por exemplo. Pela vida afora, o homem ouve que “amor com amor se paga”. E a violência, paga-se com violência?

Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, n. 5, jan. 1972, p. 36-37. Depositário: FBN

O artigo versava a respeito da violência expressa pela criança, concebida como característica do meio em que os homens vivem, especialmente o dito “civilizado”, e não como atributo inato de toda a humanidade. Houve uma clara aproximação do discurso psicanalítico, pelo emprego de termos como “personalidade sempre reprimida” e “contenção dos instintos”.

No decorrer do texto, a redatora criticou a sociedade moderna, que proporcionaria confortos e, ao mesmo tempo, fomentaria irritação, individualização e descontrole emocional. Esses aspectos foram exemplificados por situações cotidianas vividas no trânsito, na rua, no trabalho e até mesmo no ambiente familiar.

Nesse contexto, o comportamento agressivo dos adultos seria imitado pelas crianças. Daí a importância da leitura desse tipo de matéria pelos pais, que poderiam até mesmo realizar um teste intitulado: “Você é violento?”

Este teste é para saber se você é violento e em que tipo de grau, isto é, qual é o tipo da sua violência. Nunca é demais a gente se conhecer bem, principalmente quando esse conhecimento pode nos servir de remédio e mesmo de arma. Responda sem violência porque, sobretudo quando se trata de violência, é importante ter a cabeça fria.

1. você é dos tais que, quando está perdendo uma parada qualquer, apela infalivelmente para a agressão?
2. O que é pior: - crime contra criança; - crime contra dois adultos; - crime contra uma mulher grávida; - todos são iguais
3. Você é agressivo?
4. A tourada é um espetáculo de violência?
5. O que você acha da violência gratuita entre jurados e calouros nos programas de TV: a) engraçada; b) absurda; c) nada de mais.
6. Para os homens: você se sente um machão? Para as mulheres: você prefere um homem machão?
7. Desde as Cruzadas, o nome de Deus foi estandarte para muitas guerras. Você acha que a guerra assim foi menos horrenda?
8. Você se sente violentado na sua vida cotidiana?
9. O Maracanã modifica seu comportamento no que toca a exteriorização da agressividade?
10. Você trabalharia em algo que não gosta porque precisa ganhar dinheiro?
11. Você considera os métodos de não-violência uma forma de agressão?
12. Você desculpa a violência: a) nunca; b) contra uma outra violência; c) sempre; d) depende do caso (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 5, jan. 1972, p. 40).

O teste fornece elementos para caracterizar o que seriam comportamentos sociais e hábitos culturais considerados como violentos, a saber: apreciar touradas, tomar como engraçadas manifestações de violência em programas televisivos, não se chocar com guerras, inclusive as de caráter religioso, e até mesmo exteriorizar a agressividade em jogos desportivos no Maracanã. Há um claro investimento terapêutico em levar o leitor à reflexão e à autoavaliação de seus comportamentos e concepções.

Nesta linha analítica, pode-se articular o aspecto civilizatório dos discursos veiculados na publicação, anteriormente discutido à luz dos estudos de Norbert Elias, às práticas modernas de governamentalidade elucidadas por Michel Foucault. Para este autor, as práticas de controle social, estabelecidas por diferentes instituições da sociedade, como pode ser lida a imprensa periódica e parental, visavam à governamentalidade, isto é, ao autocontrole de hábitos e de emoções individuais, a partir de discursos de poder-saber disseminados no tecido social de forma capilar, formando uma rede de linhas de controle<sup>170</sup>.

O discurso crítico à violência foi retomado no artigo “Os efeitos da violência sobre seu filho” assinado por Ciano Noróes, com consultoria dos psicólogos clínicos Eliezer Schneider e Vera Pinheiro. A presença destes profissionais como consultores valorizava o discurso *psi*

<sup>170</sup> Para Foucault, a inovação da modernidade se concentra na discricção sublime das linhas de controle, apontando para uma economia, uma busca de eficácia, que age sobre o processo e não mais sobre o resultado. O método que permite esse controle minucioso é a *disciplina*. Em suas análises, Foucault indica que os poderes se exercem em níveis variados e em espaços distintos da rede social. Estes não estão localizados em nenhum lugar específico da estrutura, já que o poder não funciona em cadeia, não é homogêneo de um indivíduo sobre outro, de um grupo sobre outro, de uma classe sobre outra. Cf.: FOUCAULT, 2004.

publicado, cujo eixo argumentativo considerava a violência em uma perspectiva ampliada, na medida em que estava presente tanto nos filmes e programas televisivos quanto nas relações familiares.

A violência explode em cada esquina. E, os meios de comunicação – reflexo da época, registro da História – falam disso à toda hora. Como as crianças hoje em dia se interessam desde cedo por jornais, revistas, rádio e passam horas à frente da televisão, muitos pais se preocupam com os efeitos deste convívio forçado de seu filho com manifestações de violência. Mas nem sempre percebem a importância de também proteger a criança contra a violência latente nas relações familiares, que criam um ambiente de insegurança. Tudo isto deve ser objeto de reflexão (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 4, dez. 1977, p. 110).

O tema da violência e a sua influência sobre as crianças já configurava objeto de discussão na imprensa parental há trinta anos. O fragmento abordou, ainda, a importância cultural que as mídias assumiam naquele contexto histórico, aspecto que mereceria uma reflexão mais detida dos pais.

Na sequência do artigo, a consultora Vera Pinheiro reforçou aos pais leitores a necessidade de considerar não só a influência dos meios de comunicação, como também os “próprios instintos agressivos” da criança. Em acréscimo, a opinião expressa pela psicóloga indicava que a violência exercida pelas famílias, exemplificada por atitudes repressoras e punitivas, era a possível causa da violência expressa por crianças e adolescentes. Também é colocada em xeque a superproteção dos pais, que

Oferecendo aos filhos o que possam desejar, não constitui nenhuma profilaxia para o problema, podendo, inclusive, ser outro fator de origem da violência. Não apenas porque essa atitude, em geral, esconde a incapacidade de amar, como também porque o amor excessivo e superprotetor acaba por sufocar a criança, que tentará na certa encontrar a sua independência através de atos violentos (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 4, dez. 1977, p. 113).

De um lado, vivia-se a violência na sociedade e, de outro, pairava o sentimento de culpa por serem considerados repressores, superprotetores ou demasiado permissivos. Há uma clara atmosfera culpabilizadora da família, em que recaía sobre a dimensão privada a orientação para uma mudança de conduta e a solução do problema da agressividade infantil. Esse tipo de discurso distancia-se de uma abordagem sociológica e histórica da questão, desconsiderando a reflexão acerca das relações econômicas e de poder que atravessam as manifestações infantis ditas violentas.

O artigo “Os caminhos que levam à violência”, publicado em fevereiro de 1986, foi assinado por Marcia Ludmila e teve como consultor Dr. Christian Gauderer, apresentado como especialista em psiquiatria infantil e do adolescente pelo *American Board of Child*

*Psychiatry* (Universidade de Harvard). A dita preocupação dos pais a respeito do que os filhos assistem na TV foi o mote de abertura do texto:

Seu filho adora assistir televisão, vibra com os desenhos do He-Man. Depois, levantando sua espada, igual à do super-herói, sai batendo nos móveis e pessoas. grita, pula, corre, numa luta imaginária com mil inimigos e perigos. Revólveres, armas que disparam laser e tanques em miniatura, estão sempre espalhados por seu quarto. Você se pergunta: Ele será uma pessoa violenta? Devo esconder os brinquedos, desligar a televisão e tentar criá-lo numa redoma de paz? (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 5, fev. 1986, p. 101)

O fragmento refere-se a um desenho animado exibido na TV que era famoso entre o público infantil no contexto da publicação e descreve o ato de imitação do personagem realizado pela criança expectadora, considerado comum no contexto de desenvolvimento infantil. A estratégia de apresentar questões que os pais leitores possivelmente compartilhavam chama a atenção, revelando o desejo de cativar o público para a discussão empreendida.

Em seguida, a articulista discorreu sobre a violência como integrante da história humana, que teria acompanhado a humanidade desde a “época das cavernas”, sendo elemento constitutivo de sua “natureza animal”. Ademais, afirmava-se uma diferença em relação ao contexto contemporâneo, no qual o homem teria produzido “todas as condições para o seu próprio fim, com a destruição completa da humanidade e até do planeta, a partir do advento das armas nucleares” (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 5, fev. 1986, p. 102).

A violência foi, então, caracterizada não só como atitudes de agredir ou bater em alguém, e sim como o conjunto de gestos, palavras e ações para com os outros. Nesse contexto, a agressividade foi tratada como “algo que se aprende”, não só assistindo a desenhos, filmes ou brincando com outras crianças, e sim por meio de gestos e comportamentos experimentados no seio da família. Eis outro investimento em “fazer pensar” o leitor, exemplificado pelo trecho a seguir:

Pare e pense um pouco: como é o ambiente doméstico, a relação com seu marido, empregados e com toda a família? Você costuma perder a calma com muita facilidade, grita e se aborrece sempre no trânsito? Observando os pais e sua maneira de agir, as crianças tendem a incorporar muitas de suas atitudes e comportamentos. Assim, preste atenção: se vocês brigam e discutem na frente das crianças, se sua postura é autoritária e você eleva comumente a voz, é fácil perceber que, em muito pouco tempo, seu filho estará agindo tal e qual você (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 5, fev. 1986, p. 102, grifo nosso).

A articulista reafirmou o discurso de responsabilização das famílias, representadas pela lente da família de classe média ou alta, dotada de empregados domésticos e veículos

particulares. Novamente, o problema estava na postura “autoritária” e reforçava a característica percebida como “infantil” de imitar o comportamento adulto.

A dimensão educativa e terapêutica da matéria consta, ainda, no exemplo dado a respeito da conversa sobre brincadeiras com armas, em que os pais foram orientados a explicar às crianças sua serventia, ao invés da simples proibição. O “método” do diálogo foi indicado como forma de resolver a questão com os filhos, reforçando um tratamento individualizado da questão da violência.

Na condição de veículo educativo, *Pais & Filhos* pretendeu tratar a família e, ao mesmo tempo, educá-la para o exercício de uma autoridade parental que se distinguiria da prática do autoritarismo, possibilitando um autogoverno pelos próprios pais. Foi recorrente o diálogo com o discurso *psi*, embasado pela consultoria de psicanalistas e psicólogos clínicos, como exemplificado pelo artigo “Autoridade x autoritarismo”, assinado por Zilda Ferreira e com o psicanalista Luiz Alberto Py como consultor.

Ameaçar, cobrar, punir. Não ouvir os argumentos da criança, mas impor sempre a sua verdade. Ser autoritário. Do outro lado, abrir um espaço para a discussão saudável, avaliar o que os pequenos reivindicam, contrapor, estar atento às suas razões. E só então decidir pela melhor solução. Ter autoridade. É bom parar e avaliar qual tem sido o seu caminho, a sua forma de agir (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 4, dez. 1989, p. 35).

Já em sua apresentação, a articulista diferenciava uma conduta autoritária do uso “correto” da autoridade, no qual a escuta da criança pelos pais seria a chave para a “boa” educação, em detrimento de ameaças e punições. No decorrer do texto, o desenvolvimento infantil foi compreendido como um processo em que a criança ampliaria sua autonomia para a tomada de decisões. Todavia, a postura dos pais poderia prejudicar o pleno desenvolvimento, no caso da imposição de decisões sem uma conversa aberta com os filhos. Nesse sentido, a matéria pretendia fornecer subsídios para uma mudança na postura dos pais, ao sugerir que

Na hora de exercer a autoridade, a coerência funciona como poderosa aliada. Não se consegue convencer os filhos a fazer ou deixar de fazer qualquer coisa sem ter motivos consistentes. Eles estão sempre a exigir de nós argumentos compreensíveis, verdadeiros. E que, de volta, tenhamos tempo e disponibilidade para tentar entender os seus. Desta troca nasce o diálogo indispensável a uma boa relação, que supõe o respeito de ambas as partes. Se em um momento os pais correm o risco de se tornar simplesmente autoritários ou se notam este tipo de comportamento nos filhos (e por que não?), o melhor talvez seja adiar o papo ou a decisão até que os pontos de vista dos dois lados possam ser calmamente reavaliados (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 4, dez. 1989, p. 37).

Veiculou-se, então, um tipo de pedagogia dos sentimentos, embasada em um método de exercício da autoridade que exigiria coerência, explicitação de motivos e argumentos, disponibilidade de escuta, diálogo respeitoso e autoavaliação.

Método similar foi sugerido na abordagem do tema da infância e da religião. A primeira matéria localizada a esse respeito foi “Papai, quem é Deus?”, publicada em setembro de 1969. Assinada por Luiz Carlos Lisboa, teve como consultores Padre Hugo Paiva (católico, diretor do Instituto Superior da Pastoral Catequética), Reverendo Elias Medeiros (presbiteriano, presidente do Presbitério do Rio de Janeiro), e Célia Tavares de Melo (psicóloga educacional).

O artigo tratou da dúvida dos pais a respeito da forma de responder às perguntas das crianças sobre Deus, sugerindo que “a sinceridade é sempre a melhor atitude. Os pais só podem transmitir aquilo que sentem. A uma pergunta: ‘onde mora Papai do Céu?’, caberia a resposta: mora no coração da gente” (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 1, set. 1969, p. 129).

Nesse contexto, os adultos foram considerados como uma das formas de acesso da criança a Deus, devido às constantes referências à questão no âmbito familiar, concomitantemente à suposta necessidade intrínseca ao homem de entender a sua própria existência. O artigo destaca a relevância de uma formação religiosa da própria família, pois

A formação religiosa insuficiente, que deixa uma vaga imagem de Deus – a qual só mais tarde será completada pelo jovem – parece ser a causa do exagerado subjetivismo, que constrói Deus em função das necessidades psicológicas de cada um. Assim, uma noção abstrata da imagem divina concorre para a fabricação de um Deus de conveniência (Ibid., p. 132).

Consta no texto a crítica ao subjetivismo da vivência religiosa e a culpabilização dos pais por uma construção da imagem de Deus vista como insuficiente. Por considerar os pais como os educadores das crianças no quesito religião, a matéria sugere um modo de ação:

As respostas a questões religiosas propostas por crianças não devem ultrapassar, até os cinco ou seis anos, aquilo que está contido na pergunta feita. Até uma certa idade, a curiosidade das crianças se satisfaz muito depressa, e se os pais se alongam ou entram em detalhes a ideia se torna nebulosa e cria confusão no espírito infantil (Ibid., p. 133).

Luiz Carlos Lisboa divulga, então, uma concepção etária do sentimento de religiosidade na criança, alinhada à concepção de desenvolvimento infantil na perspectiva psicológica já discutida anteriormente. Cabe notar, de um lado, a filiação ideológica da equipe editorial de *Pais & Filhos* à matriz religiosa monoteísta e cristã (católica e protestante), exemplificada pelos consultores participantes e pelo emprego do termo “Deus” no singular e, de outro, a exclusão de outras manifestações religiosas existentes.



No que diz respeito à consultoria especializada referente à temática “religião”, merece ressalva a atuação do religioso Frei Pedro Secondi<sup>171</sup> como membro do conselho científico da revista, no período de 1968 a 1977. De acordo com informação divulgada na própria publicação, o consultor era doutor em Teologia pela Faculdade de Saint Maximin, bacharel em Letras pela Universidade de Nancy, França, e professor de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Conforme verificado em seus dados biográficos, o trabalho no Instituto Católico de Estudos Superiores com Alceu Amoroso Lima, seu idealizador e fundador, e Leonel Franca, membro do corpo docente e administrativo, ambos associados ao movimento católico<sup>172</sup>, sugere participação social e política de Secondi em prol da religião católica.

A presença do religioso em *Pais & Filhos* aponta, ainda, as redes de sociabilidade tecidas entre o grupo editorial e representantes de enunciados católicos, reverberando em um potencial público leitor ligado a esta religião. Tal situação é exemplificada pela carta publicada na seção “*Pais & Filhos* escrevem”, em janeiro de 1969:

Estamos acompanhando, com satisfação, a publicação de vossa revista, para a qual não regatearemos elogios e votos de continuidade. Achamos, no entanto, que para ser mais completa deveria ela, ao apresentar orientações biológica, psicológica e social de educação, acrescentar a orientação religiosa e moral, indispensável à formação do homem integral. Não fazemos este apelo por proselitismo católico. Não é orientação católica que pedimos, mas a atitude a ter face à religião, aberta a todos os credos (ecumênica). Orientação que dê da religião uma ideia de integração positiva na vida familiar, profissional, social, esportiva. Sabemos ser a religião um assunto pessoal, mas o sexo também o é. Que se dê a ela o mesmo tratamento aberto e claro que se dê a este. Não faltariam teólogos e pessoas competentes, aqui na Guanabara como em São Paulo, Belo Horizonte e outras partes do Brasil, que, de boa vontade, colaborariam com a vossa revista, dentro do espírito do Concílio Vaticano II. Ficaremos sensibilizados pelo apreço que for dado a nossa solicitação e mais nos empenharemos em divulgar a revista nas dioceses brasileiras nas quais trabalhamos (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 5, jan. 1969, p. 126).

Assinado por trinta homens e mulheres ocupantes de “cargos importantes na Coordenação de Dioceses, Paróquias e Colégios, sacerdotes ou religiosas” de diversos Estados como Rio, São Paulo, Amazonas, Paraíba, Rio Grande do Sul, o texto expressou crítica em relação ao discurso terapêutico veiculado sobre a sexualidade infantil, que,

<sup>171</sup> Pedro Secondi (1901-1992) nasceu na França, seguiu carreira militar, como oficial da Marinha Francesa, até ingressar na vida religiosa, na ordem dos Dominicanos. Neste contexto, tornou-se sacerdote e doutorou-se em Filosofia e Teologia. Em 1931, foi enviado pela Ordem ao Brasil, agregando-se ao Convento Dominicano do Leme, no Rio de Janeiro. Em 1932, participou da organização do Instituto Católico de Estudos Superiores, juntamente com Alceu Amoroso Lima e Pe. Leonel Franca, que deu origem à PUC-Rio. Integrou o corpo docente dessa instituição, tendo sido igualmente professor de Filosofia na Universidade de Santa Úrsula. Foi membro fundador e pertenceu à Academia Brasileira de Filosofia. Cf.

<[http://www.cdpb.org.br/dic\\_bio\\_bibliografico\\_secondi.html](http://www.cdpb.org.br/dic_bio_bibliografico_secondi.html)>. Acessado em 05 abr. 2018.

<sup>172</sup> A respeito do movimento católico e da respectiva atuação de Alceu Amoroso Lima e Pe. Leonel Franca, conferir as investigações de Narciso (2008), Salem (1982), Sgarbi (1997) e Silva (2010).

conforme discutido no segundo capítulo, fundamentava-se no campo da Psicologia e Psicanálise.

A articulação do tema da sexualidade com uma abordagem teológica foi justificada pelos assinantes do texto como parte do movimento vivenciado no âmbito da Igreja Católica após o Concílio Vaticano II<sup>173</sup>. A equipe editorial, por sua vez, informou que o assunto estava em pauta e seria tratado nos próximos números da revista, o que não foi verificado nos termos sugeridos.

A despeito da longa permanência do frei dominicano Pedro Secondi como membro do conselho científico da revista, a frequente consultoria de representantes católicos foi alvo de crítica de leitores, como ilustra a carta veiculada em setembro de 1969, com título “Assuntos religiosos”:

Tenho adquirido a revista Pais & Filhos e muito tenho apreciado seus artigos. É uma revista de grande penetração e orientação familiar de fato. Tenho apenas uma observação a fazer para que ela se torne ainda mais instrutiva. Na relação de consultores, notei que faltam nomes de consultores evangélicos no que se refere à Teologia. Como V. S.<sup>a</sup> sabe, temos no cenário evangélico nacional e mesmo internacional pastores e líderes evangélicos que poderiam prestar a essa revista preciosa colaboração. Missionário João – Capim Branco, MG (REVISTA PAIS & FILHOS, n.1, set. 1969, p. 108).

O texto forneceu indícios do consumo da revista por leitores de diferentes religiões, em que a preponderância de um discurso católico parecia causar incômodo e exclusão desses sujeitos. Por outro lado, a carta trouxe interessante avaliação do suposto leitor em questão, que indicava que a publicação lhe servia de ferramenta de “orientação familiar”.

A resposta à mensagem remete à escuta da equipe editorial à reclamação, pois foi informado que “neste mesmo número, *Pais & Filhos* publica matéria sobre tema religioso e o

---

<sup>173</sup> O Concílio Ecumênico Vaticano II reuniu o Papa e os aproximadamente 2.000 bispos do mundo inteiro, no período de 1962 a 1965. Seu início foi proclamado pelo papa João XXIII e, com sua morte em 1963, o Papa Paulo VI deu continuidade às sessões, aproximadamente uma por ano, em geral de outubro a dezembro. Teve por objetivo modernizar a Igreja e atrair cristãos afastados da religião, comunicando a fé católica ao homem contemporâneo. O Concílio produziu quatro constituições, oito decretos e três declarações. Entre os documentos conciliares mais famosos estão *Lumen Gentium* (sobre a identidade e missão da Igreja), *Dei Verbum* (sobre a Revelação Divina), *Gaudium et Spes* (sobre a Igreja no mundo), *Sacrosanctum Concilium* (sobre Liturgia), *Unitatis Redintegratio* (ecumenismo e diálogo cristão), *Ad Gentes* (missão da Igreja) e *Inter Mirifica* (sobre os Meios de Comunicação Social). São aspectos resultantes do Concílio: a) divisão do poder papal com outros cardeais; b) celebração das missas na língua de cada país; c) aceitação da ideia de que, mesmo por meio de outras religiões, é possível conhecer Deus e a Salvação. A reforma mobilizou a Igreja para a pluralidade e diversidade cultural, mas não livre de problemas. Verificaram-se dificuldades de diálogo interno, além de processos de clericalização e de resistência às propostas de abertura do Vaticano II até os dias de hoje. Para saber mais, cf. <<http://arqrio.org/formacao/detalhes/190/o-concilio-ecumenico-vaticano-ii>>. Acesso em: 06 abr. 2018; <[http://www.snpcultura.org/concilio\\_vaticano\\_ii\\_origem\\_e\\_documentos.html](http://www.snpcultura.org/concilio_vaticano_ii_origem_e_documentos.html)>. Acesso em: 06 abr. 2018.

leitor pode ver que a opinião de religiosos protestantes também é presente”. Trata-se do artigo analisado anteriormente, intitulado “Papai, quem é Deus?”.

No ano seguinte, persistiu a movimentação no campo discursivo acerca da religião. A relação entre os discursos teológicos de matriz cristã e aqueles provenientes da Psicologia foi registrada na seção de cartas de leitores:

Foi um desastre lamentável a última seção Problemas de Pais e Filhos (n. 3, nov. de 1969) dessa revista que se vinha mostrando tão honesta: entregar a um religioso católico um problema de religião. Tanto mais que a consulta sugeria um psicólogo. Entre outros disparates, o texto de solução está em desacordo com seu título: eles têm o direito de conhecer para decidir mais tarde. Cultivar uma religião no campo limpo das crianças e esperar a resposta para mais tarde é apenas dar a conhecer? Por favor, publiquem esta carta, por honestidade. E por mais honestidade ainda façam a mesma consulta – “devo dar uma religião a meus filhos”? - a um psicólogo. Jorge Teles – Curitiba, PR (REVISTA PAIS & FILHOS, n.5, jan. 1970, p. 128).

O suposto leitor Jorge Teles indicou com veemência a sua insatisfação em verificar um católico tratando da questão do cultivo de uma religião na criança. Chamando de “desastre lamentável” esse tipo de conduta por parte da publicação, chegou a sugerir que um psicólogo seria o profissional mais indicado para tratar da questão. Cobrava, ainda, honestidade da revista quanto a publicação de sua reclamação.

Merece ressalva o fato de que não foi veiculada resposta ou réplica à colocação de Jorge Teles, apenas a publicação da carta em negrito. Pode-se verificar, com isso, o cenário de disputas de poder no que tange ao discurso “mais verdadeiro” acerca do tema, aquele proveniente de teólogos ou de psicólogos.

Vê-se, ainda, que a leitura dessas cartas sugere formas de relacionamento empreendido entre os leitores e a equipe editorial, decorrentes das críticas, positivas e negativas, à própria publicação. A dinâmica de respostas às cartas dos leitores por parte dos articulistas da revista, por sua vez, possibilita uma aproximação com as reflexões de Michel de Certeau acerca do processo de produção discursiva e cultural, especialmente em relação aos ditos “consumidores”, representados pelos supostos leitores.

Se atentarmos para a potência do seu papel de intervenção nos formatos e assuntos abordados em *Pais & Filhos*, pode-se compreender a relação existente, sugerida por Certeau (1998), entre os produtores e os consumidores, pois a ideia de “informar a população”, baseada em uma “pretensão pedagógica” da própria revista, não consegue captar o ato de consumir empreendido pelos sujeitos. Nesse contexto, assimilar a cultura contempla um duplo movimento “de tornar-se semelhante ao que se absorve e torná-lo semelhante ao que se é, tornando-o próprio, [re]apropriando-se dele” (CERTEAU, 1998, p. 265).

Certeau contribui, ainda, para o rompimento da concepção de leitura como atividade passiva, ao indicar que “o leitor inventa no texto outra coisa que não aquilo que era a intenção dos produtores do discurso, criando algo não-sabido no espaço organizado por sua capacidade de permitir uma pluralidade indefinida de significações” (Ibid.) Mas, o que os sujeitos fazem com os objetos culturais que lhes são dados a conhecer?

As cartas veiculadas no periódico trazem indícios desses fazeres, pois apontam opiniões dos leitores, visões críticas da revista e até mesmo elogios. Como adverte Certeau (1998), tal afirmação permite percebê-los como insubmissos, capazes de sintetizar discursos, fugir da ordem, agindo entre estratégias e táticas.

As estratégias editoriais pretendem instituir a revista como espaço próprio, lugar que enuncia, que escreve e impõe determinada visão. Já os sujeitos ordinários, históricos e insubmissos, ainda que inseridos em uma ordem estratégica e disciplinar, caminham no espaço das táticas, no que não lhe é próprio. Nesse contexto, as táticas correspondem ao espaço das astúcias e minúcias, capazes até mesmo de transformar, no caso analisado, as abordagens e os conteúdos de um periódico.

No decorrer dos anos, identificou-se que a voz da Psicologia prevaleceu no âmbito discursivo a respeito da religião. O artigo “Deus existe”, por exemplo, foi assinado por Miriam Marreiro e teve a psicóloga clínica Vera Pinheiro como consultora. Nele, a escolha religiosa das famílias não se restringe à fé cristã, considerando também a possibilidade de os pais serem ateus. Repete-se o argumento de que

A criança toma conhecimento da ideia de Deus através das informações transmitidas pelos adultos e também pela necessidade que todos sentimos de tentar entender o significado da vida no mundo. E essa exigência torna-se tão grande que ela vai procurar uma resposta para o problema. E aí as perguntas serão inevitáveis. Quando os pais devem responder de uma maneira honesta, para que o filho não se sinta enganado ou confundido. É claro que tudo dependerá da posição dos pais, religiosos ou não. Mas tudo deve ser feito de maneira clara e aberta (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 2, out. 1976, p. 108).

No trecho em questão, “Deus” foi tratado como uma ideia construída pela criança em sua relação com adultos e em sua busca por autoconhecimento. De acordo com Vera Pinheiro, a resposta honesta dos pais, “religiosos ou não” seria a estratégia sugerida para dar à criança segurança psicológica. A psicóloga compartilha uma ideia de Deus “que ama e não o Deus que pune”, aspecto que se articula ao debate em torno da punição e violência praticadas para com as crianças.

A concepção de “Deus” como ideia foi retomada no artigo “Deus e a criança”, publicado em fevereiro de 1981. Pamela Nunes contou com a consultoria de Iracéia de

Oliveira Guerra (psicóloga clínica especialista em Psicologia da Família) e, já no início, apresentou uma síntese da psicogênese da ideia de Deus, da infância até a idade adulta.

A ideia de Deus vai crescendo com a criança. No início, é um senhor barbudo, sentado num trono imponente: comanda a chuva, o sol, os trovões e os raios. E também é o responsável pelos castigos que mamãe e papai delegam ao Papai do Céu. Na adolescência, Ele entra em crise, mas permanece para o jovem sem representar uma experiência sólida. Mas será só na idade adulta que Deus terá repercussões definitivas para a personalidade, quando a vivência mística significar uma experiência subjetiva e importante. Isto vai ser possível se a religião amadureceu junto à pessoa. E para isso acontecer, a formação religiosa deve ser flexível e evitar os caminhos rígidos de dogmas como pecado, penitências, castigos. Esta reportagem fala sobre esses temas (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 6, fev. 1981, p. 52).

O texto não circunscrevia a construção da ideia divina a uma religião específica; ao contrário, orientava os pais a serem flexíveis nessa questão. A autora argumentou o caráter privado da formação religiosa, que deveria ficar a critério de cada família, “com o cuidado de não inculcar a doutrina como verdade absoluta. Um procedimento autoritário em assuntos religiosos poderá criar uma inibição profunda na criança que passará a agir sempre coibida, com culpa, por medo do castigo divino” (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 6, fev. 1981, p. 53).

À luz dos artigos até então analisados, conclui-se que a abordagem de *Pais & Filhos* a respeito da construção de “Deus” pela criança recaiu sobre uma dimensão individualizada, no máximo, circunscrita ao âmbito familiar. Todavia, cabe considerar a construção da religiosidade para além da dimensão psicológica, pois se trata de um aspecto do desenvolvimento humano construído por múltiplas variáveis, geográficas, étnicas, econômicas, culturais, dentre outras.

Circunscrita ao discurso *psi*, a ação da norma educativo-terapêutica contribuiu para certo esvaziamento da complexidade do que seja a vida, operando na despolitização do cotidiano e inscrevendo-o nas micro preocupações em torno da intimidade psicológica. Nas palavras de Jurandir Freire Costa, “é através da polarização da consciência dos indivíduos sobre estes objetos parciais de suas existências socioemocionais que a norma terapêutica se implanta e passa a agir” (COSTA, 2004, p. 17). Sendo assim, os ideais terapêuticos de família tiveram considerável impacto sobre as representações a respeito das formas de viver a maternidade e a paternidade no contexto examinado.

Conforme sinalizado por Christopher Lasch (1991), no século XX, as famílias estiveram cada vez mais sujeitas aos especialistas externos. O autor utiliza como exemplo de sua afirmativa a ampla circulação do livro *Baby and Child Care*, do pediatra americano Benjamin Spock (1903-1998), conhecido como Dr. Spock, que alcançou mais de 200 edições

entre 1946 e a década de 1970. No Brasil, o livro recebeu o título de *Meu filho, meu tesouro* e agregava conselhos direcionados às mães a respeito dos cuidados básicos com os seus bebês.

*Pais & Filhos*, na edição de setembro de 1970, publicou matéria assinada por Glória Nogueira a respeito de Dr. Spock, tratado como o homem “que comandou a rebelião das crianças”.

Figura 76 – Matéria “Dr. Spock”



O que será que faz ali no meio aquele senhor grisalho? A foto mostra cabeludos de todas as cores, barbas de todos os tamanhos, empunhando bandeiras e faixas de lemas pacifistas. O terno, a gravata, o rosto barbeado do senhor, destoam. Mas talvez, ali, ninguém esteja mais seguro das teses que apregoa. Ele é americano, pediatra, e tem, por força da profissão, “um grande respeito pela vida”. Passou-a, até agora, dedicando-se a tratar de crianças e orientar seus pais a educá-las com amor. Já esteve preso, foi acusado de comunista, mas suas palavras ampararam toda uma geração de mães burguesas, especialmente dos Estados Unidos. É o Dr. Benjamin Spock, autor do livro *Meu Filho, Meu tesouro*, *best seller* que já vendeu mais do que a Bíblia nos Estados Unidos, num período de dez anos; foi traduzido para 26 línguas e revolucionou a tal ponto a Pediatria e a Educação tradicionais, que hoje é acusado de ser fonte de origem dos movimentos *hippies* e de contestação, em geral. O autor nega isso, mas não deixa de afirmar: “Sinto-me orgulhoso dessa juventude. É dela que virá a salvação para a América e para o mundo”.

Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, n. 1, set. 1970, p. 60-61. Depositário: FBN

Interessa observar a narrativa de apresentação a respeito do Dr. Spock, iniciada de forma irônica, comparando-se certos aspectos físicos do médico com os daqueles considerados por Glória Nogueira como seu principal público, os *hippies*. Na continuidade do artigo, ficou mais clara a justificativa da concepção de Dr. Spock como “revolucionário”. Ele foi considerado como um dos mais emblemáticos críticos à aplicação de castigos como forma de modificar os comportamentos infantis, sugerindo, por outra via, a construção de relações afetuosas entre a criança e os pais. Este discurso, conforme discutido anteriormente, era frequente na publicação e assumia vulto nos campos da Psicologia e da Educação.

Spock, por exemplo, sugeria que as mães flexibilizassem o horário de alimentação das crianças, em um contexto em que a maioria dos pediatras recomendava que fosse feito de 4 em 4 horas, aspecto sinalizado por Gloria Nogueira em seu artigo. A autora indica, ainda, que a tese educacional de Spock era, ao mesmo tempo, pediátrica, psiquiátrica e psicanalítica, socialmente relevante pelo discurso encorajador ao exercício materno ao dizer que “qualquer mulher de bom senso é capaz de educar os filhos, sem depender totalmente dos saberes médico-higiênicos” (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 1, set. 1970, p. 66).

Conforme verificado na análise da revista e em concordância com Nathalie Itaboraí (2015), é notável a importância da Psicanálise nos anos 1960 e 1970, no contexto de mudanças na família e nos comportamentos. Trata-se de importante marco cultural, especialmente porque leva a uma atitude reflexiva por parte do eu e possibilita revisões das relações parentais calcadas no diálogo e não somente na autoridade.

Contudo, há certa contradição neste tipo de discurso, pois ao mesmo tempo em que afirma que a mulher é “capaz” de cuidar e educar, o que configura “ter bom senso”? Não seria um dos objetivos da Psicanálise e da Educação transformar os pais, e de modo específico a mulher, fazendo-os conhecer os princípios considerados “corretos”? Até que ponto os conselhos vindos de fora ao invés de fortalecerem os leitores não os tornavam mais inseguros e reféns desse tipo de discurso?

As famílias de classe média, o principal público de *Pais & Filhos*, pareciam experimentar, em consonância com as observações feitas nos estudos de Lasch, o temor dos afetos ambivalentes, baseado na má interpretação da teoria freudiana de que “os pais só deveriam ter bons momentos com os filhos” (LASCH, 1991, p.14). A supervalorização do amor para com os filhos, por outro lado, colabora para uma supremacia da dimensão afetiva da relação parental, fruto da tendência cultural contemporânea de evitar conflitos.

As críticas aos enunciados como os de Dr. Spock, por seu tempo, sugerem um processo de deseducação das crianças, que não conseguiriam lidar com os desafios da vida, somente com alegrias. De acordo com Lasch, merece ressalva a manifestação dessa situação de modo distinto entre as famílias da classe média e as da classe operária.

Como contraponto a esta abordagem psicanalítica, na apresentação da obra *Refúgio num mundo sem coração*, originalmente escrita em 1977, Lasch cita o psicólogo Bruno Bettelheim<sup>174</sup>. Surpreende verificar que a revista *Pais & Filhos* também fez referência a este

---

<sup>174</sup> Bruno Bettelheim (1903-1990) nasceu em Viena, foi discípulo de Freud e doutorou-se pela Universidade de Viena em 1938. Na Segunda Guerra Mundial, foi preso pelos nazistas nos campos de concentração de Dachau e Buchenwald, mas libertado em 1939. Emigrou para os Estados Unidos e, naquele país, foi nomeado pesquisador assistente da Progressive Education Association, da University of Chicago. Em 1944, naturalizou-se cidadão estadunidense e tornou-se professor assistente de Psicologia da University of Chicago e chefe da

autor, ao divulgar a sua obra *Uma vida para seu filho*. No Brasil, este livro pode ser considerado um sucesso editorial, já que em 1989 já contabilizava a 16ª reimpressão, desde o seu lançamento em 1988, pela Editora Campus.

*Pais & Filhos* publicou, em 1988, o artigo “Criar filhos - uma arte a ser vivida através do exemplo”, assinado por Dalva Ventura, com consultoria da psicóloga Beatriz Kuhn, psicóloga e do psicanalista José Marcos Moura. Nele, sugere-se a leitura da obra em questão e, com isso, observa-se a apropriação atualizada das discussões do campo da psicologia e da educação das crianças feita pela equipe editorial da revista.

Figura 77 – Matéria “Criar filhos, uma arte a ser vivida através do exemplo”

“A educação das crianças sempre foi difícil, mas jamais, na história da humanidade, acarretou tantos problemas como agora”, afirma Bruno Bettelheim no primeiro capítulo de *Uma Vida para seu Filho*, maior sucesso editorial do momento. O livro está sendo lido por milhares de pessoas no mundo inteiro que, como vocês, também querem acertar na criação de seus filhos. Mais do que ninguém, os pais sabem como é verdadeira afirmação do autor. Sentem-se confusos e desorientados diante da responsabilidade de educar uma criança. Esbarram em uma série de sentimentos contraditórios, têm de lidar com culpas e opiniões, as mais diversas, sobre como desempenhar sua grandiosa missão. Bettelheim não acredita em conselhos e, portanto, em nenhum momento diz aos pais como devem agir nesta ou naquela situação. Mas ao longo de sua obra, fornece a pista para encontrar a chave do entendimento com os filhos e de uma educação bem-sucedida. “Viaje até sua própria infância e aí, sim, você saberá como se relacionar com seus filhos, sejam eles recém-nascidos ou adolescentes”.

## CRIAR FILHOS

### UMA ARTE A SER VIVIDA ATRAVÉS DO EXEMPLO

Dalva Ventura  
Consultoras: Beatriz Kuhn, psicóloga  
José Marcos Moura, psicanalista

B RUNO Bettelheim deixou que toda a sua fantástica experiência como educador, terapeuta e pai sedimentasse antes de resumir o que pensa sobre educação dos filhos. E só agora, com 85 anos, o maior psicanalista infantil do século XX entregou aos pais do mundo inteiro sua obra definitiva, a soma de seus conhecimentos e de todos os seus trabalhos anteriores. Em *Uma Vida para seu Filho* (Editora Campus, 323 págs.) Bettelheim mostra a todos os pais de uma forma simples e acessível, que a educação perfeita é um mito. Que certamente eles cometerão erros com seus filhos, mas que, até por isso mesmo, não devem abrir mão de suas responsabilidades como pai e mãe. “Antes de mais nada, é preciso confiar em nossas próprias intuições e não se deixar levar por conselhos ou opiniões de terceiros”, diz ele. O livro de Bettelheim não é, nem pretende ser, portanto, um manual com receitas infalíveis para se educar uma criança. Não dá em nenhum momento explicações prontas e fáceis de serem seguidas. E muito menos uma lista sobre o que é certo ou errado em educação. “Criar filhos é um esforço criativo, uma arte mais do que uma ciência. Não posso dizer ao leitor como viver esta arte nem como apreciar o que ela envolve, pois são assuntos pessoais demais para serem decididos por outras pessoas”, afirma. Seu objetivo é permitir aos pais uma melhor compreensão da psicologia de seus filhos, sejam eles recém-nascidos ou adolescentes, evitando erros grosseiros ou irreparáveis. É o livro é brilhante do início ao fim justamente por oferecer, a todos nos, parâmetros que servem de orientação diante das mais diversas situações vividas no cotidiano com as crianças. Bettelheim considera — com justa razão — que uma educação bem-sucedida é aquela que possibilita ao pequeno crescer satisfeito com o que é, capaz de decidir o que quer e de enfrentar os inevitáveis percalços da vida. “Os pais não devem ceder ao desejo de criar o filho que gostariam de ter, mas, sim, ajudá-lo a desabrochar em seu próprio ritmo naquilo que ele quer e pode ser, de acordo com seus dotes naturais, e como consequência de sua história de vida única, particular.” A leitura do livro é, em síntese, uma verdadeira injeção de ânimo e oti-

37

Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, n. 1, set. 1988, p. 37. Depositário: FBN

Da leitura do artigo, verificou-se o exercício empreendido pela publicação de difundir as discussões científicas e de levar ao público leitor os assuntos “em alta” sobre o tema da

University's Sonia Shankman Orthogenic School. Desenvolveu estudos com crianças vítimas de distúrbios emocionais graves, principalmente as autistas. Também investigou, à luz da teoria psicanalítica, a influência dos contos de fadas na formação humana. Publicou importantes livros, no original: *Love Is Not Enough* (1950); *Truants from Life* (1954); *Children of the Dream* (1967); *The Uses of Enchantment* (1976) e *A Good Enough Parent* (1987), com título em português *Uma vida para seu filho*. Cf.

<<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/BrunoBet.html>>. Acesso em: 04 nov. 2016.



infância e da família. A matéria não consiste em uma entrevista com o autor, e sim em uma releitura e apropriação do livro, exemplificado até mesmo pelo título da matéria que parafraseia a frase “criar os filhos é um esforço criativo, uma arte mais do que uma ciência” (BETTELHEIM, 1988, p. 12), também citada no corpo do texto.

No artigo, Dalva Ventura afirma que “Bettelheim mostra a todos os pais de uma forma simples e acessível que a educação perfeita é um mito. Que certamente eles cometerão erros com seus filhos, mas que, até por isso mesmo, não devem abrir mão de suas responsabilidades como pai e mãe” (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 1, set. 1988, p. 37). Em seguida, a articulista sugere que o objetivo do livro seria, então, permitir aos pais uma melhor compreensão da psicologia de seus filhos, sejam eles recém-nascidos ou adolescentes, evitando erros grosseiros ou irreparáveis. Para a redatora, “o livro é brilhante do início ao fim justamente por oferecer, a todos nós, parâmetros que servem de orientação diante das mais diversas situações vividas no cotidiano com as crianças” (Ibid., p. 38).

Nesse sentido, não parece contraditório sugerir liberdade de iniciativa aos pais, a partir da ruptura com modelos pré-estabelecidos e, por outro lado, servir de “parâmetros” de conduta para eles? Quantos pais não chegaram ao livro em questão por meio da leitura do artigo da revista? Como a própria obra aborda tais questões?

*Uma vida para seu filho*, livro organizado em 29 capítulos, trata do desenvolvimento da criança e do adolescente e da relação entre pais e filhos, abordando temas como disciplina, castigo, brincadeiras e festas comemorativas. Segundo Bettelheim, sua ideia teve origem em sua mocidade, do esforço em descobrir o que uma criação de filhos bem-sucedida envolve e requer. No decorrer de suas experiências de vida, compreendeu que “a criação de um filho pode não ser necessariamente um sucesso aos olhos do mundo, mas se o filho está satisfeito com a maneira pela qual foi criado e no conjunto está bem consigo mesmo, pode-se dizer que foi bem-criado” (BETTELHEIM, 1988, p. 3).

Bettelheim contextualizou historicamente o mercado de produção de livros voltados para os pais, considerando o fenômeno do grande número de leitores que recorrem a eles em busca de conselhos e conforto. Tal situação seria reflexo da desintegração dos modos tradicionais de vida familiar e de criação dos filhos, na esteira da urbanização e da industrialização maciças no século XX. Nesse processo, os pais estariam perdendo a segurança, que as pessoas antes extraíam de costumes duradouros, de crescer fazendo parte de uma família extensa e de todas as outras experiências que daí decorrem. Bettelheim argumentou ainda que:

O valor social dado ao conhecimento científico como causa da sensação de insegurança dos pais, além das mudanças de costumes, é o fato constante da produção de novos conhecimentos, que requer que se confie nos especialistas. Essa ânsia em buscar conselhos de especialistas pode ser mais bem entendida no contexto da crença de que não há limites para aquilo que o homem pode alcançar, quando ele se empenha seriamente e emprega métodos científicos. A confiança na ciência enquanto fonte de progresso substitui a fé mais antiga na sabedoria inerente à tradição (Ibid., p. 7).

O autor retomou duas correntes de pensamento, o Behaviorismo e a Psicanálise, que a seu ver traziam implicações na compreensão do desenvolvimento infantil. O principal argumento do autor para explicar a busca por conselhos especializados pode ser assim resumido: causa-efeito prometida pelas regras. Os pais procurariam conselhos especializados quando não conseguiam decifrar o comportamento dos filhos ou estavam ansiosos pelo seu futuro.

Outra razão pela procura de livros e artigos sobre a criação dos filhos (e até mesmo o sucesso desse tipo de publicação impressa periódica) era a grande atração pela abordagem do “como fazer”, apresentada em muitas dessas publicações. Tanto o Behaviorismo quanto a trivialização da teoria freudiana levava à consolidação da ideia de que seguindo uma série de passos, automaticamente se alcançariam determinados resultados.

A despeito da filiação a um método e a um princípio educativo, Bettelheim afirmou que a pergunta deveria ser “o que constitui a melhor orientação para criação dos filhos”? Ela não consistiria, então, em ter um especialista dizendo aos pais o que fazer, e sim em ajudá-los a tomar, por sua própria conta, as decisões sólidas sobre como proceder. Ademais, o psicólogo reforçou que os conselhos publicados deveriam necessariamente ser de natureza geral, pautados em uma apresentação de conceitos e conclusões abstratos, até mesmo baseados em circunstâncias análogas.

O livro orientava os pais leitores “a desenvolver seus próprios *insights* sobre a criação dos filhos” (BETTELHEIM, 1988, p. 3, p. 6). De modo específico, o acolhimento dos *insights*<sup>175</sup> pelos pais representaria a criação dos filhos como ato de criatividade. Bruno Bettelheim argumentou, então, que o autoconhecimento e a recapitulação de questões subconscientes permitiria que os pais solucionassem com segurança problemas com os filhos. Nenhum conselho externo seria, então, capaz de tal transformação, pois “tudo que qualquer livro como este pode fazer é chamar atenção para alguns problemas genéricos da criação dos

---

<sup>175</sup> Termo usado na Psicologia e Psiquiatria que significa a compreensão ou solução de um problema pela súbita captação mental dos elementos e relações adequados. Diz respeito ao autoconhecimento, como habilidade de julgar com objetividade a sua própria maneira de agir. Cf. <<https://www.dicio.com.br/insight/>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

filhos: sua origem, significado, sua importância e, principalmente, maneiras possíveis de refletir sobre eles” (Ibid., p. 27).

De fato, Bettelheim problematizou o lugar de autoridade médico-psicanalítica e, no caso específico desta revista, pode ser lido como possível crítica a uma implementação direta pelos pais dos discursos de consultores especializados publicados em revistas. Contudo, não se pode perder de vista a sua clara dimensão educativa, na medida em que visava orientar os pais à compreensão dos próprios *insights*, dando contornos baseados em uma teoria específica.

Houve, em *Pais & Filhos*, a recorrência de uma abordagem terapêutica no âmbito da construção do amor pelos filhos. Este investimento discursivo articula-se à linha civilizatória, que também considera que a família é um *locus* privilegiado de inculcação de modos de pensar e de atuar, que se transformam em hábitos.

Logo, o discurso científico visava produzir seu efeito sobre toda a experiência anterior da criança e cumprir um alcance emocional, aspecto exemplificado pela discussão acerca da influência dos pais na expressão da violência pela criança. Almejava-se uma influência implícita e inconsciente, constituindo estratégias de divulgar uma cultura terapêutica e psicologizante, incidindo até mesmo sobre os *insights* dos pais para com os filhos.

Verificou-se, assim, um intenso cenário de reivindicações por mudanças nas famílias que, em diálogo com as afirmações de Lasch “não advém apenas de feministas ou radicais culturais, mas também de padres, psiquiatras, conselheiros e outros profissionais da cura” (1991, p. 179). No âmbito de “outros profissionais de cura”, não se pode esquecer dos médicos, o que merece um olhar mais detido. Eis que se pode abrir espaço para uma terceira linha de ação, médica-higiênica, que se entrelaça às abordagens civilizatória e terapêutica na constituição do sentimento parental.

#### 4.4 “Cuide, com carinho, da higiene de seu filho”: amor e família higiênica

*Cuide, com carinho, da higiene de seu filho.* Desde os primeiros dias. Mas cuide também para que ele próprio vá adquirindo o hábito de manter-se limpo, banhando-se, escovando os dentes, lavando as mãos antes das refeições, penteando-se. Não imponha nada. Faça com que assimile os novos costumes, progressivamente, entendendo o que é importante e saudável. Não uma obrigação. *A boa saúde depende também da higiene.*

*Revista Pais & Filhos, n. 2, out. 1976, p. 24, grifo nosso*

Na apresentação do artigo “A higiene – saiba os primeiros cuidados”, Edna Maria dos Santos, com consultoria dos pediatras Geraldo Leme e Gabriel Cunha, expôs determinada concepção de higiene, como costume que favorece a “boa saúde”. Inserido no âmbito de um processo educativo que tinha origem no cuidado higiênico dos pais, desde os “primeiros dias” de vida, tal ideário tinha como horizonte de expectativa a formação de uma criança autônoma e capaz de manter tais hábitos ao longo da vida<sup>176</sup>.

A dimensão de apropriação da cultura higiênica foi valorizada como algo importante para a constituição do sujeito no decorrer do artigo, no qual se argumentou que esse tipo de saber não deveria ser imposto, mas adquirido de modo inconsciente e processual. A mãe assumiria importante papel de mediadora dessas ações, a partir do exemplo dado em momentos como troca de fraldas e banho, por exemplo.

De fato, não se pode negar que higiene e saúde são duas categorias temáticas relevantes no âmbito de *Pais & Filhos*, veiculadas em todas as edições da revista por meio de artigos, cartas de leitores, suplementos destacáveis e propagandas de produtos diversos.

Interessa, neste momento, destacar a seguinte capa de *Pais & Filhos*, devido ao uso estratégico da sobreposição de imagens para atrair o leitor para uma matéria acerca do tratamento de um problema médico comum a muitas crianças, o estrabismo:

---

<sup>176</sup> Vale destacar a recorrência histórica da associação do conceito de higiene às práticas educativas empreendidas por instituições como a escola e a família desde o século XIX. José Gondra, por exemplo, examinou as teses escritas e defendidas por médicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, entre 1850 e 1890, que tinham a infância como foco. Nos textos investigados, a higiene foi caracterizada como o principal ramo da ciência médica, na medida “em que esta ramificação seria propriamente aquela da qual se originaria um programa suficientemente eficaz para equacionar os problemas do mundo social, de suas instituições e de seus sujeitos” (GONDRA, 2004, p 154). Nesse contexto, verificou a vigência de uma dupla prática educativa. A primeira, presente nos códigos retóricos e científicos aplicados pelos médicos para inventar os discursos da profissão em uma forma canônica, que reproduzia a autoridade da instituição de formação. A segunda prática se aplicava à educação higiênica da população carioca do século XIX, objeto de intervenção da ciência médica em uma perspectiva física e moral, visando combater sua “incivilidade”. Tamires Paiva (2013), por sua vez, afirma a vigência de um projeto de higienização que percorreu o século XIX e atravessou as primeiras décadas dos noventa, com propostas de intervenções sociais fortemente incisivas na população brasileira. Pautado no princípio da educação higiênica, tal projeto pressupunha a necessidade de conscientizar e educar higienicamente a população, ao invés de impor apenas a obediência de medidas legislativas. Com esta finalidade, elaboravam-se manuais e formavam-se professores.

Figura 78 – Capa e página suplementar da edição de jan. 1972



Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, jan. 1972, p. 1. Depositário: FBN

Na primeira imagem, vê-se o menino “Fábio”, com o olho direito clivado para dentro. Com a sobreposição da página suplementar, construiu-se uma imagem na qual o olho da criança aparece corrigido, conforme a realização de cirurgia descrita no interior da revista.

A criança teria voltado “a ser como os outros”, após a realização do procedimento médico, enunciado que parece colocar o estrabismo não como um problema médico, e sim como um problema estético que diferenciaria a criança das demais.

De acordo com o título da matéria, “Um menino triste que voltou a sorrir”, há a compreensão de que o aspecto visual do menino lhe traria um sentimento de tristeza. Divulga-se, então, a ideia de que a realização desse tipo de intervenção médica fornece também benefícios psicológicos ao paciente.

As capas podem ser tomadas como espaço de atração do leitor para a temática médico-higiênica, já que frequentemente apresentavam explícita indicação de descobertas científicas no campo da obstetrícia e da pediatria, assim como “modos de fazer” e de cuidar dos filhos, como exemplificado na Figura 79:

Figura 79 – Capa da edição de maio 1984



Fonte: REVISTA PAÍS & FILHOS, n. 9, maio 1984, p. 1.  
Depositário: FBN

A imagem transmite uma ideia de troca afetiva entre mãe e filho, relacionada à chamada que trata “do melhor jeito de segurar o bebê”. Nas outras quatro matérias de destaque na capa da edição, verificou-se uma cronologia dos temas, sendo “a escolha do sexo do seu filho” relacionada ao período que antecede à própria gestação. Em seguida, anunciou-se a matéria sobre as emoções do parto. Os demais tópicos diziam respeito aos filhos já nascidos e ao cuidado da família como um todo, pois tratam do consumo de alimentos com agrotóxicos e do tratamento de doenças.

Na edição em exame, o artigo “Entre para o batalhão da saúde” mereceu um olhar específico<sup>177</sup>, devido ao modo com que abordou a construção dos hábitos alimentares na infância e colaborou para a responsabilização da família no âmbito da educação alimentar.

<sup>177</sup> O emprego de termos como “batalhão de saúde” e “cruzada da higiene” são aspectos de permanência do projeto médico-higiênico efetivado nas primeiras décadas do século XX, que teve a educação como seu principal veículo, a “arte de dirigir” por excelência. As “cruzadas de higiene” assumiram um caráter regenerador, elegendo as camadas populares, especificamente as crianças, como alvos privilegiados. Materializaram-se em intervenções e em práticas disciplinares mais ostensivas, como aquelas empreendidas no ambiente escolar, a saber: a) inspeção individual das crianças pelo professor; b) inspeção do espaço escolar

Talvez tenham sido os próprios pais que apresentaram as hortaliças às crianças de forma meio desajeitada. Pois é bem verdade que elas preferem todo tipo de comidinhas às tão bonitas verduras e aos coloridos legumes. Mas as hortaliças também podem se tornar atraentes para as crianças. Se elas fizerem parte da alimentação de toda a família, se os adultos realmente demonstrarem prazer em comê-las (e não apenas as empurrarem sobre os pequeninos, ‘porque você precisa disso...’), as crianças vão aceitá-las com a naturalidade com que comem o arroz e feijão diários. Elas fazem bem a todo mundo, mas principalmente às crianças e, além disso, são muito mais gostosas. Quem ainda não descobriu que descubra (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 9, maio 1984, p. 77).

Assinado por Elaine Sondermann, com consultoria de Maria Helena de Lacerda Nogueira, professora de nutrição Materno-Infantil da Universidade Federal Fluminense, e Flávio Zanatta, especialista em alimentação natural, o artigo indicava que as crianças não costumariam apreciar verduras e legumes. A despeito dessa representação, os pais foram culpabilizados pela “forma desajeitada” pela qual apresentavam os alimentos e foram orientados a servir de exemplos aos filhos, incluindo tais produtos no repertório da família e demonstrando prazer em consumi-los.

O texto abordou a importância da alimentação saudável, especialmente no caso das crianças moradoras das áreas urbanas. Estas foram caracterizadas pelo gosto de comer “bife com batata frita”, devido à proximidade de lanchonetes. Nessa linha argumentativa, marcou-se o caráter explicativo dos benefícios do consumo de verduras e hortaliças para a saúde, especialmente no caso do desenvolvimento infantil:

Para as crianças, as hortaliças são vitais, pois são ricas em minerais, indispensáveis ao bom desenvolvimento e crescimento infantil. O cálcio, que é um dos minerais, é imprescindível aos ossos e dentes das crianças, em fase de desenvolvimento; o ferro, outro mineral, previne contra a anemia e é bom para o sangue. As hortaliças verde-escuras, como a acelga, espinafre, bortalha, brócolis, são ricas em cálcio, sódio, potássio e ferro. Fora as vitaminas, como a e C, que estão presentes em boas quantidades. Só para citar as mais importantes (Ibid., p. 78).

Em seguida, a redatora também alertou para a necessidade da devida higienização dos alimentos e para o perigo do uso dos agrotóxicos, incentivando o cuidado com a procedência dos produtos. Nesse contexto, a matéria informou a criação da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Rio de Janeiro, instituição que teria divulgado na imprensa uma série de denúncias a respeito do uso de agrotóxicos em produtos como cenoura e tomate, que deveriam ser evitados. Verifica-se, assim, a articulação de saberes do campo da Nutrição, da Higiene,

---

pelo grupo de crianças que formavam os “pelotões de saúde”, associações legalmente formadas e respaldadas pela legislação escolar (Decreto n. 3.735, de 17 de dezembro de 1946), que auxiliavam na manutenção da higiene dentro das escolas; c) vigilância do professor sobre a conduta cotidiana das crianças; d) registro dos índices de desenvolvimento físico, como peso e força; inquérito acerca da vida doméstica da criança na família. O âmbito doméstico, por sua vez, era alvo de prescrições mais sutis, apresentadas em forma de aconselhamento. Verificar, a esse respeito, estudos de Cunha (2013) e Rocha (2003).

da Pediatria e da Agronomia em torno da família, por meio do foco na alimentação e na saúde.

Discursos como o expresso na matéria anteriormente analisada colocavam a família como responsável por uma série de problemas sociais, como a alimentação inadequada das crianças, por exemplo. Em diálogo com o debate já realizado acerca da construção do amor dos pais pelos filhos por abordagens civilizatória e terapêutica, uma vez mais se valorizou o trabalho de especialistas como nutricionistas, pediatras e profissionais afins como chave para a educação e a reabilitação familiar.

A situação verificada no contexto de circulação de *Pais & Filhos* tem fundamento histórico, já que esta dependência para com agentes educativo-terapêuticos não é estranha à história da família burguesa, tida como termo que sintetiza a ideia da família nuclear e conjugal, higienicamente tratada e regulada (COSTA, 2004, p. 13).

Segundo Jurandir Freire Costa, a partir da terceira década do século XIX, a família começou a ser mais incisivamente definida como incapaz de proteger a vida de crianças e adultos. Nesse contexto, sobressaiu a higiene, que teve importante papel de divulgação de uma educação física, moral, intelectual e sexual, inspirada nos preceitos sanitários da época.

Sônia Câmara (2014), ao examinar o movimento em prol da proteção e higiene da infância no âmbito do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (IPAI), fundado em 1899, argumentou que o pensamento médico nacional e internacional de finais do século XIX e início do XX defendia a importância de uma atuação consciente das famílias na prevenção das doenças físicas e sociais.

No contexto das iniciativas empreendidas pelo IPAI examinadas pela autora<sup>178</sup>, os médicos buscavam vulgarizar os discursos científicos pela divulgação dos conhecimentos transformados em saberes práticos, em um movimento assente em métodos racionais e produtivos na conservação da vida da criança. A higiene foi, então, definida como “parte da medicina que se dedicava a cuidar da saúde das pessoas, estabelecendo, para isso, regras relativas ao modo de vida e aos cuidados, imprescindíveis, sobre a habitação, a alimentação, o modo de vestir, de dormir e educar” (CÂMARA, 2014, p. 83).

O investimento na divulgação dos saberes do campo da higiene permaneceu ao longo do século XX, inclusive no período examinado, como ilustra a Figura 80:

---

<sup>178</sup> As conferências públicas realizadas pelo IPAI de 1901 a 1907 e organizadas pelo médico Moncorvo Filho, merecem destaque, já que tratavam de temas associados ao âmbito da família, como cuidado com a mamadeira, a chupeta, o aleitamento artificial, dentição, alimentação infantil, brinquedos, higiene do corpo, entre outros. Por meio da realização desse tipo de estratégia, Câmara (2013) sugere que o IPAI pretendeu ser instância educativa e higiênica das crianças e de suas respectivas famílias.



Figura 80 – Matéria “Guia da higiene no bebê”



Uma das maiores preocupações dos pais de primeira viagem é quanto à esterilização dos utensílios e roupas do bebê. Veja neste guia prático tudo o que precisa ser feito para manter seu bebê protegido das impurezas, na medida certa.

Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, n. 7, mar. 1983, p. 62. Depositário: FBN

O “Guia de higiene do bebê” teve seu texto elaborado por Deise Lima, com consultoria do pediatra Paulo Roberto Lopes. Observa-se o uso da ilustração de um bebê nu, branco e robusto, representação que valoriza certa constituição física do corpo infantil.

O “guia prático” prometia informar os pais de seu primeiro filho sobre “tudo que precisa ser feito” para proteger higienicamente o bebê, no que diz respeito à esterilização de utensílios e roupas. Com claro caráter instrumental, indicava que os cuidados com a esterilização das roupas deveriam começar antes do parto, que poderia ocorrer no hospital ou em casa. Em seguida, valorizou a importância da higiene das pessoas que entram em contato com a criança, que não deveriam estar resfriadas ou com infecções na boca e vias aéreas, pois os “germes serão lançados sobre ela” (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 7, mar. 1983, p. 63).

De acordo com o texto, as fraldas utilizadas no período ainda eram majoritariamente as de pano, para a qual se orientava lavar bem e passar com ferro quente. Por outro lado, já citava a possibilidade de usar aquelas de material descartável, consideradas mais seguras por

serem absolutamente esterilizadas. Seguiu-se com a ênfase na higiene dos seios maternos, a fim de evitar contaminações, assim como se orientou a esterilização de chupetas e mamadeiras, por fervura.

Argumentou-se também a respeito do quarto do bebê, que deveria ser ventilado e iluminado, com móveis básicos e cortinas e colchas lavadas regularmente, evitando-se o acúmulo de poeira. No que tange à higiene corporal da criança, o guia tratou do banho diário, sugerindo-se horários determinados. Caberia, ainda, atenção às assaduras, recomendando-se tratamentos caso ocorressem. Por fim, foi abordada a alimentação e o manuseio de alimentos naturais, evitando-se enlatados e congelados. Os alimentos industrializados, por exemplo, foram recomendados em casos de passeios e viagens.

Nesta breve síntese, constata-se que o guia abordou não somente a higiene do bebê em si, mas da família como um todo, pois tratou do cuidado com o espaço da casa e propriamente do corpo da criança, da mulher e até mesmo dos visitantes. O objetivo editorial de publicação desse tipo de matéria pressupõe que “os pais de primeira viagem” desconhecem informações acerca dos cuidados higiênicos para com os filhos; daí a necessidade de instruí-los com conhecimentos propícios e, em uma perspectiva mais ampla, de interferir e controlar suas vidas.

No âmbito das propagandas veiculadas na revista, também se constatou o discurso que visava orientar os pais a respeito dos cuidados higiênicos com os filhos, colocando os conhecimentos científicos a esse respeito em uma posição hierárquica superior às práticas familiares cotidianas.

Ilustra essa afirmação a representação de família que articula mãe e pai, disposta na imagem veiculada na propaganda da linha de produtos infantis *Lillo*, cujo próprio *slogan*, “um mundo de amor”, remete à intenção de articular o saber higiênico à construção do sentimento de amor pelos filhos pelos pais:

Figura 81 – Propaganda da linha infantil *Lillo*

**Foram precisos muito mais do que 9 meses para fazer uma linha infantil como a Lillo.**

Sem querer desmerecer ou minimizar os 9 meses que a maioria das mães têm que esperar pelo seu bebê, para fazer uma linha infantil como a Lillo leva muito mais tempo. São precisos anos e mais anos de pesquisa em matérias primas, design, assim como é fundamental conhecer bem todas as necessidades dessa criaturinha maravilhosa que é o seu filho.

E isso não é nada fácil. Uma mamadeira de segunda categoria, um bico mal desenhado, uma chupeta defeituosa podem criar problemas muito sérios. Por isso, é preciso muito conhecimento científico, muito carinho e, acima de tudo, muita honestidade para se criar e colocar no mercado uma linha de produtos infantis. Pense nisso na próxima vez que você for comprar algo para o seu filho.

**lillo**  
um mundo de amor

Sem querer desmerecer ou minimizar os 9 meses que a maioria das mães têm que esperar pelo seu bebê, para fazer uma linha infantil como Lillo leva muito mais tempo. São preciso anos e mais anos de pesquisa em matérias primas, *design*, assim como é fundamental conhecer bem todas as necessidades dessa criaturinha maravilhosa que é seu filho. E isso não é nada fácil. Uma mamadeira de segunda categoria, um bico mal desenhado, uma chupeta defeituosa, podem criar problemas muito sérios. Por isso, é preciso muito conhecimento científico, muito carinho e, acima de tudo, muita honestidade para se criar e colocar no mercado uma linha de produtos infantis. Pense nisso na próxima vez que você for comprar algo para o seu filho.

Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, n. 7, mar. 1983, p. 48-49. Depositário: FBN

A imagem apresenta uma mulher e um homem, que representariam a mãe e o pai, sorrindo ao olhar seu bebê dormindo tranquilamente, fazendo uso de uma chupeta amarela. O mesmo objeto aparece integrando a linha de produtos *Lillo*, dos quais se podem identificar mamadeiras, bicos, chupetas, protetores de seio e escovas.

O tempo de confecção da linha infantil *Lillo* foi comparado ao período de gestação humana, de 9 meses, afirmando-se uma duração maior do primeiro. Argumenta-se a respeito do investimento da empresa em conhecer as necessidades da criança, descrita como uma “criaturinha maravilhosa”, e da importância de utilizar “muito conhecimento científico” na confecção de produtos infantis, a fim de não criar “problemas muito sérios”.

Nota-se uma hierarquização das experiências de tempo entre o processo industrial de confecção dos produtos, que demandariam pesquisa e conhecimento de matérias primas, em detrimento da gestação, de caráter orgânico. Observa-se, ainda, certa culpabilização da

família, no caso de não fazer uso de produtos produzidos a partir de tais preceitos científicos e higiênicos.

*Pais & Filhos* é exemplo de continuidade da veiculação na imprensa do discurso médico-higiênico próximo daquele em circulação no século XIX, que considerava os pais, principalmente aqueles pertencentes às camadas populares da sociedade, como “incapazes” de proteger seus filhos por si só.

Com frequência, a revista tratou de forma naturalizada construções históricas e alvo de disputas e resistências, como a amamentação, a alimentação e higiene diferenciada da criança nos seus primeiros meses. Deve-se levar em conta que o discurso de conservação das crianças, especialmente como bandeira de defesa do campo científico, tem o século XVIII como importante marco, sendo recente na história da humanidade<sup>179</sup>.

Conforme verificado por Rosa Maria de Araújo (1993), a política higienista, preconizada pela medicina do século XIX, introduziu modificações nos princípios da educação da criança e nas noções de saúde e higiene que se mantiveram nos anos posteriores. Nesse contexto, a busca pelo reconhecimento público e ressonância das famílias do valor da higiene fazia coincidir os interesses do Estado e do corpo médico em prol da construção de uma nação higienizada e, portanto, civilizada, conforme ideário do período. Com isso:

O projeto dos higienistas do século XIX procurou responsabilizar a família pela saúde de seus membros, modificando, através da educação higiênica, os hábitos alimentares, de moradia e higiene, herdados do período colonial. Desde esse período, o discurso médico se propagava através da imprensa e no contato direto com as famílias, disputando com elas o conhecimento científico contra a sabedoria popular sobre a saúde (ARAÚJO, 1993, p. 192).

José Gondra, por sua vez, verificou que desde o século XIX o discurso higiênico recobria o espaço íntimo, da casa e da família, incidindo também nas atividades de professores e professoras, expandindo suas estratégias de ação para a sociedade mais ampla. Tal situação indica que a racionalidade médica estava em plena movimentação no período examinado sem, contudo, descuidar do território mais próximo, isto é, o espaço-tempo de formação dos futuros doutores (GONDRA, 2003, p. 35). Sendo assim, a educação dos médicos, dos professores, das crianças e de suas respectivas famílias foi convertida em caminho privilegiado para fazer disseminar a perspectiva higienista e higienizadora.

---

<sup>179</sup> Na obra *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, Elisabeth Badinter (1985) identificou que a morte das crianças era considerada sem danos ou tristezas pelos pais até o século XVII, verificando-se um alto índice de mortalidade como “consequência natural”. No século XVIII, a preocupação com a vida das crianças ganhou contornos cívicos, econômicos e científicos, sendo alvo de discursos médicos e pedagógicos. Trata-se, para autora, de uma questão histórica e cultural e não expressão de um dado instinto materno, como parte da natureza feminina.

Merece ressalva, então, a presença da discussão acerca da higiene em *Pais & Filhos*, especificamente por se tratar da destinação do discurso médico-higiênico para um público não especializado e profissional da área de educação. Este tipo de estudo é pouco frequente no campo da História da Educação, na medida em que grande parte das investigações lançam luz sobre os discursos da higiene no âmbito profissional e escolar (GONDRA, 2003; ROCHA, 2003; PAIVA, 2013).

A permanência da veiculação de uma educação higiênica e a necessidade de manutenção desse discurso por meio do impresso até momentos históricos mais recentes revela, ainda, a dimensão social e cultural desses princípios, com forte viés civilizatório e de classe, que encontraram resistências e críticas por parte dos sujeitos pertencentes aos variados grupos sociais. O controle social desejado pelo Estado e pelo campo científico deve, então, ser compreendido como processo dinâmico, que se constrói e reconstrói, em uma malha de poder que opera no espaço de estratégias e táticas.

A vacinação, por exemplo, diz respeito a uma iniciativa familiar que interfere no contexto mais amplo da sociedade. Não custa lembrar que, na história do Brasil e da própria cidade do Rio de Janeiro, a ação estatal de vacinar a população foi alvo de polêmica e até mesmo de manifestações, como na *Revolta da Vacina*<sup>180</sup>. Não obstante este marcante episódio da história brasileira, viveu-se nos anos seguintes um período de ausência de relatos de reação contrária às vacinas. Hochman (2011) destaca a emergência de uma “cultura de imunização no Brasil contemporâneo”, que ganhou força especialmente nos anos 1970 e 1980.

Neste período, efetivaram-se ações nacionais públicas, como a criação do Programa Nacional de Imunização – PNI<sup>181</sup>; a introdução progressiva de vacinas disponíveis à população; a vacinação em massa e as campanhas nacionais de vacinação; a criação de estratégias potencializadas pelo *marketing*, como a vacinação de pessoas notórias e a

---

<sup>180</sup> Conforme estudo de Sevcenko (1989), a Revolta da Vacina foi uma manifestação popular que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, de 10 a 16 de novembro de 1904, contra uma campanha de vacinação obrigatória proposta pelo sanitarista Oswaldo Cruz. Em 1904, a cidade passava por um amplo surto endêmico, em que se contabilizaram 4.201 óbitos em decorrência da contração da varíola. A insatisfação popular e de alguns setores do governo, contrários à violência, tanto física como moral, com que se impunha a vacinação aos homens, mulheres, jovens, crianças e idosos, desconhecedores das reais razões de tal prática, resultou na devastação da cidade e na configuração de um cenário de guerra. No dia 16 de novembro, o governo a suspendeu a obrigatoriedade da vacina e declarou estado de sítio. A rebelião foi contida, deixando 30 mortos, 110 feridos e centenas de presos. Com a retomada no controle da população pelo Estado, o processo de vacinação foi reiniciado, tendo a varíola, em pouco tempo, sido erradicada da capital. Não obstante, um aspecto marcante desse evento foi a constatação de que não bastava o uso da força física para garantir a saúde do povo, fazendo-se necessária a construção de uma consciência higiênica na população.

<sup>181</sup> O Programa Nacional de Imunização (PNI) foi institucionalizado pela Lei n. 6.259, em 30 de outubro de 1975. Essa Lei foi regulamentada pelo Decreto n. 78.231, de 12 de agosto de 1976, que normatizou a obrigatoriedade das vacinas. Para saber mais a respeito, conferir estudo histórico de Mota, Barbieri e Couto (2015).

realização de eventos em praça pública num período de repressão política (MOTA; BARBIERI; COUTO, 2015).

Em acréscimo às iniciativas descritas, destaca-se a publicação em *Pais & Filhos* de conteúdo de educativo com a finalidade de esclarecer as famílias a respeito do benefício da vacinação, exemplificada pela matéria intitulada “Vacinas, elas garantem a saúde de seu filho”:

Tomar vacina dói? Às vezes. Mesmo que seja aplicada com pistola, existe uma sensação desagradável para criança. Tem ainda o problema da reação, que pode ser muito ruim. Mas, veja bem: que existe o dado real, da dor e do desconforto, existe também, por trás daquele líquido injetado ou daquela simples gotinha, o verdadeiro arsenal de defesa para o organismo de seu filho. Ele estará, a partir daí, imunizado contra doenças seríssimas que, se não fazem parte do nosso dia a dia, hoje, é justamente por causa das vacinas. Portanto, leve a sério, não deixe para outro dia. A vacinação é um ato de amor, tanto quanto qualquer outro cuidado que você possa ter com seu filho (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 6, fev. 1986, p. 45).

Regina Eleutério, com consultoria de Dr. Arildo Franco (professor-adjunto de Pediatria e Neonatologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro), assinou este artigo que empreende uma campanha educativa em prol da vacinação. O texto apresentou as principais vacinas a serem tomadas pelas crianças, como a BCG, dada no primeiro mês de vida. Valorizou-se o cumprimento do calendário de vacinação em vigor no país naquele período, por meio da sua reprodução. Além disso, tratou das principais reações que as crianças poderiam ter.

A partir do exame do conteúdo da matéria, prevaleceu a valorização da função de imunizar as crianças de doenças consideradas sérias em detrimento dos sentimentos e sensações que a vacina poderia causar. Aos pais, caberia a ciência dos benefícios do produto e do calendário de vacinas. Veicula-se uma representação de cuidado médico-higiênico como um “ato de amor”, o que remete a uma dimensão privada e individualizada da vacinação, em contraponto à influência dessa ação no campo da saúde pública<sup>182</sup>. Vê-se, portanto, como o

---

<sup>182</sup> Convém sinalizar um desafio contemporâneo enfrentado pela Saúde Pública, os movimentos antivacinação. Eles ganharam vulto a partir de 1998, com a publicação do estudo do pesquisador inglês Andrew Wakefield, que relatou uma associação da vacina MMR (sarampo, caxumba e rubéola) com autismo e colite. O estudo gerou grande publicidade ao discurso antivacinação nos meios de comunicação e mobilizou a queda da cobertura vacinal e novos surtos de sarampo na Inglaterra e depois em outros países. Em 2011, após grande empenho de pesquisadores no mundo todo, o estudo foi refutado e Wakefield foi considerado fraudulento e perdeu seu registro médico. Todavia, os movimentos antivacinação não cessaram, e atualmente, as razões para a não vacinação se baseiam em aspectos como os listados por Mota, Barbieri e Couto (2015, 199): a) a doença está eliminada, controlada ou é leve; b) medo dos efeitos adversos graves e dos efeitos a médio e longo prazos; c) crítica à composição da vacina, ao seu mecanismo de ação, à eficácia e eficiência, ao calendário de vacinação preconizado no país e ao interesse financeiro; d) o argumento que a imunidade natural é melhor que a gerada pela vacina e que há outras maneiras de proteger-se da doença, como o modo de vida saudável.

discurso higiênico, que em grande medida visa à saúde da população, faz uso do “amor pelos filhos” para cumprir seu papel.

*Pais & Filhos* fornece, ainda, subsídios para a reflexão acerca da complexidade do cenário social no que tange à circulação do saber médico, como no artigo “Pediatra, médico dos filhos ou dos pais”, em que se discute o lugar desse profissional no âmbito da família.

Figura 82 – Matéria “Pediatra, médico dos filhos ou dos pais?”



Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, n. 5, jan. 1973, p. 92-93. Depositário: FBN

A montagem utilizada na abertura do artigo ilustra uma mulher, representando a mãe, sob a balança do médico, possivelmente o pediatra a que se refere o título. Tal composição mereceu destaque, pois trouxe a figura materna em um lugar comparado ao da criança examinada, igualmente alvo do escrutínio científico. O texto disposto ao lado da imagem do pediatra traz uma definição de sua atuação:

A função do pediatra é muito delicada e às vezes se confunde com a de psicólogo pelos pais de seus pequenos pacientes. Isso porque, em grande parte dos casos, ele cuida muito mais de tranquilizar os pais do que de propriamente assistir a criança. Mas não fique zangado com isso. Todo pediatra tem muita paciência (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 5, jan. 1973, p 92).

Nota-se que, no contexto examinado, a função do pediatra era alvo de confusão por parte dos pais, que, por vezes, lidavam com eles como se buscassem um psicólogo. Por outro lado, é indicativo da situação de insegurança que muitos responsáveis se encontrariam na oportunidade das consultas.

No interior da matéria, assinada por Wanda Garrilho e com o pediatra Cristóvão Custódio Nunes como consultor, abordou-se a escolha do pediatra pela família e sua relação com este profissional. O texto sugeria, ainda, que o médico compreendesse a ansiedade das mães, sendo gentil, educado e inspirando confiança, atuando muitas vezes como um “psicólogo” da família.

Algumas mães, extremamente inseguras, recorrem ao médico a todo o momento, sem motivos realmente sérios. Quando isso ocorre, não cabe ao pediatra julgar o nível de pergunta que a mãe lhe fizer, pois ele deve ter o objetivo principal de restabelecer a sua tranquilidade, esclarecendo da melhor maneira todas as dúvidas que ela lhe apresentar. Nestes casos, ele desempenha mais o papel de médico dos pais do que propriamente o de pediatra (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 5, jan. 1973, p. 94).

De acordo com o texto, a inquietação injustificada poderia representar problemas pessoais da própria mãe, um tipo de ansiedade anormal ou patológica e que exigiria até mesmo cuidados clínicos. Descrevem-se, então, atitudes como a demonstração de dificuldade da mulher em se adaptar à função materna, em uma perspectiva que articula o discurso médico à abordagem terapêutica.

A fim de evitar o sentimento de ansiedade, o artigo indicava que a mãe deveria escolher um pediatra que transmitisse confiança, simpatia e disponibilidade, podendo ser localizado por telefone. Outra forma de evitar a ansiedade seria adquirir noções de Puericultura, o que facilitaria a tarefa de cuidar dos filhos e eliminaria sua inquietação. Em contrapartida, o texto afirmava que a leitura dessas publicações poderia confundir a mulher e deixá-la mais ansiosa. Nessa linha analítica, pode-se afirmar que

O movimento higiênico possibilitou a concretização da troca afetiva entre pais e filhos sob o signo do amor. No entanto, perante os novos técnicos em amor familiar, os pais, via de regra, continuam sendo vistos como ignorantes, quando não doentes. Há sempre um a mais para corrigir, um a menos a tratar. Amar e cuidar dos filhos tornou-se um trabalho sobre-humano, mais precisamente, científico. Na família burguesa os pais jamais estão seguros se estão agindo certo ou errado. Os especialistas estão sempre ao lado, revelando os excessos e deficiências do amor paterno e materno (COSTA, 2004, p. 15).

De um lado, a publicação assumiu a função educativa de orientar as mães acerca dos atributos relevantes na escolha do pediatra, destacando também a importância da aprendizagem de noções de Puericultura, pela leitura de livros e da revista em questão. De



outro, afirmou que a ansiedade da mulher é algo de cunho psicológico e individual, cuja superação exigiria nada mais do que seu autocontrole e confiança no saber especializado. Ademais, o saber considerado correto sobre a criança estaria no âmbito do discurso médico, proveniente do profissional de Pediatria e verificado nos manuais de Puericultura.

Concomitantemente à divulgação de saberes canônicos a respeito do cuidado médico-higiênico dos pais para com as crianças, *Pais & Filhos* também cumpria o papel de divulgar novidades da área em suas páginas, como foi o caso da *Shantala*. Trata-se de uma técnica de massagem desenvolvida em 1976 pelo médico obstetra Frédéric Leboyer<sup>183</sup>, a ser realizada no filho pela mãe:

Figura 83 – Matéria “*Shantala*, um ato de amor à moda dos orientais”



Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, n. 2, out. 1982, p. 20-22. Depositário: FBN

<sup>183</sup> Frédéric Leboyer (1918- 2017) foi médico obstetra francês, autor do livro como *Nascer Sorrindo (Birth Without Violence, 1975)*, obra na qual demonstrou o sofrimento experimentado pela criança no momento do nascimento. Tal descoberta colaborou na popularização do *Parto Leboyer* ou *Parto Humanizado*, que tem como objetivo fazer da experiência do nascimento um ato sem traumas ao bebê. O médico também é reconhecido mundialmente pela divulgação da *Shantala*. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Fr%C3%A9d%C3%A9rick\\_Leboyer](https://pt.wikipedia.org/wiki/Fr%C3%A9d%C3%A9rick_Leboyer)>. Acesso em: 13 abr. 2018.

O artigo foi assinado por Amelia Gonzalez e contou com consultoria da professora de yoga Fadyinha<sup>184</sup>, aspecto relevante por não se tratar de uma profissional diretamente ligada ao campo da Medicina. Conforme informação veiculada na apresentação, abaixo do título:

De uma viagem que fez à Índia, o obstetra francês Frédérick Leboyer nos trouxe um valioso ritual: a massagem em bebês, que pode ser feita desde o primeiro mês de vida. Mesmo para aqueles que não são adeptos da tradicional cultura oriental, esta é uma técnica apaixonante. E não requer nenhuma habilidade especial. Tudo o que é preciso é que você se deixe levar pelo amor, numa atmosfera tranquila, passando através de movimentos suaves, ternos, muito carinho e afeto à criança. Vocês dois vão lucrar, estamos certos (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 2, out. 1982, p. 20, grifo nosso).

A técnica de massagem indiana, apropriada pelo médico francês, possibilitaria uma maior conexão afetiva entre mãe e filho. Com a finalidade de instruir as leitoras na realização da massagem, veicularam-se fotografias que demonstram o passo a passo. Assim como o Leboyer contribuiu para a divulgação da *Shantala*, acredita-se que no contexto de circulação da revista, ela cumpriu semelhante função.

Em 1983, o nome de Leboyer foi novamente veiculado na publicação, por meio da entrevista com a pediatra e psicanalista Eva Reich, que tratou da importância do parto natural.

Leboyer diz uma coisa com a qual concordo plenamente: é preciso ver o parto sob o ponto de vista do bebê. Já imaginou sair de um lugar tranquilo, penumbroso, quente, e se ver, de repente, no meio de barulhos de instrumentos, vozes falando alto, uma luz incrível nos seus olhos e, não raro, ar condicionado mantendo a temperatura da sala baixa? É por aí que precisamos ver as coisas. Os aspectos principais do parto natural são: pouca luz, pouco barulho (já vi casais que tiveram filho em casa e se comunicavam, durante o nascimento, só por sinais), um ambiente em que predomine uma temperatura semelhante à do útero, por volta de 30 graus, e a presença do pai no momento do parto. Mas, de tudo isto, a coisa mais importante para mim, na terceira fase do parto, ou seja, na fase da expulsão, é que a mãe seja a primeira a tocar na criança (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 7, mar. 1983, p. 29).

O trecho acima apresenta uma síntese desse tipo de parto, problematizando a relevância de se considerar as sensações experimentadas pelo bebê. Ademais, ganhou destaque a presença paterna neste momento, considerado igualmente importante para a consolidação de vínculos afetivos com o bebê.

Cabe ressaltar ainda outro aspecto do parto natural, referente ao fato do nascimento ser considerado uma ação cooperativa. Eva Reich orientou que “neste momento, que é tão importante na vida da mãe e da criança, não só o médico, o obstetra, tenha o direito de opinar,

---

<sup>184</sup> Maria de Lourdes da Silva Teixeira, conhecida como Fadyinha, introduziu a *Shantala* no Brasil em 1978, tomando conhecimento do método através do próprio Leboyer. Ainda hoje, Fadyinha se dedica a divulgação da *Shantala* no país através de cursos e palestras. Cf.: <<http://fisioterapia.com/a-historia-da-shantala>>. Acesso em: 30 maio 2018.

de falar, dar ordens. Todos devem ter voz para falar, o pai, a mãe, a enfermeira e mesmo o médico (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 7, mar. 1983, p. 30).

O artigo colaborou para a divulgação do parto natural no Brasil, ao citar profissionais que atuavam nesta perspectiva: “Célia Delvale, em São Paulo, Moyses Parcionik, em Curitiba, Fernando Estellita Lins, no Rio de Janeiro” (Ibid., p. 31). Este último, inclusive, compôs o conselho científico do periódico, na área de obstetrícia e ginecologia. Verifica-se, assim, a efetivação de uma abordagem medicalizada do parto, associada à difusão do modelo de família higienizada, o que não ocorreu de forma linear ou consensual.

No Brasil, a medicalização do parto emergiu apenas no século XIX, disputando espaço com a parteiras ao longo do período, já que muitas famílias recorriam aos médicos apenas nos partos difíceis e cirúrgicos. Circulava socialmente uma resistência ao tratamento hospitalar, devido a fatores como a representação de hospital como abrigo de pobres, a moralidade à época e o aspecto rudimentar das técnicas obstétricas (ITABORAÍ, 2015; VIEIRA, 1999). Contudo, no período pesquisado, constatou-se a efetivação desse movimento, com a ampliação do campo de competência da prática médica, do acesso e do consumo dos serviços de saúde.

A revista *Pais & Filhos* configura importante peça no cenário de publicações sobre o cuidado de crianças na primeira infância, que tem como marco histórico a produção e a circulação de guias e dicionários para uso das famílias desde o século XVIII, comumente elaborados por médicos. A seção “Os Conselhos do Dr. De Lamare” serve, assim, de exemplo dessa afirmação. Inicialmente, seu conteúdo foi veiculado na forma de fascículos destacáveis. Em 1975, passou a compor a sequência de páginas da revista.

Figura 84 – “Os Conselhos do Dr. De Lamare” em folheto suplementar

The image shows the cover of a supplement page from the magazine 'País & Filhos'. The title 'Os Conselhos do Dr. De Lamare' is written in a large, stylized font. Below it, the subtitle '12 grandes problemas do seu filho' is displayed in a bold, blocky font. At the top, there is a small portrait of a man, presumably Dr. De Lamare, and a list of questions: '9/ Doutor, será que meu filho é neurótico?' and '10/ Ele não tem sono'. The magazine's logo 'País & Filhos' is at the top left. The page number '5' is in the top right corner.

Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, n. 5, jan. 1970, p. 67. Depositário: FBN

Figura 85 – Seção fixa “Os Conselhos do Dr. De Lamare”

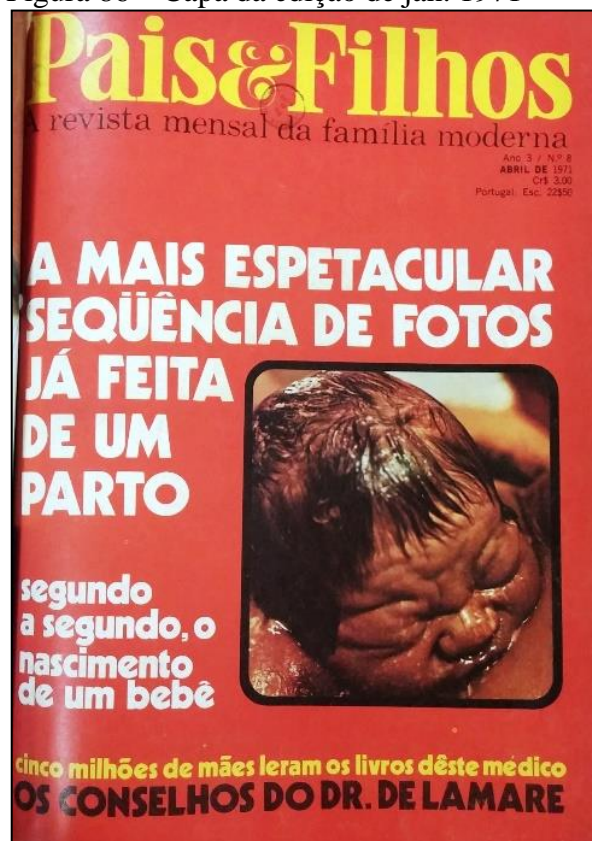
This image shows the interior of the supplement page. At the top right, there is a graphic header that reads 'CONSELHOS DO DR. DE LAMARE' and 'ANTES DO JARDIM DE INFÂNCIA, VISITE O PEDIATRA'. The main text is organized into two columns. The left column contains several paragraphs of text, including a section titled 'Cuidados' which discusses the importance of a child's environment and school. The right column contains a section titled 'Período crítico' which discusses the first months of school life. There are also small text blocks and a list of names at the bottom right.

Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, n. 7, mar. 1975, p. 46-47. Depositário: FBN

A despeito da clara distinção hierárquica transmitida pelo lugar ocupado pelo médico Dr. Rinaldo De Lamare, a seção visava criar um laço afetivo com os leitores, em que seus “conselhos” assumiam um tom professoral e, ao mesmo tempo, amigável. Pode-se, ainda, considerar que a prática de aconselhamento pressupõe que seu receptor, neste caso, os pais leitores, necessitaria de tais encaminhamentos para viver melhor.

Sua presença reforça o lugar de destaque ocupado pelo discurso médico-higiênico no interior da revista, em especial do médico em questão. A capa da edição de abril de 1971, selecionada a título de ilustração, articulou “Os Conselhos do Dr. De Lamare” publicados em *Pais & Filhos* com os livros assinados pelo médico e “já lidos por mais de cinco milhões de mães”<sup>185</sup>.

Figura 86 – Capa da edição de jan. 1971



Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, n. 8, abr. 1971, p. 1. Depositário: FBN

<sup>185</sup> A *Vida do Bebê* é a obra de maior sucesso do médico. Trata-se de um manual de Puericultura que contém orientações de procedimentos de como cuidar do bebê de 0 a 2 anos de idade. Sua primeira edição data de 1941 e, atualmente, está na 43ª edição (2014). De acordo com Neuza Fonseca de Souza (2009), este manual se situa no quadro de uma série de iniciativas de educação direcionadas às famílias brasileiras e, sobretudo, à mulher/mãe, com vistas à ordenação da sociedade, conduzidas por intelectuais do início e meados do século XX, entre os quais se situam os médicos e seus projetos de cunho higienista. Em sua dissertação de Mestrado, Souza verificou que o livro *A Vida do Bebê* faz parte da longa tradição de manuais direcionados às mães no Brasil, constatando, ainda, a incorporação de mudanças ao longo das edições examinadas: 1ª edição – 1941; 6ª edição – 1962; 36ª edição – 1987; 41ª edição - 2001.

Acredita-se que a referência à seção “Conselhos do Dr. De Lamare” na capa do exemplar pretendeu atrair os leitores de seus livros para a seção veiculada mensalmente na revista. No interior da publicação verificou-se um movimento inverso, o de instigar os leitores de *Pais & Filhos* à leitura de *A vida do Bebê*, por meio do anúncio do produto então editado pela Bloch Editores<sup>186</sup>.

Figura 87 – Propaganda do livro *A vida do Bebê* veiculada em jan. 1973

**5.000.000**  
de mães  
brasileiras  
já leram  
os livros  
do Dr. Rinaldo  
De Lamare

**AVIDA DO BEBÊ**

A VIDA DO BEBÊ é, no gênero, a mais perfeita obra já elaborada no Brasil. Um livro indispensável em todos os lares. Um dos maiores sucessos editoriais brasileiros, em todos os tempos, agora em 25.ª edição, rigorosamente atualizada, dentro dos modernos preceitos da Pediatria e da Puericultura. Luxuosamente encadernada. Com 640 páginas. E 106 ilustrações em cores.

**25ª edição**

EM TODAS AS LIVRARIAS OU PELO RECORRALO POSTAL

**BLOCH EDITORES**  
Rua Frei Caneca, 111 • 22.14 • 20.100 • Rio de Janeiro • 18  
Para pedidos que não tenham prazo e 30 dias de validade

DR. RINALDO DE LAMARE 25.ª EDIÇÃO Cr\$ 40,00

**\* livro é o melhor presente**

Nome \_\_\_\_\_  
Endereço \_\_\_\_\_  
Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_  
CEP \_\_\_\_\_  
Via Aérea  Porta-a-porta

A vida do bebê é, no gênero, a mais perfeita obra elaborada no Brasil. Um livro indispensável em todos os lares. Um dos maiores sucessos editoriais brasileiros, em todos os tempos, agora em 25ª edição, rigorosamente atualizada, dentro dos modernos preceitos da Pediatria e da Puericultura. Luxuosamente encadernada. Com 640 páginas. E 106 ilustrações em cores.

Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, n. 5, jan. 1973, p. 55. Depositário: FBN

<sup>186</sup> A primeira edição de *A Vida do Bebê* foi produzida pela Livraria Editora Freitas Bastos. A 16ª edição, por sua vez, foi responsabilidade de Editor Borsoi. Em 1970, a Bloch Editores já tinha assumido a publicação da obra. A edição de 2001, a 41ª de sua história, foi empreendida pela Editora Ediouro.

Figura 88 – Propaganda do livro *A vida do Bebê* veiculada em jan. 1985



Tudo sobre o bebê; o controle mensal do peso, altura, inteligência e habilidades motoras. Como e quando dar os leites, as farinhas, legumes, verduras e frutas, ovos e doces. Como evitar os acidentes na banheira, no quarto, em casa e com brinquedos. O que fazer em caso de emergências clínicas. Como dar remédios e o cuidado que se deve ter com os mesmos. Todas as doenças mais comuns e as doenças contagiosas. Ensinamentos simples e práticos para a educação do bebê. O livro básico para o crescimento feliz e saudável de seu filho.

Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, n. 11, ago. 1985, p. 47. Depositário: FB

As propagandas, publicadas em um intervalo de doze anos, sinalizam a permanência do interesse do público leitor pelo consumo de obras desse tipo. Em 1973, era celebrado o número de “5.000.000 de mães brasileiras” que teriam lido o livro. Já em 1985, informa-se o crescimento deste número, que teria alcançado o público de 8.000.000 de leitoras.

A primeira propaganda é mais objetiva, apresentando a capa e sintetizando a proposta do livro. Em 1985, a imagem da capa permanece a mesma, ilustrada por uma criança loira e robusta, com traços europeus que não correspondem ao padrão étnico da maioria das crianças brasileiras.

A segunda propaganda pontua, ainda, uma série de tópicos abordados no livro, caracterizados como “conhecimentos simples e práticos para a educação do bebê”. Nesse sentido, nota-se que a educação do bebê passaria pelo conhecimento dos pais sobre preceitos médico-higiênicos, que garantiriam, ainda, a felicidade e a saúde da criança.

Não obstante, *A Vida do Bebê* não era o único manual de Puericultura em circulação no mercado à época. A própria revista divulgou o lançamento de *O Grande Livro das Mães*,

escrito por Jacob Woiski<sup>187</sup> e editado pela Melhoramentos. Seu conteúdo não parece ser muito diferente do disposto no livro concorrente, conforme verificado no texto do anúncio:

Os tempos mudaram. E a criação dos filhos também. Chegou “O Grande Livro das Mães”, a obra definitiva sobre a maternidade e a primeira infância, com tudo o que se deve saber sobre a gravidez, o parto, os cuidados com o bebê, as fases de crescimento, em todos os detalhes, até o 9º ano de vida do seu filho. “O Grande Livro das Mães” foi coordenado pelo maior especialista brasileiro em Pediatria e Puericultura: O Dr. Jacob Renato Woiski, ex-professor e ex-catedrático de Pediatria da Universidade de São Paulo e da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, que explica e dá conselhos muito úteis sobre a alimentação, higiene, dentição, curiosidade sexual, hábitos sociais, emergências, sempre com imagens coloridas que ilustram os temas abordados. “O Grande Livro das Mães”, a obra que esgota um assunto sempre atual: mãe e filhos. Com a qualidade Melhoramentos (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 2, out. 1980, p. 91).

A propaganda valorizou a necessidade de aquisição do livro devido às mudanças enfrentadas na criação dos filhos. Diferentemente da obra de Lamare, este livro teria como foco o período que vai da gestação até o nono ano da criança. O *status* social dado ao profissional que teria coordenado o livro foi valorizado, decorrente da divulgação da síntese do currículo profissional de Woiski. Por fim, classificou-se o tema “mães e filhos” como atual e inesgotável, afirmação que intenta cativar o leitor de outras obras anteriormente publicadas, devido à constante mudança dos conhecimentos acerca desse tema.

Mereceu ressaltar, ainda, o fato de que nas propagandas dos dois manuais o público alvo eram as mulheres-mães. Tal aproximação não é nova, ao contrário, expressa a permanência de um discurso que coloca a mulher como a “guardiã” dos conhecimentos acerca do cuidado dos filhos e revela uma aliança estabelecida entre a autoridade do médico e a utilidade educativa da mãe<sup>188</sup>.

Historicamente, a influência médica na família possibilitou certas conquistas tanto da parte dos médicos quanto do lado das mulheres, já que “o médico, graças à mãe, derrotou a hegemonia da medicina popular das comadres e, em compensação, concedeu à mulher burguesa, através da importância maior das funções maternas, um novo poder na esfera doméstica” (DONZELOT, 1980, p. 25).

<sup>187</sup> Jacob Renato Woiski (1911-2003), foi pediatra e professor do Departamento de Pediatria da Faculdade e Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo (FMRP-USP). Publicou os seguintes livros: *O Grande Livro das Mães* (1980); *Dietética Pediátrica* (1981); *Nutrição e Dietética em Pediatria* (3ª edição 1988 e 4ª edição 1994) e *Livro para os Pais* (1995, em coautoria com J. V. Castro Moura). Informações disponíveis em: <<https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/ssaude/rede/central/i16joaor-biografia.php>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

<sup>188</sup> Conforme discussão empreendida por Tânia de Luca (1999), já no início do século XX se buscava a constituição de uma maternidade científica por meio da imposição às mulheres de recomendações calcadas na racionalidade cientificista. A ação sanitária empreendida no período utilizou como estratégia a publicação de manuais de Puericultura voltados para as mães com vistas à “revelar-lhes os segredos da alimentação sadia, dos sintomas das doenças e de sua terapêutica, tarefa que cabia ao pediatra” (DE LUCA, 1999, p. 220).



Todavia, a aliança estabelecida entre as mulheres e os médicos, que ganhou força no século XIX, corroe a autoridade patriarcal e as mulheres foram buscar ajuda profissional para solucionar os novos problemas que emergiam no contexto de descobertas científicas a respeito da saúde da criança, do parto, da sexualidade, dentre outras.

As mulheres experimentaram, de um lado, melhoras em sua posição no âmbito familiar, ao se aliarem a esses profissionais. De outro, foram alvo da ampliação das formas de controle e racionalização de suas vidas, mobilizadas pelo escrutínio médico-higiênico. Adquiriram, ainda, um novo tipo de dependência, “aquela que o consumidor tem em relação ao mercado e aos fornecedores de serviços especializados, não apenas para satisfazer suas necessidades, mas para poder definir essas necessidades” (LASCH, 1999, p. 185).

Na propaganda do *Leite Ninho*, por exemplo, observou-se a estratégia de dirigir-se discursivamente ao público feminino, fazendo uso da imagem representativa de mãe com seus filhos:

Figura 89 – Propaganda de *Leite Ninho*

A proteção que você vem dando aos seus filhos desde o nascimento deve continuar. Exija para eles a segurança de uma boa alimentação. Leite Ninho garante essa segurança. Ninho é completo – contém os elementos necessários ao desenvolvimento sadio da criança. Ninho é leite integral, puro e cremoso. Ninho é leite gostoso e nutritivo. Tem a garantia Nestlé. Ninho faz crianças saudáveis, mães felizes.

**Exija Leite Ninho e fique em paz com sua consciência.**  
A saúde de seus filhos depende de você.

A proteção que você vem dando aos seus filhos desde o nascimento deve continuar. Exija para eles a segurança de uma boa alimentação. Leite Ninho garante essa segurança. Ninho é completo - contém os elementos necessários ao desenvolvimento sadio da criança. Ninho é leite integral, puro e cremoso. Ninho é leite gostoso e nutritivo. Tem a garantia Nestlé.

**NINHO** faz crianças saudáveis, mães felizes.

Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, n.8, abr. 1971, p. 21. Depositário: FBN

No texto, a mulher foi apresentada como responsável pela proteção e pela saúde dos filhos, aspecto comumente observado na imprensa, especialmente a feminina (SANTOS, 2011). A compra de *Leite Ninho* foi, então, associada a um voto de confiança no produto que seria capaz de fornecer “uma boa alimentação” e até mesmo “o desenvolvimento sadio da criança”, representado pelo bebê engatinhando livremente e pela menina que repousa no colo da mãe.

O uso de *Leite Ninho*, por si só, foi estimado como capaz de fazer “crianças saudáveis” e “mães felizes”, o que revela a profunda relação estabelecida pela indústria publicitária entre afetividade, saúde e consumo. Importa ainda observar o discurso médico-higiênico, que tem na questão da alimentação infantil importante alvo de investimentos, fazendo uso da propaganda como meio de divulgação.

A invenção de alimentos artificiais voltados para o consumo de bebês, como é o caso do *Leite Ninho* da *Nestlé*, exemplifica a inserção do saber científico produzido no campo da alimentação no cotidiano das famílias, desde final dos anos 1800. A história de seu fabricante teve início com os experimentos do farmacêutico suíço Henri Nestlé, que visavam solucionar a situação de desnutrição e de mortalidade infantil, problema social e tema de preocupação médica-higiênica enfrentados por muitos países europeus desde o século XVIII (BADINTER, 1985).

Em 1867, Henri Nestlé criou a *Farinha Láctea Nestlé*, que combinava leite de vaca, farinha de trigo e açúcar. A invenção foi bem-sucedida e aceita pelo público, sendo lançada em Vevey na Suíça. Em 1905, *Nestlé* se fundiu com a *Anglo-Swiss Condensed Milk Company*, empresa que lançou o primeiro leite condensado na Europa. Conhecido no Brasil por *Leite Moça*, o produto foi, inicialmente, destinado à alimentação infantil em uma era “pré-refrigeração”, quando o leite fresco em trânsito se deteriorava facilmente.

No âmbito internacional, as vendas de leites e alimentos artificiais cresceram no decorrer do século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, simultaneamente ao crescimento substantivo da população infantil no pós-guerra (BRITES, 2000). Com a finalidade de expandir a demanda do consumo de seus produtos, fazia parte das estratégias de *marketing* de tais indústrias apropriar-se do discurso médico-higiênico em voga e ter profissionais da saúde como aliados.

Um discurso incentivador da alimentação artificial desde tenra idade ganhou força nos anos 1950, contexto no qual muitos médicos prescreviam indiscriminadamente produtos alimentícios industrializados às mães, caracterizando-os como confiáveis na substituição do leite materno (MONTEIRO; NAKANO; GOMES, 2011).

Todavia, importa registrar, nas últimas décadas do século XX, a progressiva conscientização do papel dos leites artificiais, também chamados de Substitutos do Leite Materno (SLM), no desmame precoce das crianças e na promoção comercial não-ética desse tipo de produto<sup>189</sup>.

A atuação da *Nestlé* no Brasil teve início em 1876, inicialmente com a comercialização da *Farinha Láctea* importada. A instalação da primeira fábrica brasileira data de 1921, em São Paulo<sup>190</sup>. A expansão de suas atividades aqui transcorreu por meio do domínio da cobertura do mercado de pequenos produtores de gado leiteiro na década de 1970, em especial aqueles localizados em São Paulo e Minas Gerais. Não obstante, a empresa diversificou sua linha de produtos, produzindo leites, sorvetes, cereais, chocolates, biscoitos, congelados (NESTLÉ, 2016).

Conforme dados apresentados por Marina Rea (1990), no final dos anos 1980 a *Nestlé* dominava 95% do mercado de fórmulas infantis. No período examinado, esta empresa era um dos principais anunciantes de *Pais & Filhos*, aspecto ilustrado na recorrência de anúncios de seus produtos em todos os exemplares pesquisados<sup>191</sup>.

Dos cinco produtos alimentícios com maior número de propagandas contabilizadas na amostra examinada do periódico, todos eram produzidos pela empresa: *Alimentos Infantis Nestlé*, com 19 propagandas; *Creme de Leite* e *Farinha Láctea Nestlé*, com 13 anúncios cada; *Leite Moça*, com 8; e *Leite Ninho*, com 7 propagandas. Tal hegemonia sugere o investimento da *Nestlé* em propaganda, com vistas a conquistar os potenciais consumidores e leitores da revista.

De modo específico, os *Alimentos Infantis Nestlé*, as famosas “papinhas em potinho”, chegaram ao mercado brasileiro em 1968. A propaganda veiculada na edição de janeiro de 1974 ilustra a apropriação do saber sobre a criança pelo discurso publicitário da empresa. Apresentado pelo *slogan* “Criança é a nossa primeira preocupação”, o texto foi organizado em

---

<sup>189</sup> No Brasil, experimentou-se um movimento incentivo ao aleitamento materno, que persiste até os dias atuais, oficializada com a representação do governo na Reunião Conjunta da OMS/UNICEF Sobre Alimentação Infantil e da Criança Pequena, em 1979, que culminou na elaboração do Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno. Em 1980, iniciou-se uma campanha em nosso país, a fim de sensibilizar políticos, autoridades de saúde, meios de comunicação e líderes comunitários para atuarem em favor do aleitamento materno, o que levou ao lançamento Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno (PNIAM) no ano de 1981. Para saber mais a respeito, conferir estudos de Monteiro, Nakano e Gomes (2011) e Rea (1999).

<sup>190</sup> Maiores informações a esse respeito em: VOLPI, 2007, p. 62; NESTLÉ, 2016. Disponível em: <<https://www.nestle.com.br/site/anestle/historia.aspx>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

<sup>191</sup> A esse respeito, conferir Quadro 7 - Produtos mais anunciados na revista *Pais & Filhos*, por categoria, disponível na página 91 desta tese.

- dois tópicos: i) “O bebê é um pequeno explorador exposto a acidentes. Mas é fácil evitá-los”;  
 ii) “Proteção é também cuidados higiênicos, profiláticos e alimentares”.

Figura 90 – Propaganda de Alimentos Infantis Nestlé

**CRIANÇA É A NOSSA PRIMEIRA PREOCUPAÇÃO**

Amar uma criança é protegê-la e ensiná-la a se proteger.

Quando a criança nasce, ela não sabe nada. Ela sozinha, está totalmente desprotegida e exposta a acidentes. Ela depende inteiramente de seus pais, da proteção que eles vão lhe dar.

A criança é frágil, curiosa e está sempre mexendo em tudo. Por isso é preciso usar o bom-senso e ter cuidados especiais para que ela não sofra acidentes.

**O bebê é um pequeno explorador exposto a acidentes. Mas é fácil evitá-los.**

Muita coisa pode ser evitada, apenas prestando um pouco de atenção. Não deixar que o bebê brinque com objetos que podem ser engolidos: bolinhas, botões, alfinetes.

Os objetos lisos, pequenos e arredondados que vão ter ao estômago são eliminados sem maiores incidentes.

Mas se esses objetos forem pontiagudos, como agulhas, alfinetes, não perca a calma. Não dê purgantes. Não dê substâncias que provoquem vômitos. Leve a criança ao médico o mais rápido possível. Somente o médico tem condições de agir num momento desses.

Quando esses objetos se instalam no aparelho respiratório, o problema é mais grave. A criança passa por uma crise.

Mas mesmo depois que a criança pareça ter voltado ao normal, deve-se levá-la ao médico, a fim de verificar se está realmente fora de perigo.

Os animais domésticos podem representar um perigo para o seu bebê. Ao brincar com eles o bebê pode ser mordido, levar sustos ou mesmo ser contaminado por diferentes moléstias.

Ficar em cima de mesas, no topo da escada ou à beira de piscinas, ou poços, ou beiral de janelas, constitui um jogo perigoso. Procure evitar situações como essas.

**Proteção é também cuidados higiênicos, profiláticos e alimentares.**

Proteger uma criança compreende também uma boa higiene, vacinações na hora certa e uma alimentação adequada. E nada é tão importante na vida de uma criança como a alimentação.

Por isso a Nestlé, que há mais de 100 anos cuida da alimentação de crianças, criou uma linha de produtos especiais para o bebê a partir dos 3 meses de idade.

São os Alimentos Infantis Nestlé-Bebê e Júnior.

Eles complementam a alimentação de seu filho, até então puramente láctea.

É muito importante variar a alimentação para que o apetite do bebê seja estimulado e educado a apreciar vários sabores.

Para isso existem 38 variedades de Alimentos Infantis Nestlé entre frutas, legumes, carnes e sobremesas.

Os Alimentos Infantis Nestlé são naturais e fornecem ao bebê as substâncias necessárias ao seu organismo, dentro dos mais rígidos critérios de qualidade e pureza.

Eles contribuem para o perfeito desenvolvimento da criança e conseqüentemente para sua proteção.

Da mesma maneira que é importante proteger a criança no começo de sua vida, é importante dosar essa proteção.

Assim, pouco a pouco ela aprende a proteger-se a si mesma.

Essa é a melhor forma de proteção. E é o verdadeiro amor.

**Alimentos Infantis**  
**Nestlé**  
 Mais de 100 anos de experiência em alimentação infantil.

O primeiro tópico apresentou informações sobre o desenvolvimento da criança e a necessidade de protegê-la em seus momentos de exploração, baseada em uma representação psicológica de infância desprotegida, frágil e dependente dos adultos. Já a segunda parte citou cuidados higiênicos ligados à vacinação, higiene e alimentação, caracterizada como o aspecto mais importante da vida. Nesta perspectiva, o consumo do produto foi proclamado com destaque à história da própria empresa “que há mais de 100 anos” estava no mercado de produtos alimentícios para a criança.

Utilizou-se o termo “proteção” em um duplo sentido, de resguardar as crianças em situações cotidianas de brincadeira e exploração de espaços e de ampará-las profilática e higienicamente, aspecto supostamente possível pelo consumo dos *Alimentos Infantis Nestlé*. Percebe-se que a propaganda possuía claro viés educativo, funcionando como uma espécie de guia de Puericultura para os pais. Concomitantemente à informação científica, não se pode deixar de notar a ênfase na dimensão afetiva do consumo, em que a proteção, entendida como sinônimo de uso do produto, é expressão do “verdadeiro amor”.

Conforme exemplificado pelas propagandas de produtos *Nestlé*, verificou-se que a publicidade contribuiu para a propagação de imagens de maternidade, de infância e de cuidado infantil. A emergência de produtos voltados para o consumo da família favoreceu também a construção de representações acerca das responsabilidades, sobretudo das mães, pela saúde e bem-estar infantil, numa sociedade industrial em expansão, que simultaneamente precisa criar produtos e estilos de vida a eles associados.

Nas páginas de *Pais & Filhos*, fica clara a intenção tanto da revista quanto da empresa *Nestlé* em integrar o campo de saber autorizado sobre o cuidado com as crianças. Em matéria comemorativa dos 13 anos da revista, foi publicado o depoimento de José Lemos, então diretor comercial da *Nestlé*. Ele justificou a assiduidade da empresa como anunciante em *Pais & Filhos* devido ao interesse comum de ambas instituições de “proporcionar bem-estar às crianças” (REVISTA PAIS & FILHOS, n.12, ago. 1981, p. 49). Segundo José Lemos, “é preciso que o veículo de divulgação de nossos produtos tenha prestígio e apresente um bom nível de informação. Estamos satisfeitos com *Pais & Filhos* porque a revista tem poder seletivo e atinge diretamente ao público a que se dirige” (Ibid.).

Nesses termos, a *Nestlé* não se interessaria apenas pelo lado comercial da publicidade, e sim pelo lugar privilegiado que a revista ocuparia no âmbito das famílias consumidoras, de modo específico nas famílias de classe média e alta, que poderiam consumir com regularidade a revista e os produtos da respectiva empresa. Não se pode perder de vista, com isso, o fato de

que a presença frequente em *Pais & Filhos* corresponde a uma das estratégias para manter a hegemonia da *Nestlé* no mercado brasileiro.

Na mesma matéria, o depoimento de outro anunciante recorrente na revista mereceu atenção. Trata-se de *Johnson & Johnson*, indústria que atua na produção de artigos para higiene da criança e da família<sup>192</sup>. De acordo com o artigo, *Pais & Filhos* era o principal veículo de anúncio dos produtos infantis da empresa.

Na opinião de Antonio Carlos Ribeiro, então gerente de mercado infantil da *Johnson & Johnson*, a razão era: “A revista tem muita credibilidade entre as mães de crianças de 0 a 3 anos. E as outras publicações, teoricamente concorrentes, não atingem sua qualidade editorial” (REVISTA PAIS & FILHOS, n.12, ago. 1981, p. 50). Também comparando a intenção da empresa com a da revista, divulgou-se que tanto a revista quanto a *Johnson & Johnson* se empenhariam para manter a “permanente atenção à parte educacional na área da higiene e saúde” (Ibid.).

Na categoria de produtos médico-higiênicos anunciados no periódico e listados no Quadro 7 (p. 91), as propagandas de produtos *Johnson's* como *Fraldas descartáveis*, *Higiapele*, *Shampoo*, *Óleo*, *Sabonetes* e *Cotonetes*, foram veiculadas com regularidade. Por outro lado, não se tratou de um investimento que teve origem no período pesquisado, pois desde os anos 1930 se contabilizava o grande investimento em anúncios de produtos de higiene pessoal desta empresa (BRITES, 2000).

A propaganda da linha infantil *Johnson's*, disposta na Figura 91, apresenta o conjunto de produtos da empresa e merece atenção pela representação cristalizada de maternidade, assim como pelas imagens de infância que veicula.

---

<sup>192</sup> A empresa foi fundada em 1890, em Nova Jersey (EUA). Os irmãos Robert, James e Edward Johnson iniciaram o negócio com a produção de compressas cirúrgicas, acompanhadas de um talco. Este conquistou as mães, que descobriram seus efeitos de prevenção e tratamento de irritações e assaduras de bebês. A procura pelo talco levou ao lançamento do produto em 1894 com a marca *Johnson's Baby*. Em pouco tempo, a empresa lançou óleos, hidratantes, sabonetes e xampus voltados para o cuidado higiênico das crianças. Implantada no Brasil em 1933, no bairro paulistano da Mooca e, depois, na cidade de São José dos Campos, *Johnson & Johnson* construiu uma autoimagem apoiada na publicidade de aspectos como eficiência, qualidade, modernidade, permanente pesquisa, segurança e atenção para com seus funcionários. Cf.: <<http://mundodasmarcas.blogspot.com.br/2010/08/johnsons-baby.html>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

Figura 91 – Propaganda da linha infantil *Johnson's*

Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS n. 12, ago. 1984, p. 30-31. Depositário: FBN

A propaganda trouxe a representação escrita da fala, em grande medida estereotipada, de crianças de diferentes etnias (quatro brancas, uma negra e uma asiática), situação pouco usual no universo dos anúncios veiculados na publicação, em que prevaleceram crianças brancas. O discurso articulou, em alguma medida, a diversidade de crianças e suas falas com a frase de viés generalizante da figura materna - “o som que toda mãe gosta de curtir”.

O destaque dado às crianças e ao reconhecimento de seus modos de se expressar fortalece a produção discursiva que serve de *slogan* da empresa: “*Johnson e Johnson* – Gente que entende de criança”. Que mãe não gostaria de ver seus filhos cuidados por produtos que consideram as suas especificidades?

Assim, a forma persuasiva de recorrer à dimensão afetiva a fim de mobilizar o consumo de um produto foi também acionada neste discurso publicitário. “Ser mãe”, então, tratava-se de uma experiência universal de sempre “curtir a fala” do filho e de consumir um produto que “entende a criança”.

Um outro exemplo ilustrativo foi a propaganda de *Óleo Johnson's*, que articulava o consumo do produto à “prova de amor” dada pela mãe:

Figura 92 – Propaganda de Óleo Johnson's

Óleo Johnson's, a prova de amor que você dá ao seu filho todos os dias.

Basta olhar para seu bebê, para a gente ver o amor e o carinho que você tem por ele.  
 E carinho é também proteção.  
 A gente percebe logo que seu bebê está protegido pelo puríssimo Óleo Johnson's\* contra todas as sujeirinhas deste mundo, cheio de dobrinhas e crostinhas.  
 Toda mamãe sabe que bebê amado é bebê feliz.  
 E sabe também que Óleo Johnson's\* é a maior prova de amor que seu bebê aprecia.

Johnson's - Johnson's  
 Gente que entende de criança.

\*Mama de Mãe e Criança.  
 © Johnson & Johnson 1978

Óleo Johnson's, a prova de amor que você dá ao seu filho todos os dias. Basta olhar para seu bebê, para a gente ver o amor e o carinho que você tem por ele. E carinho é também proteção. A gente logo percebe que seu bebê está protegido pelo puríssimo Óleo Johnson's contra todas as sujeirinhas deste mundo, cheio de dobrinhas e crostinhas. Toda mamãe sabe que bebê amado é bebê feliz. E sabe também que Óleo Johnson's é a maior prova de amor que seu bebê aprecia.

Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, n. 12, ago. 1978, p. 51. Depositário: FBN

O anúncio enfatizou a importância do sentimento de amor pelos filhos, sugerindo que fosse demonstrado por meio da preocupação com a higiene do bebê e, neste caso, do consumo do Óleo Johnson's. De acordo com o texto, a felicidade e o amor seriam conquistas possíveis pelo uso de determinado produto e “visíveis” aos olhos do público, na medida em que “logo se vê que ele está protegido”. Seu caráter instrutivo é notável na veiculação de três imagens menores, ilustrativas da forma de uso do produto na cabeça da criança.

A propaganda, ao valorizar a importância do amor materno para a felicidade da criança, pretende fortalecer o discurso que vê a maternidade como algo natural, no qual o amor faria parte de um suposto “instinto” feminino. Todavia, ela ignora os aspectos históricos e culturais que permitem afirmar a inexistência de uma condição biológica que capacita os seres humanos do sexo feminino para o cuidado das crianças.

Nesta linha analítica, o intenso investimento publicitário e editorial em fazer as mães cuidarem da higiene de seus filhos e, assim, consumir determinados produtos, permite verificar o modo pelo qual o discurso médico-higiênico divulgou e buscou manter determinadas representações de infância, de mulher e de maternidade. No âmbito da



abordagem higiênica, não se pode negar a prevalência do público feminino, na condição de mãe consumidora, como destinatário dos discursos publicitários, se comparado à pouca frequência de uma explícita referência aos pais.

Ademais, identificou-se na propaganda do medicamento *Calcigenol* a representação de uma suposta figura paterna, que orientava o filho a respeito da importância de seu desenvolvimento “forte e sadio”:

Figura 93 – Propaganda de *Calcigenol Irrradiado*

**“Papai, será que ele agüenta ?**

— Claro meu filho, ele não só tem muita força, como tem também uma estrutura muito sólida.

— Quando eu crescer vou ser muito forte ?

— O principal para isso você está conseguindo agora: ossos fortes e saudáveis.

Os músculos, você pode desenvolver em qualquer idade. Ossos sadios, só na infância... ou nunca mais!

**CALCIGENOL IRRADIADO**  
é cálcio para uma estrutura sadia

INCUBADO P. ARTI

35

Papai, será que ele agüenta?

- Claro, meu filho, ele não só tem muita força, como tem também uma estrutura muito sólida.

- Quando eu crescer vou ser muito forte?

- O principal para isso você está conseguindo agora: ossos fortes e saudáveis. Os músculos, você pode desenvolver em qualquer idade. Ossos sadios, só na infância... ou nunca mais!

Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, n. 1, set. 1968, p. 35. Disponível em: <<http://issuu.com/arquivopaisefilhos/docs/revistapaisefilhosnumero1>>.

A imagem apresentou um homem e um menino dirigindo o olhar para uma espécie de aviãozinho. No texto em forma de diálogo entre pai e filho, estrategicamente empregado com a finalidade de criar um laço afetivo com o leitor, a criança foi comparada ao brinquedo pelo suposto pai, a partir dos atributos de força e estrutura sólida. Verificou-se, ainda, certo viés educativo na informação veiculada de que os músculos se desenvolvem ao longo da vida e que os ossos, por sua vez, atingem um melhor crescimento na infância.

A análise das propagandas em *Pais & Filhos* também permitiu perceber o modo pelo qual as crianças passaram a atrair a atenção dos arquitetos da cultura do consumo – as empresas de propaganda, o mercado e os publicitários de produtos – pelo fato de suas opiniões serem consideradas no seio da família para a escolha de aquisições de bens de consumo diversos (SCHOR, 2009, p. 2).

Nesse contexto, as crianças tiveram suas imagens vinculadas a uma série de produtos como automóveis, poupanças, seguros de vida, utilizados e administrados por adultos, assim como eletrodomésticos. Foi o caso da propaganda da lavadora e secadora de roupas *Brastemp*, um produto igualmente relacionado ao contexto de medidas higiênicas da família:

Figura 94 – Propaganda de lavadora e secadora de roupas *Brastemp*

**Turminha chegando.**

**Turminha saindo.**

A Brastemp não sabe o tamanho da sua turma. Mas a turma da Brastemp é esta: a lavadora e a secadora. Uma lava, a outra seca, e as duas fazem você viver melhor. Lavadora Gran-Luxo Brastemp: a única com três programas reais e diferenciados. Só ela tem motor de duas velocidades, que garante 27 combinações de lavagem. Isso permite um tratamento diferente para cada tipo de tecido. Porque nem todas as roupas são iguais, mas todas merecem o mesmo carinho. Secadora Compacta Brastemp Luxo: ela nasceu sob medida para quem tem pouca área e muito serviço. É a única secadora completa que pode ser pendurada na parede. Com a turma da Brastemp, num instante a sua turma está limpinha, arrumadinha, passadinha e fofinha.

**BRASTEMP**  
tecnologia com carinho

A Brastemp não sabe o tamanho da sua turma. Mas a turma da Brastemp é esta: a lavadora e a secadora. Uma lava, a outra seca, e as duas fazem você viver melhor. Lavadora Gran Luxo Brastemp é a única com três programas reais e diferenciados. Só ela tem motor em duas velocidades, que garante 27 combinações de lavagem. Isso permite um tratamento diferente para cada tipo de tecido. Porque nem todas as roupas são iguais, mas todas merecem o mesmo carinho. Secadora Compacta Brastemp Luxo: ela nasceu sob medida para quem tem pouca área e muito serviço. É a única secadora completa que pode ser pendurada na parede. Com a turma da Brastemp, num instante a sua turma está limpinha, arrumadinha, passadinha e fofinha.

Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, n.2, out. 1987, p. 24-25. Depositário: FBN

Ganhou destaque na propaganda a representação de infância relacionada ao ato de se sujar, muitas vezes, resultado de brincadeiras. Entretanto, segundo o anúncio, a sujeira não seria mais uma causa de transtorno doméstico, pois o consumo dos produtos *Brastemp*

facilitaria a lavagem das roupas sujas. É interessante observar o uso do termo “turminha” tanto como referência ao grupo de crianças quanto à própria empresa, nomeada de “turma da Brastemp”.

Com Schor (2009), afirma-se uma transformação operada no discurso publicitário: ainda que os anúncios tivessem a intenção de convencer as mães de que os produtos eram benéficos para as crianças, os textos traziam-nas na condição de sujeitos do discurso.

Figura 95 – Propaganda da linha de produtos infantis *Phebo*

**Mãe,  
eu não  
sou adulto.**

**Os produtos que você usa não são feitos para resolver os meus problemas.**

Olha mãe, os seus produtos têm creme de beleza, hidratantes, proteínas e um monte de coisas que não têm nada a ver comigo. Meus problemas são outros:

Minha pele é delicada e cheia de dobrinhas. Ela precisa de um sabonete neutro; de um óleo e um talco feitos para crianças.

Meu cabelo é tão fininho. Quando você assopra ele se mexe todo. O shampoo de adulto é muito forte para ele.

Meus dentinhos e a minha gengiva são pequenos e sensíveis. Precisam de um creme dental e uma escova que sejam suaves; feitos mesmo para crianças.

Mãe, a linha da Mônica tem tudo isso. Foi feita especialmente para uso infantil. E ainda tem uma coisa que eu adoro: a Mônica.

Mãe, me faz esse carinho: compra a Mônica.

**Mônica: os produtos que você compraria se fosse criança. PHEBO**

Olha mãe, os seus produtos têm creme de beleza, hidratantes, proteínas e um monte de coisas que não têm nada a ver comigo. Meus problemas são outros: Minha pele é delicada e cheia de dobrinhas. Ela precisa de um sabonete neutro; de um óleo e um talco feito para crianças. Meu cabelo é fininho. Quando você assopra ele se mexe todo. O shampoo de adulto é muito forte para ele. Meus dentinhos e a minha gengiva são pequenos e sensíveis. Precisam de um creme dental e uma escova que sejam suaves; feitos mesmo para crianças. Mãe, a linha da Mônica tem tudo isso. Foi feita especialmente para uso infantil. E ainda tem uma coisa que eu adoro: a Mônica. Mãe, me faz esse carinho: compra a Mônica. Mônica: os produtos que você compraria se fosse criança. Phebo.

Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, n. 12, ago. 1981, p. 69. Depositário: FBN

O texto apresentou o discurso de uma menina, também representada pela fotografia disposta no canto superior esquerdo da página, que dirige a uma suposta mãe seus argumentos que justificam a compra de produtos da *Mônica*, produzidas pela *Phebo*.

Enfatizaram-se, de forma veemente, as diferenças entre a criança e o adulto, pautado no discurso médico-higiênico e exemplificado pelas características do cabelo e tipo de pele da criança, mais sensíveis do que do adulto, e pela anatomia dos dentes e das gengivas infantis, que requerem escova e pasta dental mais suave.

Merece destaque, ainda, a representação dos hábitos de embelezamento feminino recomendados, constatado na afirmação de que a mãe tem “os seus produtos, têm creme de beleza, hidratantes, proteínas”, diferentes dos da criança.

O segundo argumento valorizado para o consumo foi o apreço pela *Mônica*, o que revela a estratégia de associar um personagem famoso entre as crianças ao consumo de produtos com a sua marca. Por fim, “comprar a Mônica” representava um carinho de mãe para filha, sinalizando para a permanência da estratégia de associação de afetividade e consumo.

Nesse sentido, a série de propagandas examinadas permite considerá-las para além de sua dimensão ideológica de massificação do consumo. Anne Higonnet, por exemplo, mostra que a publicidade “constitui uma componente intrínseca dos meios de comunicação e proporciona muito mais do que informação sobre produtos específicos, incluindo interpretações constituintes dos papéis de cada sexo” (HIGONNET, 1995, p. 419).

Em acréscimo, Monique Pires ressalta que os produtos midiáticos atuam no âmbito do imaginário social e no agenciamento das representações que o compõem, na medida em que “na propaganda, imagem e texto constituem uma unidade narrativa que tem como objetivo proporcionar aos consumidores uma leitura correta a respeito do produto anunciado (PIRES, 2007, p. 15). As propagandas, nessa linha analítica, informam muito mais do que atributos e características de um dado produto, atuando como um canal efetivo de disseminação de representações sociais de criança, de mulher, de homem e de família.

No contexto de divulgação de discursos que articulam o amor aos filhos a uma série de conhecimentos científicos, vê-se que a representação de família moderna anunciada na revista era aquela composta de homem e mulher, detentores da importante função de educação das crianças. E eles, por essa razão, conformavam o público de sujeitos a educar.

No entanto, tal representação desconsidera a presença social de outros arranjos familiares em vigor no período que se distanciam do modelo “mãe, pai e filhos” e cujos membros nem sempre possuíam condições financeiras favoráveis ao consumo dos produtos anunciados.

Nessa linha argumentativa, a próxima seção propõe-se a analisar as representações identificadas em *Pais & Filhos* pertinentes aos atores sociais de destaque naquele modelo de família, a mãe e o pai.

#### 4.5 Família, maternidade e paternidade em *Pais & Filhos*

Ana é de João, Pedro é de Alice, José é de João e Alice. Todos, juntos, formam uma grande família, resultado dos novos tempos. Talvez para nossas avós está realidade pareça muito absurda e distante. Já nossos filhos, provavelmente, estão longe de encarar o casamento tradicional como uma coisa rígida e imutável. Para eles, *os novos modelos de relações serão cada vez mais presentes em seu tempo*

*Revista Pais & Filhos, n. 9, maio 1984, p. 104, grifo nosso*

O trecho da matéria “Os meus, os teus, os nossos filhos”, assinada por Amélia Gonzales e com consultoria de Vera Ribeiro (membro da Sociedade de Estudos Psicanalíticos Latino-americana), veiculou uma representação de família pautada em “novos modelos de relações” em que o casal de adultos, separados ou viúvos, constituía um novo arranjo familiar com filhos de relacionamentos anteriores, criados “todos, juntos”.

O artigo discute alguns conflitos que permeiam essa relação, como desavenças na forma de educar os filhos, ciúmes e rivalidades entre os filhos anteriores com o nascimento de um filho fruto da união do casal. Nesse sentido, a redatora sugeria o diálogo entre todos os membros como estratégia de superação dos problemas da família, “um grande núcleo que precisa seguir os princípios democráticos para dar certo. O que não é impossível, mas pode ser difícil” (Ibid., p. 107).

Com Ana Scott (2018), entende-se que as possibilidades de novos relacionamentos (hetero e homossexuais) ou de casamentos sucessivos – as novas uniões que se fazem após a separação de relacionamento anterior – mobilizam a necessidade de compreender a “vida em família” sob outros moldes.

*Pais & Filhos*, em 1984, lançou luz sobre outras formas de constituição familiar além da família nuclear, como as famílias reconstituídas, resultantes do relacionamento em que pelo menos um membro do casal seria separado ou divorciado, e na qual convivem os filhos de relacionamentos anteriores e aqueles que, porventura, forem fruto do relacionamento atual.

Convém considerar, ainda, as famílias monoparentais, constituídas pelo adulto (pai ou mãe) que vive com o(s) filho(s), e as famílias compostas por dois pais ou duas mães. A representação desses arranjos foi pouco frequente no exame da revista, o que não indica sua inexistência no contexto social mais amplo.

O cotidiano familiar e as funções ocupadas por seus membros também foram debatidos no artigo “Nesta família todos têm que ajudar”, assinado por Cristina Dória, com consultoria do sociólogo Alberto Medina. Nele, verificou-se uma representação de família brasileira na qual todos os seus integrantes, o que incluiria o pai, a mãe e respectivos filhos, participam da organização e gestão da casa.

Algun tempo atrás, era muito difícil ver um homem ajudando nas tarefas domésticas. Hoje, junto com a crise econômica, a falta de empregada e de tempo das mães, eles estão se modificando. Deixam o cachimbo e a leitura diária do jornal para o escritório e conquistam novos espaços dentro de casa: a cozinha e o quarto do bebê. As transformações também atingem a turminha miúda, chamada a ajudar. A família brasileira, afinal, começa a fazer o que nos países avançados já é comum: todos participam, tornando o trabalho mais eficiente e divertido (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 1, set. 1987, p. 108, grifo nosso).

O exercício da paternidade assumiria novos contornos, em que o homem não se dedicaria apenas à leitura do jornal e ao cachimbo e atuaria também na “cozinha e no quarto do bebê”, o que representaria a ocupação de territórios representados como marcadamente femininos. Veicula-se, ainda, um discurso de aspecto civilizatório, em que a apropriação de hábitos culturais de países dito “avançados” poderia impulsionar o desenvolvimento da família no Brasil, considerada, em contraponto, pouco avançada nesse aspecto.

A sequência da matéria aprofunda a discussão de algumas mudanças ocorridas do âmbito da família, considerada “célula mater da sociedade” (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 1, set. 1987, p. 108). Tratou do papel da mulher e do impacto para a família de sua entrada no mercado de trabalho. Convém ressaltar que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho formal é um processo que, ao longo do século XX se acentuou, mas há que se considerar a história da inserção das mulheres nos setores informais e a importância do trabalho domiciliar que contribui para o orçamento familiar<sup>193</sup>.

Não obstante, as mudanças vivenciadas pelas mulheres não foram apresentadas como negativas, justificadas pelo fato de que “se a mulher, assim como o marido, sai para trabalhar, por que deveria ser a única responsável pelos afazeres domésticos? Ao adquirir vida própria, ela mudou não só a estrutura do casal, mas de toda a família” (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 1, set. 1987, p. 108). O papel masculino desempenhado pelos homens, nesse contexto,

<sup>193</sup> Eni Samara (2002) argumenta que, nos séculos anteriores, a maioria das mulheres trabalhadoras atuavam nas chamadas atividades femininas tradicionais, marginais ao processo de produção e sendo remuneradas abaixo do padrão de pagamento masculino, na mesma função. O Primeiro Censo Geral do Brasil, realizado no Império em 1872, mostra essa setorialização de atividades por gênero, predominando a atuação das mulheres como lavradoras, costureiras e dedicadas aos serviços domésticos. Segundo a autora, esta constatação indica que o gênero era um fator determinante na ocupação desempenhada, sendo relevante também a presença das mulheres no mercado de trabalho, se considerados os ramos específicos de atividades e especialmente o setor informal.

também teria se transformado, já que “agora, ele é companheiro solidário não só da mulher como dos filhos. Perdendo, inclusive, as características de pragmatismo e racionalidade e ganhando algumas tarefas dentro de casa” (Ibid.).

Concomitantemente às representações veiculadas nos excertos em questão, vê-se que o exercício da maternidade e da paternidade nas últimas décadas do século XX passou por mudanças que permearam o âmbito privado, das quais se pode citar:

a) Redução da média de filhos por mulher, de 6,28 filhos por mulher em 1960; 5,76 em 1970; 4,35 em 1980, até 2,85 em 1991<sup>194</sup>;

b) Mulheres casando mais tarde, expresso pela redução do percentual de casamentos por faixa etária de mulheres no período de 1984 a 1994: menos de 15 anos - 0,77% em 1984 para 0,47% em 1994; de 15 a 19 anos - 32,59% para 30,73%; de 20 a 24 anos: de 35,86% para 35,64%. Ocorreu, em contrapartida, a ampliação de casamentos nas faixas de 25 a 29 anos: de 15,84% para 18,65%; e de 30 a 34 anos: 6,74% para 7,5%<sup>195</sup>.

c) Crescimento do número de total de casamentos registrados no Brasil entre os anos de 1974<sup>196</sup> e 1984<sup>197</sup>: de 818.990 para 936.070, o que corresponde a um aumento de aproximadamente 12,50%. O período de 1984 a 1994<sup>198</sup> apresentou uma considerável redução de 18,47%, contabilizando-se 763.129 casamentos. O número de divórcios concedidos em primeira instância, por sua vez, experimentou um expressivo aumento de 30.847 em 1984 para 94.818 divórcios em 1994, o que corresponde a um crescimento de 67,46%.

Com base no exame dos artigos publicados de 1968 a 1989, cotejados com os dados estatísticos pertinentes ao período, as mudanças operadas nos lugares sociais ocupados por homens e mulheres não correspondem a um processo linear e unívoco, reconhecendo-se, ainda, o fato de que os exercícios de ser mãe e ser pai foram alvo de inúmeros discursos educativos que integravam abordagens civilizatórias, médico-higiênicas e terapêuticas.

---

<sup>194</sup> Dados estatísticos disponíveis em:

<<https://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=POP263&t=taxa-fecundidade-total>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

<sup>195</sup> Os índices relativos ao percentual de casamentos estão disponíveis apenas a partir de 1984. Com a finalidade de comparar um período mais considerável, optou-se pelo ano de 1994, dez anos depois do primeiro registro. Fonte: IBGE, Estatísticas do Registro Civil 1984-2002. Disponível em:

<<https://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=2&vcodigo=RC46&t=casamento-faixa-etaria-mulheres>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

<sup>196</sup> Trata-se do primeiro ano com estatísticas de registro divulgadas no site do IBGE. Disponível em:

<[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc\\_1974\\_v1.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_1974_v1.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2018.

<sup>197</sup> Verificou-se em 1984 o primeiro ano de contabilização dos números de divórcios pelo IBGE. Disponível em:

<[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc\\_1984\\_v11.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_1984_v11.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2018.

<sup>198</sup> Dados estatísticos disponíveis em: <

[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc\\_1994\\_v21.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_1994_v21.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2018.

Em *Pais & Filhos*, a preocupação com a maternidade e a paternidade tinha como importante marco a gravidez, verificada na representação do “casal grávido”. No artigo de mesmo nome, Bia Falbo, com consultoria do terapeuta de casais Luis Fernando Nobre, sugeria uma organização familiar na qual mulher e homem se integrassem no exercício dessa função:

A maioria das mulheres, hoje em dia, espera encontrar em seu marido uma figura viva, ativa, participante das decisões da casa e, sobretudo, da educação dos filhos. Este desejo surge, de uma forma muito especial, durante a gravidez, quando é bom dividir com o futuro papai todos os momentos, sejam eles de ansiedade, dúvida, ou de pequeninas alegrias como escolher um sapatinho ou o modelo do berço. Muitas vezes, cabe justamente a você a iniciativa de incorporá-lo no dia-a-dia desta experiência maravilhosa, que é esperar o bebê. Viver a gravidez a dois, em seus altos e baixos, emoções e dúvidas, é o ideal. O apoio do marido neste período é tão importante que muitas mulheres, quando isso não acontece, acabam por se sentir totalmente abandonadas (REVISTA PAIS & FILHOS, n.2, out. 1983, p. 121).

O “casal grávido”, então, seria aquele que vivenciaria a gravidez como experiência de partilha de momentos, dúvidas e alegrias. Todavia, a destinatária desse tipo de texto parece ser a mulher, encarregada da iniciativa de “incorporar” o homem ao universo da gestação. O artigo exemplificou um aspecto observado em outros discursos da revista, que veiculava um ideal de gravidez empreendida dentro de um núcleo conjugal, conforme explícito no uso do termo “marido”. Aqui, a família idealizada por *Pais & Filhos* não é tão “moderna”, pois prevalece no campo das representações de mundo social as famílias compostas por pai, mãe e filhos, tratando-se pouco de outras possibilidades de configuração.

A despeito da veiculação de um ideal de “casal grávido”, notou-se que o caráter informativo e educativo da revista incidia com mais força sobre as leitoras mulheres. Tal situação é coerente com uma assertiva anteriormente apresentada de que as mulheres foram alvos privilegiados do discurso médico-higiênico e que não foram consideradas apenas como agente de cuidado das crianças, mas também como sujeitos a cuidar, em uma perspectiva de medicalização do corpo feminino.

Esta situação tem relação com o processo de medicalização mais ampla da sociedade, que ganhou força no século XIX, com a emergência da Higiene pública e da Medicina como saberes específicos e relevantes para a sociedade, como apontam os estudos no âmbito da Psiquiatria (COSTA, 2004) e da História da Educação (GONDRA, 2003; ROCHA, 2003, PAIVA, 2013, CÂMARA, 2014). Na perspectiva do próprio campo médico, com Elisabeth Vieira (1999), entende-se que a medicalização trata do processo pelo qual aspectos da vida cotidiana são transformados em objetos da Medicina de forma a assegurar conformidade às normas sociais.



A medicalização do corpo feminino pode ser verificada no cenário de redefinição dos comportamentos familiares, em direção a um modelo de família mais nuclear e intimista (ITABORAÍ, 2015). Neste contexto, os comportamentos sociais vivenciados pelas mulheres também sofreram transformações, já que elas teriam deixado de administrar a “empresa autossuficiente doméstica” para viver em função dos filhos (COSTA, 2004).

Ilustra as experiências de medicalização do corpo feminino o artigo “Depois do parto, volta a vida normal”. Silvia Rodrigues, com consultoria do obstetra Paulo Cezar Ramalho, descreve as mudanças corporais vivenciadas pelas mulheres após a experiência do parto, no período denominado puerpério, que vai do nascimento da criança até a primeira menstruação.

Depois de ter um filho, a mulher passa por um processo inverso ao da gravidez. Os órgãos genitais, dilatados e deslocados durante nove meses, voltam ao tamanho e posição normais, só que muito mais rapidamente: bastam 30 dias para que, teoricamente, seja possível uma nova gravidez. Na maioria das vezes não são necessários cuidados exagerados, e no lugar do repouso e caldo de galinha prescritos a nossas avós, hoje os médicos recomendam alimentação sadia e atividades normais (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 1, set. 1975, p. 5).

O artigo agregou informações científicas a respeito do período, considerando exagerados os cuidados tomados pela geração anterior (“nossas avós”), comparados às recomendações médicas atuais que, nas palavras da articulista, sugeriam uma alimentação saudável e a realização de uma rotina normal. Com isso, há clara hierarquização dos saberes dito científicos em detrimento daqueles construídos pela população leiga.

Merece destaque a informação de que, durante o puerpério, a mulher poderia sofrer alterações psicológicas, expressas como depressão e humor instável. Este dado foi justificado pelo fato de que, com o nascimento do bebê, a mulher estaria concretamente diante de um novo ser, “cuja vida depende inteiramente dela, mãe, sendo natural que se sinta angustiada, principalmente no caso do primeiro filho, que sempre obriga a uma reformulação do esquema de vida dos pais” (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 1, set. 1975, p. 6). É nítida a destinação de gênero na matéria, devido à justificativa biológica acerca da dependência do bebê à mãe. A situação, por outro lado, traria implicações na vida do casal, e não só na da mulher.

A capa da edição de abril de 1985, por sua vez, também permite verificar o tratamento da gestação e do parto como destaques na revista.

Figura 96 – Capa da edição de abr. 1985



Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, n. 8, abr. 1985, p. 1.  
 Depositário: FBN

Levando-se em conta a estruturação e disposição das chamadas na capa, a divulgação da técnica de parto na água foi privilegiada. Em contrapartida, vale registrar que a temática da gestação frequentemente voltava-se às mulheres, como na chamada “Gravidez”, que sinalizava para a importância do controle do peso durante a gravidez.

Betty Friedan, de modo específico, indica que as imagens de mulher expressas pela imprensa e pela publicidade contribuíram para a constituição de uma *Mística Feminina* (FRIEDAN, 1971). Ao mesmo tempo em que tais imagens afirmavam que a mulher estava libertada pela ciência dos perigos do parto, das doenças de suas avós e das tarefas domésticas, podendo ser sadia, bonita, educada, também deveria cumprir determinado ideal de realização feminino, pautado no cuidado do lar e dos filhos. Contudo, sua participação social estava confinada ao seu próprio corpo e beleza, à procriação, ao cuidado físico das crianças e do lar.

Assim como as temáticas da gravidez e do parto, a amamentação também configurou em tópico propício à medicalização do corpo feminino em *Pais & Filhos*. O incentivo à amamentação materna, já verificado na literatura médico-higiênica desde os séculos XVIII e

XIX (DONZELOT, 1980; BADINTER, 1985), configura aspecto de permanência no período pesquisado, conforme exemplifica a propaganda de Cereais da *Kellogg's*.

Figura 97 – Propaganda de Cereais *Kellogg's*

**O amor começa com o leite materno.**

**E continua com 4 Cereais da Kellogg's.**

O leite materno é o melhor alimento para os primeiros meses da vida do bebê, pois ele contém os nutrientes essenciais para um crescimento forte e saudável.

4 Cereais da Kellogg's é o complemento ideal após a fase de aleitamento materno. 4 Cereais é um alimento 100% natural, feito de milho, trigo, aveia e arroz, enriquecido com vitaminas e sais minerais. Seu preparo é instantâneo, porque já vem pré-cozido. Não é doce nem salgado, por isso pode ser usado em todas as receitas.

É próprio para preparar papinhas e mingaus e como ingrediente reforça sucos, frutas e até o leite. Além disso, é ótimo para engrossar caldos e sopinhas.

Depois do leite materno, para que seu filho continue a ter uma alimentação natural e saudável, dê a ele 4 Cereais da Kellogg's. O alimento rico por natureza.

4 Cereais da Kellogg's. O alimento rico em saúde.

QUALIDADE **Kellogg's**

O leite materno é o melhor alimento para os primeiros meses de vida do bebê, pois ele contém os nutrientes essenciais para um crescimento forte e saudável. 4 Cereais da Kellogg's é o complemento ideal após a fase do aleitamento materno. 4 cereais é um alimento 100% natural, feito de milho, trigo, aveia e arroz, enriquecido com vitaminas e sais minerais. Seu preparo é instantâneo, porque já vem pré-cozido. Não é doce nem salgado, por isso pode ser usado em todas as receitas. É próprio para preparar papinhas e mingaus e como ingrediente reforça sucos, frutas e até o leite. Além disso, é ótimo para engrossar caldos e sopinhas. Depois do leite materno, para que seu filho continue a ter uma alimentação natural e saudável, dê a ele 4 Cereais da Kellogg's. O alimento rico por natureza. 4 Cereais da Kellogg's. O alimento rico em saúde.

Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, n. 1, set. 1986, p. 40. Depositário: FBN

Nesta propaganda foi acionada a dimensão afetiva do cuidado materno, especialmente no que diz respeito à amamentação, atividade valorizada na constituição da primeira infância e considerada como experiência inicial do amor materno. A imagem do bebê sendo amamentado ganhou destaque, em detrimento da mãe anônima, composta apenas pelo seio.

O texto reforçou a assertiva médica de que o aleitamento materno é o único alimento recomendado nos primeiros meses do bebê. Por outro lado, notou-se a ambiguidade desse tipo de enunciado já que, após essa etapa da vida, Cereais da *Kellogg's* foram recomendados como alimentos “ricos por natureza” e capazes de oferecer saúde aos seus consumidores.

A propaganda comemorativa de 20 anos de *Pais & Filhos*, por sua vez, articulou imagem e texto para valorizar a amamentação como expressão sublime da maternidade e de construção de vínculo afetivo entre mãe e filho.

Figura 98 – Propaganda comemorativa de 20 anos da revista *Pais & Filhos*

**O grande momento a dois**

Não existe momento tão íntimo e prazeroso quanto o das mamadas. É como se mãe e filho pudessem reviver e recuperar o tempo da gestação, em que ambos estavam unidos e o bebê era alimentado pelo cordão umbilical. Apesar de ser um fenômeno natural e simples, a amamentação é também uma arte que precisa ser aprendida pelas mães. Em PAIS & FILHOS, elas encontram sempre a melhor orientação. Aprendem a se preparar para a lactação e a realizar bem esta tarefa, tendo bastante leite para oferecer ao neném. E tudo do jeito que gostam de saber: sem mistérios.

**P&F**

**Pais & Filhos**  
**20 ANOS**  
Uma geração inteira lê e confia

Não existe momento tão íntimo e prazeroso quanto o das mamadas. É como se mãe e filho pudessem reviver e recuperar o tempo da gestação, em que ambos estavam unidos e o bebê era alimentado pelo cordão umbilical. Apesar de ser um fenômeno natural e simples, a amamentação é também uma arte que precisa ser aprendida pelas mães. Em PAIS & FILHOS, elas encontram sempre a melhor orientação. Aprendem a se preparar para a lactação e a realizar bem esta tarefa, tendo bastante leite para oferecer ao neném. E tudo do jeito que gostam de saber: sem mistérios. PAIS & FILHOS. 20 anos. Uma geração inteira lê e confia.

Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, n. 7, mar. 1988, p. 74-75. Depósito: FBN

A mulher foi representada unicamente pelo seio que amamenta, enquanto a criança ganhou contornos mais nítidos, a partir da imagem de um bebê loiro, branco, forte e com aparência saudável, o que serve para cristalizar determinada representação étnica de primeira infância.

No plano textual, a amamentação foi caracterizada como experiência que recuperaria a simbiose vivenciada durante a gestação, em uma perspectiva mais afetiva e menos científica. Considerada como um “fenômeno natural e simples”, chamou a atenção sua descrição como “arte” a ser aprendida pelas mães. Neste diapasão, a revista cumpriria um importante papel de levar às leitoras a melhor preparação para este momento.

Conforme exemplifica a matéria “Prepare-se para esta doce missão: amamentar”, a publicação ofereceu uma educação dos sentimentos, em associação a conteúdos de caráter mais instrutivo sobre o tema, com a finalidade de ensinar as mulheres na preparação e cuidado com o corpo na eminência da amamentação.

Muita gente acha que dar o peito ao filho é a coisa mais natural e simples do mundo. Isso é verdade, mas até certo ponto. Na prática, as coisas nem sempre são assim tão fáceis. Basta observar a quantidade de mulheres que tanto sonhavam em amamentar e logo no primeiro mês estão desmamando seus filhos. Para prevenir dificuldades, ter bastante leite para o neném e aproveitar ao máximo essa fase, é importante que você se prepare desde já, durante a gravidez (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 9, maio 1985, p. 37).

Interessante observar que, já no início, contestou-se o argumento de que a amamentação era um procedimento “natural e simples”. Ao contrário, afirmou-se que requeria preparação prévia, pautados na realização de determinados exercícios desde o terceiro mês de gravidez. Estes foram explicados de forma minuciosa, por meio de texto e imagens.

Figura 99 – Instrução de massagem no seio materno



Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, n. 9, maio 1985, p. 38. Depositário: FBN

A continuação do artigo caracterizou a gravidez como o período preparatório para “o papel mais gratificante da vida da mulher: ser mãe” (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 9, maio 1985, p. 38). Tal preparação deveria transcorrer com base na leitura de livros e revistas especializadas, conversas com o médico, com o companheiro e com outras mulheres que já passaram pela experiência da maternidade. Houve a indicação de uma rede composta por

saberes científicos e outros mais ligados ao contexto familiar e de amizades, ambos chamados a participar da construção da identidade materna.

Todavia, este ideal de maternidade não é neutro, pois diz respeito à determinado pertencimento de classe, em que só aquelas mulheres com determinado poder aquisitivo poderiam consumir material especializado sobre o tema, assim como ter possibilidade de acompanhamento médico sistemático, o que nem sempre era de fácil acesso às mães de diferentes extratos sociais.

O emprego do termo companheiro também merece nota, pois não rotulou a exigência de o pai do bebê ser o esposo, marido ou namorado. Entretanto, há a presença de aliança na mão direita da mulher fotografada na matéria, aspecto que demonstra certo alinhamento a uma representação de família conjugal, composta por esposa, marido e filhos.

Ao final, o texto apresentou alguns aspectos que justificariam a escolha pela amamentação, como: a qualidade do leite humano em relação ao de outros animais; a exigência de menos tempo para a preparação e a economia, já que o leite materno não demanda aquisição de outros produtos; a importância para o desenvolvimento do bebê, já que por meio da sucção ele exercita a musculatura facial, futuramente utilizada na articulação de palavras e sons; a beleza da mulher, em contraponto aos discursos que alegam que a amamentação causam flacidez do tecido mamário. Sendo assim, foram utilizados argumentos médico-higiênicos e terapêuticos, que incidiam sobre a dimensão psicológica de valorização da beleza materna, para divulgar a amamentação como prática recomendada às mulheres mães.

A despeito da temporalidade posterior ao período investigado, estudos como os de Vieira (1999) permitem afirmar que as mulheres foram frequentemente valorizadas por características biológicas, em uma concepção racionalista do corpo feminino. Esta se fundamenta na ideia de natureza feminina baseada em fatos biológicos que ocorrem no corpo da mulher - a capacidade de gestar, parir e amamentar. Tal determinação serve de justificativa das questões sociais que envolvem a atuação social das mulheres como explicação legítima e única sobre estes fenômenos. Daí decorrem ideias sobre a maternidade, instinto maternal e divisão sexual do trabalho como atributos “naturais e essenciais”, que favorecem à divisão de gênero na sociedade.

Biroli (2018), por sua vez, indica que os interesses capitalistas e as formas correntes de exploração do trabalho incidem sobre a vida doméstica, a conjugalidade, a divisão cotidiana de tarefas, impossibilitando que mulheres e homens experimentem da mesma fruição do tempo. A autora enfatiza a importância de se compreender a posição desigual das mulheres na

esfera doméstica e na pública, levando em consideração que elas são orientadas a assumir determinadas responsabilidades e a desempenhar um conjunto de funções no cotidiano distinto dos homens. Culturalmente, a alocação das tarefas de cuidado tem o gênero como eixo, ancorando-se na naturalização de habilidades e pertencimentos, definidos de acordo com uma visão binária, não apenas simplificada, mas também ilusória, da conexão entre sexo biológico e comportamentos (BIROLI, 2018, p. 67).

Contudo, existiria uma natureza tipicamente feminina, diferenciada da masculina como tal e reconhecível em sua diferença por uma universalidade indistinta e consequentemente presumida das “mulheres” (BUTLER, 2003, p. 21)? A compreensão dessas relações por uma ótica binária masculino/feminino não favorece a análise das representações de maternidade e de mulher como parte do conjunto de concepções pelas quais a identidade de gênero e suas implicações são construídas na sociedade e na cultura.

A insistência em tal abordagem pelo periódico sugere que não se tratava de uma verdade absoluta e sim uma construção social que deveria ser reafirmada ou transformada quando necessário. Nessa linha argumentativa, concorda-se com Chartier (1995), para quem o essencial não é opor termo a termo, uma definição histórica e uma definição biológica da oposição masculino/feminino. Sugere-se, assim, o exercício de identificar, para cada configuração histórica, os mecanismos que enunciam e representam como “natural”, portanto biológica, a divisão social e histórica dos papéis e das funções.

A matéria “Você pensou em ser mãe” contribuiu com a discussão, ao apresentar, de forma inovadora, uma definição de maternidade como escolha, ao invés de aspecto constituinte da natureza feminina:

Ter um filho: até agora havia outros projetos de vida mais importantes, mas eis que, devagarzinho, foram surgindo razões, as suas razões, que tornaram a maternidade a mais simpática, a melhor de todas as suas perspectivas de realização. É com você, que namora a ideia de ser mãe, que queremos conversar. Nossa intenção? Ajudá-la a refletir um pouco sobre esta opção e a encará-la com alegria, mas com os pés no chão (REVISTA PAIS & FIHOS, n. 2, out. 1982, p. 39).

Sylvia Leal, com consultoria de Vitória Pamplona (psicóloga clínica e coordenadora do grupo de gestantes), considerou que “ter um filho” era um projeto de vida e visou apresentar, em seu artigo, argumentos que ajudassem as mulheres a refletir sobre a questão.

A articulista fez uso da estratégia de depoimento de quatro mulheres a respeito da decisão de engravidar. Os comentários ressaltavam a maternidade como opção individual e privada, baseada em motivos como completar a família, resgatar a infância ou ter companhia no futuro. Todavia, a autora não problematiza a própria ideia de amor materno.

Infinitamente complexo e imperfeito. Longe de ser instinto, é condicionado por tantos fatores independentes da “boa natureza” ou da “boa vontade” da mãe que é preciso um pequeno milagre para que este amor seja assim como nos é descrito. Ele depende não só da história pessoal de cada mulher, da convivência da gravidez, de seu desejo de ter a criança, de sua relação com o pai, mas também de outros fatores sociais, culturais, profissionais etc. A boa maternidade é uma missão quase impossível, que prova que não há instinto nesses assuntos (BADINTER, 1993, p. 67).

Se por um lado, a maternidade não foi tratada como uma “missão” ou “vocação” feminina, a matéria não discutiu os desafios de “ser mãe”, incluindo as implicações psicológicas, culturais e econômicas dessa suposta “escolha”. Tal linha argumentativa sugere a apropriação empreendida pela autora de uma representação de mulher que tem a maternidade como um caminho de “realização” feminina. Ademais, não se pode perder de vista que o discurso valorizador de uma possível liberdade da mulher na escolha da maternidade tem relação com o cenário de medicalização do corpo feminino, especialmente quando esse tipo de escolha se torna possível com o uso de contraceptivos.

Merece ressalva o fato de que apenas nos anos 1960 as agências internacionais começaram a investir na pesquisa de métodos anticoncepcionais, ainda que tais ideias já fossem defendidas pelo movimento de *birth control*, existente desde o final do século XIX e vinculado ao neomalthusianismo (ITABORAÍ, 2015). A pílula anticoncepcional, por exemplo, inventada no final da década de 1950 e de uso disseminado socialmente a partir dos anos 1960, possibilitou mudanças nas expectativas femininas em relação à vida reprodutiva, tais como engravidar em período conveniente e exercer a sexualidade de forma separada da reprodução em si.

A equipe editorial de *Pais & Filhos* mostrou-se interessada em divulgar conteúdos médico-higiênicos atualizados, como ilustra a apropriação da discussão a respeito da dita “pílula” em matérias veiculadas ao longo do período pesquisado, a saber: 1) Como os médicos americanos receitam a pílula - REVISTA PAIS & FILHOS, n. 1, set 1970, p. 44; 2) Chega de pílula para minha mulher - REVISTA PAIS & FILHOS, n. 1, set. 1971, p. 99; 3) As vantagens e as desvantagens da pílula - REVISTA PAIS & FILHOS, n. 5, jan. 1976, p. 20; 4) A pílula - REVISTA PAIS & FILHOS, n. 2, out. 1987, p. 103.

Para além da possibilidade de o uso da pílula anticoncepcional oferecer uma liberdade de escolha às mulheres, a divulgação desse método em um periódico para a família favorece o cenário de medicalização do corpo feminino. Em uma perspectiva social, assistiu-se a um uso político da pílula como instrumento de controle de natalidade e diminuição da população, e menos como estratégia de promoção de direitos reprodutivos por meio dos quais as mulheres poderiam escolher sobre quando ter filhos e quantos (DINIZ, 2018).



Trata-se, assim, de um duplo movimento em que, primeiramente, se valorizam os aspectos individuais do cuidado do corpo da mulher, em uma perspectiva normalizadora, reguladora e de gestão da vida e da reprodução humana. Em segundo lugar, o uso desse tipo de produto atuaria como dispositivo social cuja finalidade consistiria no controle populacional (VIEIRA, 1999). Ao mesmo tempo em que a mulher teria uma suposta liberdade para escolher ser mãe e ter filhos, o discurso de medicalização do corpo feminino controlaria também seus hormônios, pela valorização do uso de determinados medicamentos.

Em paralelo à estratégia de medicalização do corpo feminino, deve-se considerar que os enunciados dispostos em *Pais & Filhos* também possuíam caráter problematizador dessa cultura, como aqueles que questionavam a existência de um instinto materno. Tomou-se o artigo “Instinto materno: existe esta força mágica que nos conduz a ser mães?”, assinado por Simone Fernandes, para ilustrar a discussão empreendida pela revista:

Pelo menos uma vez na vida, toda a mulher já se sentiu insegura, olhou seu filho como um estranho e teve dúvidas sobre sua capacidade de ser mãe. Nesse ponto, entra um questionamento muito importante. Será que essas mulheres não são dotadas de instinto materno? O que é esse instinto? Uma força mágica que brota do útero e determina todas as atitudes da mulher-mãe? Ou um mito? Talvez uma verdade mal interpretada, ou ainda uma mentira muito bem construída. Essa preocupação que, num nível pessoal, aparece aqui e ali na cabeça das mulheres é, há algum tempo, tema de discussão entre estudiosos. Antropólogos, sociólogos, psicólogos já desfiaram muitas teses sobre o assunto e, recentemente, o livro *Amor Materno, Mito ou Realidade?*, publicado na França, trouxe mais dados para o debate (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 4, dez. 1982, p. 23-24, grifo do autor).

O excerto, em seu início, generaliza a preocupação demonstrada por “toda a mulher” ao duvidar de sua capacidade de ser mãe, questionando a existência do instinto materno. Nesta matéria, a publicação não se ancorou em depoimentos pessoais como de costume, mas citou que a temática já estava no horizonte investigativo de “antropólogos, sociólogos e psicólogos”.

Citou-se, especificamente, o livro *Amor Materno, Mito ou Realidade?*, de autoria de Elisabeth Badinter<sup>199</sup>, no qual discute a historicidade do mito do amor materno a partir da seguinte questão: saber se o amor materno é um instinto exclusivamente natural ou uma tendência reforçada no contexto cultural, em que se espera o comportamento de afeto materno (BADINTER, 1985). Tal aspecto sinaliza a proposta da revista de oferecer uma discussão

---

<sup>199</sup> Elisabeth Badinter, nascida em 1944 na França, é filósofa, historiadora e escritora. *L'Amour en plus: histoire de l'amour maternel (XVIIe-XXe siècle)* é seu livro lançado em 1980, fruto de um seminário de dois anos oferecido na Escola Politécnica francesa. No Brasil, a obra recebeu o título de *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, sendo publicada pela Editora Nova Fronteira em 1985.

atualizada sobre o tema aos seus leitores, pois a discussão a respeito do livro foi empreendida antes da publicação nacional do mesmo.

Badinter fundamentou-se em fatos históricos, dos quais se pode citar a alta taxa de infanticídio na Idade Média, a prática generalizada de abandonar os filhos em asilos durante seus primeiros anos de vida e o hábito de delegar todos os cuidados com a criança às amassecas, para concluir que o amor materno foi uma construção social, oriunda da necessidade de criar uma nova organização a partir do século XVIII, visando à criação de indivíduos que perpetuassem seus ideais. A matéria retomou a definição do papel da mulher no contexto

Em que a mãe era a pessoa certa para transmitir às crianças os conceitos, a religiosidade, as normas e a moral dessa sociedade. Era preciso convencer essas mulheres de que tinham uma função nobre para a qual estavam biologicamente preparadas. Era preciso fazê-las acreditar que o amor pelos filhos é tão gratificante que as recompensaria (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 4, dez. 1982, p. 24).

Concomitantemente à divulgação de uma publicação que trata da construção do amor materno na França, a revista publicou o depoimento de profissionais como Eloísa Troian Zen e Daniela Ropa para confirmar o argumento a respeito da construção da noção de instinto materno, a partir da abordagem psicológica.

A psicóloga Eloísa Zen valorizou a dimensão social da formação psíquica da mulher, ao afirmar que os especialistas em psiquismo humano tenderiam a analisar a relação mãe-filho através da relação que a mulher teve com seus pais, o que remete à abordagem psicanalítica, em detrimento da consideração de que “vários fatores sociais, econômicos e culturais influenciam na maneira como a mulher vivencia a maternidade” (Ibid., p. 24).

Já a psicóloga Daniela Ropa abordou a dimensão cultural da noção de instinto materno no Brasil, considerando a sua construção como parte do movimento higienista do século XVIII e exemplificado pela defesa do aleitamento materno. Por outro lado, a profissional afirmou a existência de uma “supervalorização da maternidade, como uma reação ao movimento de emancipação feminina, uma tentativa de trazer a mulher de volta ao lar” (Ibid., p. 25).

Esse tipo de matéria possui uma abordagem problematizadora das formas de atuação social sugeridas às mulheres, especialmente em relação ao exercício materno, referindo-se à obra de reconhecida pesquisadora do tema, Elisabeth Badinter. Por outro lado, há continuidade do diálogo com os conhecimentos do campo da Psicologia, marcantes nos discursos dirigidos às famílias pela revista.

Não obstante a frequente referência às leitoras mulheres no que diz respeito às práticas de cuidado e educação das crianças pequenas e do fato de serem alvo privilegiado dos

discursos de medicalização do corpo, *Pais & Filhos* também investiu na divulgação de representações masculinas com a finalidade educativa de formação dos homens para o exercício da paternidade.

As representações de masculinidade em *Pais & Filhos* indicam também a importância de estudar os homens e a construção de sua masculinidade em uma perspectiva histórica<sup>200</sup>.

Sem negar a importância e o pioneirismo dos Estudos sobre Mulheres, hoje podemos apontar, entre seus limites, a ausência dos homens como sujeitos das investigações, o que, de certa forma, os mantinha no lugar de referência universal, enquanto as mulheres eram percebidas como diferentes e somente elas marcadas por seu sexo. Foi necessário o desenvolvimento teórico do próprio campo de estudos, que passa a articular-se em torno do conceito de gênero, para que tivéssemos uma compreensão mais alargada da experiência humana, na qual tanto homens quanto mulheres são estudados como sujeitos construídos a partir da percepção social de seu sexo. Nesse contexto, emergem os estudos sobre homens e masculinidades (CARVALHO; FARIA FILHO, 2010, p. 1).

Compreende-se, portanto, que a emergência da masculinidade como tema e questão de estudo tem relação com o próprio contexto de mudanças no campo de estudos de gênero, que também apontam novas e diferentes estratégias de busca da equidade entre homens e mulheres.

Nessa perspectiva analítica, abordam-se temas como a construção social da masculinidade e da paternidade, no cenário de transformações nos arranjos familiares. Interessa, então, verificar em *Pais & Filhos* indícios dos processos de educação que mobilizaram a formação de masculinidades nesses termos.

Especialmente no período do ano próximo ao Dia dos Pais, comemorado no segundo domingo do mês de agosto, a figura paterna ocupava as capas da revista. Ao apresentar imagens de supostos pais segurando os filhos, veiculava-se uma perspectiva inovadora de valorização da atuação masculina:

---

<sup>200</sup> No contexto Brasileiro, podem-se citar os estudos históricos acerca da masculinidade como o realizado por Durval Muniz Albuquerque Júnior (2013), que examinou especificamente a constituição da identidade do homem nordestino no período de 1920 a 1940; e o trabalho desenvolvido por Luciano Mendes de Faria Filho e Matheus da Cruz e Zica (2010), no qual empreendem o levantamento e a análise das representações de masculinidade presentes na obra do literato mineiro Bernardo Guimarães, mais conhecido, no Brasil, pelos livros *O seminarista* (1872), *O Garimpeiro* (1872) e *A escrava Isaura* (1875).

Figura 100 – Capa da edição de ago. 1979



Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, n. 12, ago. 1979, p. 1. Depositário: FBN

Figura 101 – Capa da edição de jul. 1988



Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, n. 11, jul. 1988, p. 1. Depositário: FBN

Neste primeiro espaço de comunicação com o leitor, as capas de *Pais & Filhos* apresentaram representações de pai como “herói de carne e osso” e como um “superamigo”. A proximidade corporal como indício da dimensão afetiva da relação pai e filho também foi valorizada pelas imagens, que se assemelham por trazerem um homem segurando um bebê no colo.

Os editoriais dos números comemorativos aos pais também fornecem indícios do papel masculino valorizado pelo periódico. Na mesma edição de julho de 1988, descreveu-se uma série de ações tratadas como parte do cotidiano do modelo de pai sugerido aos leitores.

Um beijo antes de dormir, o passeio de mãos dadas, a primeira despedida na porta da escola, a musiquinha cantarolada junto com a criança de voz ainda hesitante... Pequenos gestos do cotidiano que traduzem em parte (sem dúvida, a melhor de todas) esta incrível aventura de ser pai. Porque paternidade não é só o compromisso de envolvimento e participação. Mas um acréscimo geral de responsabilidade. É visto por nós agora – e os homens que entrevistamos – pelo seu lado de prazer, de enriquecimento. O escritor, o estilista de moda, o ator, o político e os jovens papais roqueiros, todos falam da curtição, do lado doce da relação com os filhos. Que os ajuda a criar, a crescer, a procurar, cada um a seu jeito, a saída para um mundo melhor. O mês dos pais se anuncia. Parabéns a vocês (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 11, jul. 1988, p. 3).

O editorial ressaltou alguns atributos relevantes ao exercício paterno, uma espécie de “aventura” que deveria ter como marca uma maior responsabilidade, envolvimento e participação no cotidiano dos filhos. Como forma de aproximar o leitor e atraí-lo para a reflexão acerca da paternidade, *Pais & Filhos* publicou nesta edição entrevistas com homens atuantes em diversos campos - escritor, estilista de moda, ator, político e músico - a respeito de suas relações com os filhos. Interessa destacar a estratégia de colher depoimentos para referendar a argumentação, aspecto frequente na publicação.

De modo específico, a obstinação da publicação em discutir a paternidade foi verificada em uma série artigos, apresentados no Quadro 13:

Quadro 13 – Seleção de artigos sobre paternidade publicados na revista *Pais & Filhos*, de 1968 a 1989

| Ano  | N. | Mês      | Título   | Autor(a)                  | Consultor(a)   |
|------|----|----------|--|---------------------------|--|
| 1968 | 4  | dezembro | Como o bebê se descobre                                      | Márcia Lobo               | Maria Regina Domingues de Moraes, psicóloga da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Úrsula -RJ. |
| 1969 | 1  | setembro | O que é um pai?  | Equipe editorial          | Sem informação   |
| 1971 | 5  | janeiro  | Problemas de Pais e Filhos                                   | Maria Aparecida Rodrigues | Sem informação   |
| 1972 | 5  | janeiro  | Somente para homens – O dia em que papai tomou conta da casa | Walda Menezes             | Dr. Lázaro Contini, psiquiatra e psicoterapeuta; Roberta Macedo Soares, educadora                          |

|      |    |          |  |                               |  |
|------|----|----------|--|-------------------------------|--|
|      |    |          |  |                               | familiar.  |
| 1973 | 5  | janeiro  | O que o bebê diria a você                  | Equipe editorial              | Sem informação   |
| 1973 | 3  | novembro | O papel do pai nos primeiros meses do bebê | Margareth Elias               | Sem informação   |
| 1975 | 4  | dezembro | Ser pai não é apenas sustentar a família   | Joana Angélica Melo de Gusmão | Betty Fuck e Malu Sangirardi, psicólogas clínicas; Moema Toscano, socióloga. |
| 1979 | 12 | agosto   | A presença do pai                          | Liana Corrêa Fortes           | Karin Sandroni, psicóloga clínica.   |
| 1980 | 2  | outubro  | os nove meses que modificam o homem        | Simone Fernandes              | Cláudia Senra da Silva Dias, psicóloga clínica.                              |
| 1981 | 12 | agosto   | Amor de pai                                | Pamela Nunes                  | Íracéia de Oliveira Guerra, psicóloga clínica.                               |
| 1983 | 7  | março    | E se eu pudesse ter um filho               | Bia Falbo                     | Luiz Alberto Py, psicanalista; Carlos Alberto Medina, sociólogo.             |
| 1984 | 12 | agosto   | Assim nasce um pai                         | Dalva Ventura                 | Dr. Romel Alves Costa, psiquiatra reichiano.                                 |
| 1985 | 12 | agosto   | Ser pai, é isso aí                         | Christina Dias                | Márcia Spada, psicóloga clínica.   |
| 1985 | 12 | agosto   | Zico, meu ídolo, o papai                   | Sylvia Leal                   | Sem informação   |
| 1988 | 11 | julho    | Homenagem aos pais                         | Sylvia Leal                   | Sem informação   |

**Quadro organizado pela autora.**

De modo distinto das representações de maternidade divulgadas, que eram permeadas por um forte discurso de medicalização do corpo da mulher, o exercício de ser pai era debatido com bases psicológicas, conforme permite inferir a área de atuação da maioria dos consultores das matérias levantadas.

Desde os primeiros anos da publicação, os artigos levantados traziam imagens de homens em contato com crianças e problematizavam dificuldades e problemas vivenciados pela figura paterna:

Figura 102 – Matéria “Como o bebê se descobre”

Para a família, mal nasceu ele já é gente. É importante. Só que ele não sabe disso. Daqui a um ano vai começar a falar, dando ênfase ao “não” e ao “eu”. Mas até saber o que isto significa vai ser um não acabar de descobertas, quase sempre muito divertidas. *Do dedo da mão até o nome das coisas que ele ainda desconhece [grifo nosso].*



Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, n. 4, dez. 1968, p. 4-5. Depositário: FBN

A fotografia, elaborada por *Eltern*, apresenta um homem sorridente com um bebê em seus braços, o que visa representar a alegria do pai ao interagir com a criança em um momento de descoberta de seu corpo, especificamente da mão, citada no texto em destaque.

O artigo, assinado por Márcia Lobo e com consultoria da psicóloga Maria Regina Domingues de Moraes, abordava o desenvolvimento do bebê nos meses que sucediam o seu nascimento, contemplando questões físicas (como alimentação e sono) e psicológicas (como a progressiva interação com os outros).

A atuação da mãe foi destacada na amamentação e no cuidado da criança, enquanto o pai foi caracterizado como estimulador do recém-nascido, a partir da realização de brincadeiras e gestuais. Conforme ideário veiculado nos artigos anteriormente examinados, ambos deveriam participar dos momentos de descoberta vivenciados pelo bebê.

Esta representação de pai participante no cuidado e na educação do filho remete ao conceito de maternagem, abordado por Elisabeth Badinter na obra *XY: sobre a identidade masculina*. Ele diz respeito à prática de cuidado dos filhos, tanto por parte dos homens quanto das mulheres, sem estabelecer distinções de gênero, já que

Mais do que uma diferença de gênero, a maternagem de um homem ou de uma mulher depende muito da infância de cada um ou de circunstâncias externas, que nada têm a ver com a fisiologia. Para cuidar bem de seu bebê, o pai – assim como a mãe – deve mobilizar toda a sua feminilidade original. Aliás, esta com frequência começa a ser reativada durante a gravidez da mulher (BADINTER, 1993, p. 179).

A atuação paterna no período inicial da vida da criança também foi debatida no artigo “O papel do pai nos primeiros meses do bebê”, cuja imagem de um homem com um bebê em seu colo ilustra a representação de paternidade sugerida pela revista, em que pai e criança interagem e trocam afetos.

Figura 103 – Matéria “O papel do pai nos primeiros meses do bebê”



Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, n. 3, nov. 1973, p. 8-9. Depositário: FBN

Assinado por Margareth Elias, o artigo fornece a representação de um pai que, ao colocar seu filho para dormir, mostrava-se “desajeitado” no manuseio da criança, “desafinado” ao acalantar o bebê com seu canto e, por fim, “vitorioso” ao devolvê-lo ao berço adormecido. Na situação descrita, a mulher atuaria como observadora feliz da iniciativa do homem, nomeadamente o “marido”. Todavia, a narrativa foi caracterizada como pouco comum.

O texto valorizou o fato de os homens compartilharem com as mulheres as funções desempenhadas no dia a dia da casa e da educação dos filhos. Questionou-se o papel masculino, destacando que, por um longo período histórico, os homens não atuavam no cuidado das crianças, trabalhando fora, apenas. De acordo com a matéria, alguns homens justificavam tal situação por uma noção de instinto feminino, que seria exercitado desde a infância das meninas que brincavam de boneca e, por isso, teriam colocado em prática a maternidade.



A separação de papéis masculinos e femininos, em que o homem trabalha e a mulher fica cuidando das crianças e da casa, foi considerada “uma lei natural do século passado” (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 3, nov. 1973, p. 10). Ademais, cumpriria ao homem, como ser racional, superar a natureza e adaptar-se de acordo com as instâncias de seu próprio bem-estar, já que “hoje em dia muitas mulheres também trabalham e muitos homens se consideram igualmente responsáveis nos cuidados do bebê” (Ibid., p. 10).

Margareth Elias atribuiu relevância psicológica e afetiva para o contato físico do bebê com o pai, o que permitiria à criança diferenciar-se de si mesma em relação à mãe. Nesse contexto, sugeriu-se que os pais participassem de todas as operações relativas ao bebê, como trocar fraldas e acalentar, vivendo em toda a sua plenitude a experiência da paternidade, com entusiasmo e buscando sempre a melhor forma de entendimento com a esposa.

Por fim, os pais que não atuassem nos moldes sugeridos pela matéria foram criticados, especialmente nos casos em que o cuidado do bebê constituiria uma opção para o homem e uma obrigação para a mulher, pois “em termos de responsabilidade e consciência dos pais em relação à criança, esses casos não registram o comportamento adequado e não devem servir de exemplo para pais que desejem partilhar de uma vida familiar equilibrada” (Ibid., p. 12).

A articulista, ao sugerir uma maior partilha de funções entre homens e mulheres no artigo examinado, forneceu uma perspectiva educativa aos leitores pais, que se veriam impelidos a refletir sobre suas experiências de vida e, no caso de aceitar as recomendações da publicação, poderiam transformar suas posturas em relação ao cuidado com os filhos.

A ênfase discursiva na participação masculina também incidia na realização de tarefas domésticas, conforme apresenta a propaganda da Lavadora *Lavínia*:

Figura 104 – Propaganda da Lavadora *Lavínia*

Lavínia lava sua roupa como você lavaria, com o mesmo cuidado. Finalmente uma lavaroupa que não é feminista. Uma lavaroupa que sabe deixar um homem feliz. Veja bem, eu falei lavaroupa e não lavadeira. Lavínia sabe como agradar aos homens. É econômica como a *Amélia* (*Aquilo sim é que era mulher*). Lava tão bem como a sua sogra (Só ela sabia lavar suas camisas). E é tão fácil de usar, mas tão fácil, que até mesmo um homem sabe usar. E tem assistência técnica em todo o país. [...]

Produzido e garantido por Pereira Lopes / IBESA

Mais de 4 milhões de aparelhos eletrônicos já produzidos.

Leve a melhor levando Lavínia.



LAVÍNIA LAVA SUA ROUPA COMO VOCÊ LAVARIA. COM O MESMO CUIDADO.

Finalmente uma lavaroupa que não é feminista. Uma lavaroupa que sabe deixar um homem feliz. Veja bem, eu falei lavaroupa e não lavadeira. Lavínia sabe como agradar aos homens. É econômica como a *Amélia* (*Aquilo sim é que era mulher*). Lava tão bem como a sua sogra (Só ela sabia lavar suas camisas). E é tão fácil de usar, mas tão fácil, que até mesmo um homem sabe usar. E tem assistência técnica em todo o país.

1. *Só Lavínia lava até 6 quilos.* Leve a melhor levando a linha de lavanderia Lavínia. Lavínia 4, para lavar até 4 quilos. Lavínia 6, a única que lava até 6 quilos. Lavínia Secaroupa, que faz o que o nome diz. Lavínia Lavasecaroupa – conjuguados para economizar espaço.

2. *A lavia com cinco maneiras diferentes de lavar.* Lavínia sabe que existem tipos diferentes de tecidos. Por isso ela faz a roupa de cinco maneiras diferentes. Para lavar melhor, sem estragar a roupa. De calças de brim até lingerie. Passando por toalhas, frialdas, tapetes, camisas, meias, tudo. E só separar a roupa, escolher uma das cinco maneiras de lavar e lavar. A Lavínia já sabe o que fazer, como se fosse uma lavadeira.

3. *Tudo é automático. Até o modo.* Apesar das 5 maneiras de lavar, é muito fácil usar a Lavínia. Porque é superautomática. Logo, pode nascer. Lavínia enche de água, sapo, ensaboa, centrifuga e repete até deixar a roupa limpinha.

Lavínia sabe até mesmo qual o tipo de molho apropriado para lavar sua roupa. E, no fim, desliga sozinha. Uma génia.

4. *A lavia sei muito mais seca.* O sistema de centrifugação é superpotente. É como se o seu marido lavasse toda a roupa para você. Minto. É melhor. A centrifugação não torce a roupa, para que ela não amasse e nem estrague. É melhor que o seu marido. Admita.



Produzido e garantido por  
PEREIRA LOPES/IBESA  
Mais de 4 milhões de aparelhos eletrônicos já produzidos.  
Assistência Técnica em todo o país.

Fonte: REVISTA PAIS & FILHOS, n. 2, out. 1980, p. 105. Depositário: FBN

Na propaganda utilizou-se da imagem de um homem portando um cesto com roupas, tocando carinhosamente a face de um menino. Tal uso sugere uma ocasião de troca afetiva entre pai e filho, o que também configuraria um momento educativo em que o pai dá exemplo à criança de uma conduta masculina mais condizente com os “tempos modernos”. Nele, a paternidade seria vivenciada no cotidiano da família, por meio do equilíbrio de funções desempenhadas por seus membros, sem desqualificar a masculinidade do suposto pai.

O suporte textual reforçou atributos funcionais da máquina, como o “cuidado” com as roupas e a facilidade em seu manuseio, já que “até um homem poderia operar”. Por outro lado, ao afirmar que “lavaroupa não era feminista”, pois deixava “um homem feliz”, veiculou uma compreensão negativa do feminismo, como movimento que oporia os homens às mulheres.

Recorreu-se a uma abordagem humorística ao comparar a boa lavagem da máquina como a feita pela sogra, assim como relacionou-se a economia de insumos de *Lavínia* à

emblemática “Amélia”, personagem feminina representada no samba *Ai que Saudades da Amélia*, composto em 1942 e cuja letra completa veicula-se a seguir:

Ai que Saudades da Amélia  
 Nunca vi fazer tanta exigência  
 Nem fazer o que você me faz  
 Você não sabe o que é consciência  
 Nem vê que eu sou um pobre rapaz  
 Você só pensa em luxo e riqueza  
 Tudo que você vê você quer  
 Ai, meu Deus, que saudade da Amélia  
 Aquilo sim é que era mulher

Às vezes passava fome ao meu lado  
 E achava bonito não ter o que comer  
 E quando me via contrariado  
 Dizia: Meu filho, que se há de fazer

Amélia não tinha a menor vaidade  
 Amélia é que era mulher de verdade  
 Amélia não tinha a menor vaidade  
 Amélia é que era mulher de verdade

(ALVES, Ataulfo; LAGO, Mário. *Ai que Saudades da Amélia*. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/mario-lago/377002/>>. Acesso em: 04 jul. 2018.)

A letra do samba expressa uma crítica à mulher a quem se destinam os versos, por só pensar “em luxo e riqueza”, comparando-a à Amélia que, ao contrário, não tinha “menor vaidade”, “passava fome” e, ainda assim, mostrava-se resignada. A “mulher de verdade”, de acordo com a música, deveria seguir o modelo de subserviência e conformismo sugerido.

Não obstante a atmosfera irônica presente na propaganda da lavaroupa *Lavínia*, o cotejo com a letra do samba permitiu verificar certa similaridade no viés preconceituoso de tais falas, que sugerem que a suposta mulher, muitas vezes a “feminista”, não saberia lavar camisas. Ao contrário, a “boa” mulher deveria ser econômica e pouco atenta ao luxo e à riqueza como Amélia, a “mulher de verdade”.

Merece destaque, nesta linha analítica, o modo pelo qual o discurso publicitário se apropriou do debate a respeito das mudanças das funções sociais vivenciadas por homens e mulheres para comercializar determinado produto. Não se pode negar o fato de que a propaganda de *Lavínia* inovou, ao apresentar o homem como consumidor potencial da lavaroupa, levando-se em conta o fato de que a mulher foi, com maior frequência na história da propaganda, o alvo de investimentos da indústria de eletrodomésticos e demais produtos ligados ao cuidado da casa (SANTOS, 2011).

Na mesma edição de publicação da propaganda analisada, a participação paterna foi recomendada desde o início da gestação. Conforme verificado no título do artigo “Os nove meses que modificam o homem”, assinado por Simone Fernandes e com consultoria da

psicóloga clínica Cláudia Senra da Silva Dias, acompanhar de perto a gravidez do filho representaria uma experiência de educação dos sentimentos e um meio de transformação do futuro pai, especialmente no caso daqueles que construíram sua identidade de gênero em bases dicotômicas.

Desde meninos, ouviam dizer que homem não chora, não leva desaforo para casa, não brinca de boneca (nem que seja para imitar o papai cuidando dos filhos) e tem que ser forte e seguro. Apenas adolescentes, eles precisam pensar logo numa profissão para, mais tarde, terem condições de manter uma família. E quanto às namoradas, nada de lágrimas por causa de uma decepção: o certo é aguentar firme e partir para outra. Parece coisa do passado, mas a verdade é que a maioria dos homens ainda se sente influenciada por essa mentalidade. Pode ser que as novíssimas gerações já tenham superado essas limitações. No entanto, os jovens papais de hoje ainda chegaram a receber uma educação tradicional. Como esperar que compartilhem as emoções da gravidez, dividindo alegria e preocupações com a mulher, vibrando com o crescer da barriguinha e sonhando com o momento de ter o bebê nos braços? Como, principalmente, exigir que vivam em toda extensão da experiência de ser um futuro papai? (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 2, out. 1980, p. 109)

O excerto fornece indícios da dimensão cultural da construção da identidade masculina na sociedade em questão, com forte viés tradicional e conservador. Nela, desde a tenra idade os homens se veriam condicionados expressar determinados comportamentos sociais, marcados pela segurança, força, frieza em relação à demonstração de seus sentimentos.

Os aspectos listados constituiriam uma “mentalidade” masculina, que, em certo sentido, aproxima-se da representação de masculinidade nordestina examinada por Durval Muniz Albuquerque Júnior (2013). Para o autor, a construção do ser masculino como definidor da identidade de gênero embasa a própria identidade regional nordestina, sob a representação do “homem-macho”, viril e forte. Albuquerque Júnior argumenta que esta construção identitária ocorre em um processo histórico, na qual é, ao mesmo tempo, produto e produtora dessa representação.

O autor reflete também sobre a produção de subjetividades masculinas nas relações de força que dirigiram uma estratégia articulada, composta por procedimentos de sujeição de corpos e construção de estereótipos, como discursos que forjaram o ser nordestino. Apesar de ter investigado as representações de masculinidade veiculadas em impressos entre 1920 e 1940, o autor afirma a circulação desse imaginário em outras regiões do Brasil, assim como indícios de sua permanência nos dias atuais.

Retomando a análise do artigo, Simone Fernandes indicou que a preocupação paterna seria demonstrada em termos racionais, por meio de estratégias para aumentar a renda da família e pela efetivação de mudanças e obras na casa para receber o bebê. Todavia, valorizou

o cuidado em termos afetivos, expressos no período da gravidez e, com o nascimento da criança, no carinho e nas brincadeiras realizadas com o bebê.

Com a finalidade de fortalecer a argumentação da revista em prol da participação paterna na gestação, publicou-se o depoimento de Antônio, pai de seu primeiro filho:

Nunca me senti afastado da gravidez de minha mulher, ou melhor, da nossa gravidez. Para mim, o bebê já existe como pessoa. Dá para sentir que ele está crescendo. Quero ser um pai que acompanha de perto o crescimento de seu filho. Só estou um pouco ansioso para que ele nasça logo. Assim eu também posso ter um contato mais íntimo com ele (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 2, out. 1980, p. 112).

A construção da relação com o filho, iniciada na gravidez, era aguardada com ansiedade pelo suposto pai, que argumentava acerca da importância de vivenciar a experiência da gestação próximo à mulher, ainda que não conseguisse sentir em seu próprio corpo as mudanças proporcionadas neste momento. Nesta abordagem, foram valorizados o diálogo e a compreensão mútua entre o casal como forma de aproximá-los durante a gestação e no decorrer da vida com os filhos.

Vê-se que, no exercício de divulgar determinados ideais de paternidade, ganhou força uma abordagem mais terapêutica do que higiênica, em que foram acionados argumentos psicológicos e afetivos para a mudança nos comportamentos dos homens e futuros pais. O artigo “Amor de pai”, assinado por Pamela Nunes e com consultoria da psicóloga clínica Iracéia de Oliveira Guerra, problematizou o contexto de mudanças sociais experimentado na modernidade e caracterizou a paternidade não como instinto, mas como um processo de aprendizagem.

A dimensão comportamental e cultural da construção da paternidade foi valorizada pela redatora, quando afirmou que, naquele contexto histórico, experimentava-se uma mudança relevante do âmbito da família, devido à maior aproximação dos pais em relação aos filhos. O artigo veiculou, ainda, uma abordagem psicanalítica para tratar da importância da atuação paterna na primeira infância, tendo como referência a construção do Complexo de Édipo a partir das teorias de Freud e Klein, aspecto já discutido no segundo capítulo.

Conforme a matéria, a teoria freudiana teria contribuído para a manutenção da figura paterna em um plano secundário, ao reconhecer sua importância apenas quando a criança atingia a fase edipiana, por volta dos quatro anos. Melanie Klein, por sua vez, foi citada pelo caráter dito “revolucionário” de sua teoria, que considerava a existência do Complexo de Édipo nos primeiros meses de vida (por volta dos oito meses). Segundo a matéria, tal perspectiva interpretativa do desenvolvimento infantil teria provocado “uma radical mudança

na conceituação do pai, já que ele fazia parte da relação triangular (mãe-pai-filho) desde a mais remota infância” (REVISTA PAIS & FILHOS, n, 12, ago. 1981, p. 8).

Há certo discurso culpabilizador do pai, no caso de atuar com os filhos de forma condescendente, sem impor sua autoridade no momento necessário. Em uma abordagem tipicamente terapêutica, que recupera a discussão acerca da importância da autoridade como elemento educador, afirmou-se que esse tipo de comportamento poderia, então, “formar um filho inseguro e carente, da mesma forma que um pai repressivo poderá fazer com que a criança se torne demasiado rebelde e agressiva”.

Por fim, a representação de pai recomendada diz respeito a “um pai que, a despeito dos afazeres diários, consegue manter um bom nível de entendimento com os filhos, aberto ao diálogo, uma pessoa companheira e afetuosa”. A paternidade foi, desse modo, vista como uma “situação crítica no desenvolvimento emocional do homem”, enunciado que se diferenciava da discussão acerca da maternidade, na medida em que a dimensão psicológica da paternidade foi ressaltada em detrimento de uma abordagem biológica.

Com Elizabeth Roudinesco (2003), constata-se que a imagem do pai autoritário deveria ceder progressivo lugar à representação de uma paternidade ética, coerente e afetiva. Ao mesmo tempo em que decaía a figura tradicional de pai, nasceria uma nova figura da paternidade.

A discussão empreendida no artigo também remete à figura de “homem reconciliado”, aquele que “encontrou seu pai e reencontrou sua mãe, se tornou homem sem ferir o feminino-materno” (BADINTER, 1993, p. 195). Tal representação ganha força no contexto de revolução parental de crítica ao patriarcado, caracterizado por Badinter como ideologia na qual os homens são os primeiros referenciais da humanidade e cenário em que o pai é o provedor e o referencial de autoridade da casa.

A revolução paterna, por sua vez, possibilitou um panorama multifacetado na paternidade ocidental, pois não há mais um retrato de pai típico. A despeito do fato de muitos dos pais ainda viverem sob o mesmo teto que a mãe e as crianças, tornam-se cada vez mais numerosos os que vivem fora do lar, divorciados ou separados, heterossexuais ou homossexuais, com o encargo econômico e, principalmente, afetivo e educativo de sua prole.

Assinado por Joana Angélica Melo de Gusmão, o artigo “Ser pai não é apenas sustentar a família” articulou enunciados de base psicológica e sociológica, mediados pela consultoria de profissionais de ambas as áreas: Betty Fuck e Malu Sangirardi, como psicólogas clínicas, e Moema Toscano, socióloga. Nele, problematizou-se a generalização das representações de paternidade consideradas mais frequentes no cenário social brasileiro:

Omisso, ausente, esquecido da vida emocional da família, pouco carinhoso, egoísta e imaturo, autoritário e superexigente, preocupado apenas com o sustento da casa e com os filhos, finalmente adultos à sua imagem e semelhança - será unicamente esse o retrato do pai brasileiro? E, se um tal pai existe, somente a ele deve ser atribuída a culpa? A atuação masculina na família brasileira deve ser analisada levando-se em conta a complexidade de nossa formação étnica, além dos aspectos culturais das diversas regiões. Existem o pai urbano e o rural, o de raízes portuguesas, saxônicas, japonesas ou de outras origens. A cada conjunto de tradições correspondem papéis, rígidos ou não, atribuídos ao homem e à mulher dentro da família (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 4, dez. 1975, p. 90).

As representações negativas que formariam um suposto “retrato do pai brasileiro” colocam-no como preocupado com o aspecto econômico da família, mas distante da vida emocional de seus membros, por se centrar em si mesmo. Todavia, a “culpa” não foi considerada por uma lente individualizada, e sim como fruto da complexidade social e cultural experimentada em nosso país, decorrente da diversidade geográfica e étnica que se refletiria nos papéis atribuídos ao homem e à mulher na família.

Examinou-se, ainda, uma representação de “bom pai” que, em termos sociológicos, seria o homem capaz de desenvolver nos filhos atitudes positivas em relação ao grupo no qual vivem, “evitando ao mesmo tempo frustrá-los completamente. Porque toda educação pressupõe sempre um corte no que existe de instintivo, o que também é necessário à convivência social” (Ibid., p. 91). Sem perder de vista a dimensão psicológica da atuação paterna, verificada no potencial frustrador do pai, a perspectiva sociológica valorizou sua importância na educação da criança para o mundo social mais amplo.

Não obstante a ênfase de *Pais & Filhos* acerca da necessidade de os homens reconhecerem a importância psicológica e sociológica da participação paterna no desenvolvimento da criança, cabe considerar outros aspectos relevantes que interferem na efetivação dessas práticas, em uma perspectiva que transcende à vontade individual e ao simples exercício de um específico papel masculino.

Com Robert Connell, considera-se a atuação paterna como elemento constituinte de determinada identidade de gênero e não como um papel a ser desempenhado. Este conceito, que em grande medida diz respeito a “um conjunto de atitudes e expectativas que definem a masculinidade apropriada” (CONNELL, 1995, p. 187), não permite compreender questões relacionadas ao poder, às diferenças culturais e às desigualdades econômicas que permeiam o ato de “ser pai” em nossa sociedade. Inviabiliza, ainda, considerar as complexidades no interior da masculinidade e as múltiplas formas de vivenciá-la no cotidiano.

A matéria “Assim nasce um pai”, assinada por Dalva Ventura e com o psiquiatra Romel Alves Costa como consultor, trouxe em seu conteúdo ponderações acerca da dificuldade de muitos homens em vivenciar a experiência paterna em momentos diversos. A

articulista descreveu uma situação comum aos pais brasileiros na oportunidade do parto: o homem aguardaria na sala de espera, até ser informado do nascimento do filho, sem experimentar de perto o momento. No contexto histórico descrito,

O momento do nascimento só pode ser vivenciado por raros e privilegiados pais: os que têm acesso às casas de saúde e médicos particulares. E que superaram toda uma formação e cultura que lhes reservou o papel de eternos ausentes, ou sabotando sua presença e participação em todas as situações que seriam tipicamente de mulher. Acontece que esses limites são hoje inaceitáveis para muitos homens que pretendem assumir todas as responsabilidades e direitos que a condição de pai lhes oferece (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 12, ago. 1984, p. 23).

As determinações econômicas e de pertencimento a determinada classe social limitariam, no contexto descrito, o acompanhamento do parto pelos pais, possível apenas em “casas de saúde e médicos particulares”. Tal afirmação sugere que não se tratava de uma possibilidade viável para muitos leitores da publicação. Ao homem caberia, também, romper com os limites ideológicos que caracterizariam o parto como situação tipicamente feminina. À revista, por sua vez, cumpriria a função de conscientizá-lo de seus direitos e possibilidades de atuação.

A matéria também tratou de uma outra barreira cultural, exemplificada pelo fato de certos homens serem ridicularizados pelas mulheres (esposas, sogras, mães) por não saberem cuidar dos filhos. Tal postura foi alvo de crítica, pois

Assim, as próprias mulheres isolam os bebês do contato masculino. Justificando essas atitudes na certeza de que os homens não entendem nada de crianças, aceitam esse fato como se fosse uma fatalidade biológica. Muitas mulheres nem tomam conhecimento de que elas próprias tentam sabotar dos homens o direito à paternidade consciente. Passam então a cobrar dos maridos um comportamento com os filhos, que nunca sequer permitiram que ele tivesse ou desenvolvesse (Ibid., p. 24).

Conforme verificado no excerto acima, as mulheres também buscariam, nos limites táticos de seu campo de atuação, formas de exercício de poder sobre os homens. O papel ativo das mulheres na disseminação de uma representação feminina biologicamente determinada mereceu ressalva, especificamente pelo fato de “sabotarem” os homens que buscavam um maior contato e participação na rotina de cuidados dos filhos.

O artigo sugere, então, que os homens nutririam um sentimento de inferioridade em relação às mulheres e seriam pouco confiantes em relação à capacidade de cuidar e educar as crianças. Nesse sentido, as próprias mulheres contribuiriam para a cristalização de uma masculinidade dita hegemônica, aquela em que “o desejo e a capacidade de cuidar desaparecem durante a socialização do homem em um mundo em que esse modelo hegemônico faz questão dele ter poder, autonomia, força, racionalidade e repressão das



emoções” (FARIA FILHO, CRUZ E ZICA, 2010, p. 185). Ao criticar o determinismo cultural presente nas representações de maternidade e paternidade, verifica-se um forte viés educativo na publicação, interessada em mobilizar os leitores pais a transformarem tal situação.

O debate empreendido em *Pais & Filhos* acerca da atuação dos homens como pais colaborou, desse modo, para a compreensão do caráter complexo da própria masculinidade. Considerada como “uma configuração prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero” (CONNELL, 1995, p. 188), a masculinidade assumiu contornos plurais nas páginas da revista, especialmente quando contrapostas às representações masculinas em circulação na sociedade brasileira, que frequentemente colocavam os pais na condição de mantenedores financeiros da família ou de autoridades em momentos de conflito. Os enunciados da revista, em sua maioria, sugeriam um maior envolvimento dos homens na vida afetiva da família, situação que traria implicações para homens e mulheres.

Não obstante, ainda que no período investigado a representação masculina ligada à paternidade tivesse ganhado cada vez mais espaço, os discursos acerca da “família moderna de *Pais & Filhos*” favoreceram a cristalização de uma representação de maternidade e de cuidado infantil como instinto feminino. Sendo assim, salta aos olhos as diferenciações de gênero, em que recaíam sobre as mulheres a responsabilidade pelo sucesso da família.

Trata-se, portanto, de um cenário de responsabilização desigual que ainda hoje atinge muitas mulheres, cujas atribuições incidem não apenas nas tarefas cotidianas, como também na responsabilidade de educar e proteger os filhos em ambientes muito distintos daqueles idealizados e valorizados nas páginas de *Pais & Filhos*. Compreende-se, pois, que as linhas que constroem o ideal de amor pelos filhos e que permeiam os modos de ser mãe e pai não são lineares ou hierarquizadas *a priori*, e sim construções sociais dinâmicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infância e família. Duas categorias analíticas tomadas como foco desta tese. Impossível compreendê-las de modo isolado, devido à complexidade das relações que estabelecem uma com a outra. Nessa direção interpretativa, partiu-se do signo “pais-e-filhos”, proveniente do próprio nome da fonte-objeto investigada.

Tal signo foi desmembrado e reintegrado com vistas ao aprofundamento da reflexão sobre as relações entre as representações de infância e de família veiculadas no periódico em questão, bem como para sinalizar a sua relevância educativa sobre esses temas.

Ao efetivar uma visada retrospectiva, busca-se, então, retomar o que foi estudado e a tese central que se procurou defender, de que *Pais & Filhos* atuou como um espaço de educação não institucionalizado, permeado pela diversidade de objetivos educativos e pelo constante debate de ideias pedagógicas.

O ponto de partida no primeiro capítulo foi a revista como bem cultural, espaço de discussão, de disputas e de circulação de saberes. Como um dos lançamentos da imprensa periódica dos anos 1960/1970, *Pais & Filhos* teve sua história permeada pelo contexto de transformações sociais, políticas e econômicas vivenciadas no Brasil.

Tratou-se também de um momento de intensas mudanças na indústria do impresso e, conforme verificado na pesquisa empreendida, a concepção de “uma revista para a família” articulou-se à constituição de sua produtora, a Bloch Editores, à trajetória de vida de seu idealizador, Adolfo Bloch e às relações estabelecidas com o contexto social mais amplo.

*Pais & Filhos* integrou um conjunto de produtos que compôs o negócio da família Bloch. No exame da história dessa empresa formada por “tios e sobrinhos”, as conquistas materiais e financeiras obtidas associaram-se aos lucros imateriais pertinentes ao papel ocupado pela editora na difusão de determinadas representações de mundo social aos seus leitores.

Em relação aos objetivos de criação da publicação, discutiu-se o interesse de Adolfo Bloch em “contribuir para a formação do povo brasileiro”, no qual os pais-leitores da revista teriam a responsabilidade de formar um “Brasil Grande”, cujos filhos seriam os “cidadãos do futuro”. Nessa linha argumentativa, este tipo de discurso exemplifica o alinhamento de Bloch ao projeto social mobilizado pela ditadura civil militar instalada em 1964, caracterizado por um discurso otimista propagado pelas instâncias governamentais.

Contudo, notaram-se silêncios e ausências de discursos explícitos observados em *Pais & Filhos* em relação ao regime ditatorial no período de sua vigência. Se a situação política

não permitia um horizonte de revolução e mudança, o mesmo não se aplicou aos discursos que sugeriam transformações necessárias ao âmbito familiar, em que os pais deveriam mostrar-se mais “abertos” ao diálogo com os filhos, especialmente a respeito de temas como sexo.

No cenário de modernização da imprensa no Brasil, *Pais & Filhos* ocupou um lugar de destaque desde a sua criação, exemplificando o processo de segmentação experimentada no mercado editorial dos anos 1960-1970. Não obstante, identificou-se a articulação do periódico à imprensa internacional dedicada à temática da família, que também ganhou forma e força no decorrer do século XX, representada pelas publicações cotejadas no primeiro capítulo, das quais se pode citar *Eltern* (Alemanha), *Pais & Filhos* (Portugal), *Parents* (EUA), *Enfant Magazine* e *Parents* (França). Tais revistas compartilhavam com *Pais & Filhos* o empenho em educar as famílias leitoras, em termos científicos, acerca de aspectos ligados à gestação, ao cuidado, à saúde e à educação dos filhos.

Operou-se com a publicação em seus aspectos materiais, a fim de estabelecer relações entre a constituição editorial, a materialidade e a construção de representações de infância e de família no período tratado. Com esta finalidade, apresentaram-se a revista, suas principais seções, seus preços de venda e de assinatura, assim como o número de páginas.

O espaço ocupado pelas propagandas também mereceu relevância, pois expressava uma atmosfera de valorização do consumo pela presença de anúncios de produtos diversos: máquinas de lavar e secadoras, eletrodomésticos, cujo uso favorecia a família ali representada; automóveis, em que homens e mulheres poderiam atuar como motoristas; alimentos infantis como farinhas lácteas, leites, achocolatados e sopas; além de uma infinidade de marcas de brinquedos, roupas, móveis e livros para crianças. O exame dos discursos publicitários foi, então, mobilizado ao longo da tese.

O levantamento dos dados pertinentes à composição da equipe editorial e do quadro de consultores especializados instigou a reflexão acerca da presença maciça de profissionais de Psicologia, Medicina e daqueles ligados ao campo da Educação, especialmente no que diz respeito aos indícios que essa realidade oferecia para a problematização dos discursos acerca das representações de infância e de família veiculados na revista.

A situação relacional da escrita dos artigos, que associavam o discurso jornalístico dos redatores com os discursos médicos, psicológicos e pedagógicos dos consultores evidenciou que eram tipicamente científicos os enunciados divulgados pela publicação, valorizados sob a lente de uma dita “credibilidade” profissional.

Em sequência ao exame mais detido acerca da materialidade da publicação, buscou-se abrir espaço para a compreensão da construção de uma ideia de infância a partir dos enunciados a respeito dos “filhos” veiculados no âmbito da “revista”, sem perder de vista, contudo, a relação que se estabelecia entre os discursos científicos e o seu público alvo, os “pais” leitores.

Nesse contexto, coube indagar quais discursos foram divulgados e produzidos mirando a consolidação de determinada dimensão de infância. No Capítulo 2 importou, assim, analisar a “infância psicologizada”, tratada como eixo dos discursos pautados em uma dimensão de infância associada ao desenvolvimento psicosssexual das crianças, que tinha na Psicologia e na Psicanálise sua base científica por excelência.

O tema da sexualidade infantil ganhou relevo no movimento de divulgação de modos de agir indicados às mães e pais leitores do periódico, conforme aspectos observados em várias edições da publicação. Ocorreu a frequência do discurso especializado que visava explicar o desenvolvimento afetivo e sexual das crianças tendo os estudos de Freud, Klein e Winnicott como referências predominantes.

As inúmeras matérias com alusões diretas às “fases de desenvolvimento da organização sexual infantil” estabelecidas por Freud, exemplificam um claro projeto de divulgação científica de saberes considerados canônicos no campo de conhecimentos acerca da infância. A esse respeito, mereceu ressalva o enfoque biológico-evolucionista dado à temática do desfralde, que remontou à origem das Ciências da Natureza e da Medicina e que atribuem à maturação um lugar preponderante.

A Psicanálise, mobilizada pelos trabalhos de Freud, contribuiu para a perspectiva biológica do comportamento que marcou as pesquisas no campo do Desenvolvimento Humano na virada do século XIX para o século XX. Tratava-se de uma abordagem que afirmava que os atributos e funções psicológicas são passíveis de certas mudanças, limitadas por uma sequenciação hierarquizada.

No âmbito da discussão acerca da construção das identidades sexuais das crianças, as matérias publicadas na revista divulgavam determinada representação de sexualidade e do próprio corpo infantil, por meio de imagens e textos. Não obstante o empenho identificado em *Pais & Filhos* de questionar a cultura de construção das identidades sexuais, entende-se este movimento discursivo também como aplicação do dispositivo de sexualidade elucidado por Foucault (2009), que visa ao controle das práticas sexuais por meio de “fazer falar” o sexo.

Não se pode negar que os enunciados ali veiculados forneceram indícios das estratégias discursivas em circulação em nossa sociedade, voltadas para a constituição de

corpos infantis e de sujeitos femininos e masculinos, deixando clara a dimensão cultural da constituição identitária. A perspectiva educativa da publicação, afinal, mostrou-se na orientação das famílias a respeito da “melhor forma” de lidar com curiosidades, questões e manifestações sexuais das crianças, explicadas à luz da Psicanálise.

Ao final do segundo capítulo, afirmou-se que os discursos científicos sobre a sexualidade e o corpo infantil, divulgados em *Pais & Filhos*, colaboraram para a construção da sexualidade como um domínio privilegiado do conhecimento e objeto da mais meticulosa atenção da parte de várias instâncias sociais, dentre as quais se destacou a imprensa parental.

Nesse contexto, a revista certamente atuou como espaço pedagógico de formação dos corpos e de suas respectivas sexualidades, na medida em que serviu de guia aparentemente confiável e especializado para a explicação dos comportamentos infantis e espaço de divulgação de recomendações de modos de ser e agir.

No terceiro capítulo, por sua vez, ganharam espaço os discursos em prol de uma educação da infância mais ligados ao domínio pedagógico e escolar, em que o brincar, a leitura e a escolarização constituíram, especificamente, aspectos de destaque na proposta educativa sugerida nas páginas da revista.

Em diálogo com a discussão empreendida do capítulo anterior, verificou-se que a Psicologia do Desenvolvimento contribuiu para referendar a compreensão de criança como sujeito em constante aprendizagem, para quem a atividade lúdica de brincar representaria o meio mais propício de desenvolvimento.

Nessa direção interpretativa, cotejaram-se os discursos empreendidos no periódico acerca da questão com as reflexões do campo da Educação que abordam a relação entre infância, brincar, brincadeira e brinquedo. Conforme discursos examinados em *Pais & Filhos*, o aspecto psicológico dos brinquedos e seu caráter imitativo recebeu atenção da equipe editorial e dos consultores especializados.

Houve clara apropriação do saber psicológico acerca do desenvolvimento infantil pelas fábricas de brinquedos, com vistas à promoção do consumo de brinquedos capazes de, a um só tempo, entreter, estimular e educar as crianças. A esse respeito, outra estratégia discursiva importante foi a recomendação do uso de determinados brinquedos em acordo com a idade, aspecto indicativo da apropriação dos pressupostos epistemológicos da Psicologia do Desenvolvimento.

Em contrapartida, levantou-se a recomendação de brinquedos por gênero, especialmente em propagandas de bonecas e utensílios, na qual se divulgavam representações naturalizadas de atividades socialmente atribuídas às mulheres, como cuidar da casa e dos

filhos. Aos meninos, por sua vez, dirigiam-se brinquedos que visavam ao desenvolvimento de criatividade e de estratégia, com vistas a prepará-los para atuar, na idade adulta, em profissões que exigissem tais competências.

Concomitantemente ao interesse em disseminar uma perspectiva educativa e psicológica do brincar para o desenvolvimento infantil, a recorrência de enunciados com o objetivo de orientar os pais na escolha de brinquedos também configurou em estratégia da indústria de consumo que colaborou para a construção de uma representação de “infância consumidora”, cujo brinquedo constituiria seu bem cultural por excelência.

Ainda que os psicólogos e pedagogos pretendessem divulgar a importância cognitiva e comportamental dos brinquedos em veículos de comunicação como *Pais & Filhos*, tais discursos favoreceram a divulgação de uma representação de infância própria desses tempos, em que ser criança era “ter brinquedos”.

Já a seção *Escolinha de Arte*, publicada na revista de janeiro de 1973 a janeiro de 1974, mereceu um exame específico porque foi considerada como iniciativa detentora de forte viés pedagógico. Nela se veiculavam atividades que poderiam ser realizadas pelos pais no âmbito doméstico, das quais se destacaram a contação de histórias, as produções artísticas, a realização de brincadeiras diversas e a ampliação do repertório literário das crianças e suas respectivas famílias.

Contudo, o tema da leitura e da literatura infantil não se restringiu ao espaço da *Escolinha de Arte* e interessou aprofundar a discussão a respeito do modo pelo qual *Pais & Filhos* contribuiu para a construção de representações de leitura e de “infância leitora” no período investigado. Mais amiúde, verificaram-se estratégias discursivas utilizadas pelos editores e consultores especializados, por meio das quais legitimaram-se algumas obras e autores como Maria Mazzetti, Ruth Rocha, Ana Maria Machado, Ziraldo, entre outros, com a finalidade de se cristalizar um cânone relativo à literatura infanto-juvenil brasileira.

O papel das famílias na construção do interesse pela leitura mereceu atenção, desde que ancorado nos conhecimentos adquiridos na leitura do periódico em questão. A partir da compreensão da revista como espaço discursivo, coube o registro das estratégias dirigidas à formação das famílias leitoras de suas páginas, como as obras sugeridas nos artigos e na seção *Livros*, associadas às recomendações práticas a serem realizadas com os filhos.

Em consonância com a veiculação de representações de “infância leitora”, empreendeu-se o exercício de examinar as representações de “infância educada”, que ganharam crescente espaço na sociedade brasileira no decorrer do século XX, identificadas

nas discussões veiculadas em *Pais & Filhos* acerca da educação das crianças pequenas em espaços como creches, maternais e pré-escolas.

A escolha da escola foi tratada como ponto de atenção pela revista, contexto no qual se veiculou uma perspectiva pedagógica de formação do público leitor a respeito de importantes nomes canônicos no campo da Pedagogia da Infância, como Montessori e Piaget. Tal situação serviu de indício da apropriação que a revista empreendeu em relação aos discursos científicos vigentes.

Identificou-se a especificidade das representações de escolarização veiculada nos artigos examinados, que expressavam um ideário de criança pequena como sujeito de atenção educacional, em que se reconheciam os direitos das crianças e das famílias em relação à educação. Mereceu atenção, assim, a historicidade da caracterização das instituições de Educação Infantil como direito das crianças e parte dos deveres do Estado com a Educação, expressa na Constituição de 1988.

Trata-se de uma formulação oriunda de lutas e disputas sociais operadas a partir do final da década de 1970, relacionadas à implantação de creches e pré-escolas que respeitassem os direitos das crianças e das famílias, que contribuiriam, em certa medida, para a própria redefinição das funções de família e do papel de mãe na sociedade brasileira.

Nesse sentido, a investigação permitiu verificar continuidades e rupturas, especialmente no que diz respeito ao discurso em prol da educação das crianças pequenas, ora vista como preparação para a alfabetização e para o então ensino primário, ora considerada como possibilidade de desenvolvimento socioemocional e de liberação da atuação das mulheres, especialmente aquelas pertencentes às classes média e alta, até então circunscritas ao âmbito privado.

*Pais & Filhos* foi considerada como espaço discursivo em que concepções de creche, de escola maternal, de jardim de infância e de pré-escola continham múltiplos sentidos e representações do mundo social. O periódico também atuou como fonte de acesso ao contexto de lutas e de disputas que permearam a construção de legislações específicas voltadas para garantir o direito das crianças de todas as classes sociais à educação formal.

As representações de família divulgadas na revista, em uma discussão mais efetiva sobre os “pais”, foi o eixo temático do capítulo 4. Modos de ser mãe e pai foram mobilizados em paralelo à promoção de discursos e representações sociais de infância, a fim de construir uma família dita “moderna”. Neste capítulo, analisaram-se os discursos veiculados em *Pais & Filhos*, representante da imprensa parental, como peças do jogo de estratégias e táticas que

colaboraram para a construção e permanência de determinado “sentimento moderno” de família, aquela no qual a educação dos filhos deveria se basear “no amor e no diálogo”.

Três grandes linhas permearam os discursos que valorizavam a dimensão afetiva da educação dos filhos: uma linha civilizatória, uma linha terapêutica e uma linha médica-higiênica. Ciente da impossibilidade de isolar superficialmente tais linhas no contexto discursivo, empreendeu-se um exercício de lançar um olhar microscópico sobre cada uma delas, a fim de explorar suas características e manifestações específicas no interior do periódico.

Percebeu-se, assim, que *Pais & Filhos* não só divulgou conceitos forjados no campo científico como operou na reconstrução dessas ideias, fornecendo contornos próprios a partir da relação com seus leitores. Contudo, vale notar a perspectiva de racionalização desses grupos sociais, com claras marcas de pertencimento às classes médias e altas da sociedade, confinando outras experiências de vida familiar ao silenciamento e apagamento.

No que diz respeito à abordagem civilizatória, de modo recorrente, a revista forneceu aos leitores um discurso educativo e, ao mesmo tempo, culpabilizador de pais “criadores de conflitos”, mobilizados pela ausência de escuta aos filhos. Fazia-se necessário, a esses sujeitos, um maior autocontrole de suas ações, a fim de expressar um comportamento tido como civilizado.

A civilidade foi valorizada no âmbito do microcosmo da família, em relação à forma de convívio e à organização da casa e de seus respectivos cômodos. Os tempos de lazer, como as férias por exemplo, também foram alvo do escrutínio civilizatório, assim como o processo de escolha dos nomes dos filhos, que deveriam expressar a “moda” de seu tempo.

As representações de família veiculadas em inúmeras matérias examinadas demonstraram a continuidade de um movimento científico-discursivo que pretendia que determinados campos de saberes efetivassem o controle social sobre atividades antes assumidas pelos indivíduos ou por suas famílias. Em acréscimo, inúmeros indícios verificados nesta análise confirmaram a hipótese de que as famílias de classes médias e altas dos grandes centros urbanos eram o público leitor almejado pelos editores.

A publicação, na condição de veículo educativo, visou tratar a família e, ao mesmo tempo, educá-la para o exercício de uma autoridade parental que se distinguiria da prática do autoritarismo, possibilitando um autogoverno pelos próprios pais. Sendo assim, o discurso *psi*, embasado pela consultoria de psicanalistas e psicólogos clínicos, configurou eixo norteador da linha terapêutica no âmbito da construção do amor pelos filhos. Articulado à linha civilizatória, este investimento discursivo que também considerava que a família como



*locus* privilegiado de inculcação de modos de pensar e de atuar, que se transformam em hábitos.

Se, por um lado, matérias de viés psicológico diziam que a mulher era “capaz” de cuidar e de educar os filhos, de outro, veiculavam um conjunto de princípios considerados “corretos”. Nesse sentido, houve o questionamento se esse tipo de conselho “vindo de fora” poderia favorecer a posição dos pais-leitores como reféns inseguros do discurso terapêutico, ao invés de fortalecê-los em suas iniciativas autônomas. Fez-se necessário compreender o interesse em produzir um efeito emocional por meio dos enunciados, aspecto observado na discussão acerca da influência dos pais na expressão da violência pelas crianças, por exemplo.

Concomitante às linhas civilizatória e terapêutica, examinaram-se os discursos médico-higiênicos divulgados em *Pais & Filhos*, especialmente pelo fato de serem dirigidos a um público não especializado. A recorrente oferta de uma educação higiênica e a necessidade de manutenção desse discurso por meio do impresso até momentos históricos mais recentes demonstra a dimensão social e cultural desses princípios, com forte viés civilizatório e de classe, que encontraram resistências e críticas por parte dos sujeitos pertencentes aos variados grupos sociais.

Nesta linha analítica, o intenso investimento publicitário e editorial em fazer as mães cuidarem da higiene de seus filhos e, com isso, consumir determinados produtos, ilustra o modo pelo qual o discurso médico-higiênico divulgou e buscou manter determinadas representações de infância, de mulher e de maternidade. No âmbito da abordagem higiênica, prevaleceu o público feminino como destinatário dos discursos publicitários, na condição de mãe consumidora, em paralelo a pouca frequência de uma explícita referência aos pais.

No contexto de divulgação de discursos que articulavam o amor aos filhos a uma série de conhecimentos científicos, a representação de “família moderna” anunciada na revista era composta de homem e mulher, ambos detentores de importantes funções na educação das crianças. Em prol do amor pelos filhos, *Pais & Filhos* buscou educar e formar mães e pais leitores a partir de uma série de discursos civilizatórios, terapêuticos e higiênicos.

O amor materno e paterno atuou como denominador comum para mulheres e homens, ainda que ser mãe e ser pai tivesse finalidades sentimentais distintas para cada um. A “família moderna” de *Pais & Filhos* assumiu contornos ainda mais definidos, já que a sua organização consistia no lugar preponderante concedido à criança, núcleo que integra homem e mulher pelo “signo do amor”.

Para as famílias ali representadas, demonstrar amor pelo/a filho/a requeria consentir o controle médico e higiênico sobre seu corpo. Entretanto, ainda que tais enunciados

circunscrevessem seu papel no âmbito privado, mulheres “de carne e osso” rompiam com essas fronteiras ideológicas, ocupando espaços no mundo do trabalho e lutando por condições de vida mais equilibradas com os homens.

No período investigado, a representação masculina ligada à paternidade ganhou cada vez mais espaço. Os homens, por sua vez, foram alvo do escrutínio psicológico, que sugeria mudanças internas e uma maior abertura para a troca afetiva com os filhos, que também reverberavam em seu lugar na sociedade.

Não obstante, importou destacar as diferenciações de gênero verificadas em artigos e propagandas, situação que permitiu afirmar que os discursos veiculados deram continuidade à cristalização de uma representação de maternidade e de cuidado infantil sob o signo do “instinto feminino”. Ademais, a frequente veiculação da representação de família nuclear, composta pelo trinômio mãe-pai-filhos, contribuiu para a deslegitimação de outros arranjos familiares em vigor no período, como famílias monoparentais, ampliadas e reconstituídas.

Por último, não é possível encerrar plenamente as questões aqui colocadas nos limites desta tese de Doutorado e, por isso, podem-se vislumbrar algumas propostas e sugestões para pesquisas posteriores. Sendo assim, em paralelo à discussão acerca do que foi possível realizar, trata-se de lançar luz a alguns aspectos que, por conta das opções feitas, deixaram de ser observados ou que merecem, ainda, olhares mais refinados.

A análise com ênfase nos rebatimentos e nas apropriações dos discursos veiculados em *Pais & Filhos* pelo público leitor mostra-se como um caminho investigativo de extrema riqueza, ainda que de difícil execução, demandando, por isso, um tempo maior de dedicação e de aprofundamento metodológico. Em semelhante perspectiva, sugere-se o exame mais minucioso das representações de masculinidade veiculadas em artigos, propagandas e imagens veiculadas na revista, em cotejo com o levantamento acerca da apropriação desses enunciados por seus leitores “reais”.

A apreciação crítica das propagandas veiculadas, em paralelo ao levantamento quantitativo do espaço ocupado pela publicidade na revista, também pode ser tomada em uma perspectiva ampliada que considere seus elementos discursivos e imagéticos no bojo da sociedade de consumo de fins do século XX.

Convém sinalizar que, ao tomar a família e a infância como categorias analíticas centrais, tangenciaram-se os enunciados que tematizavam o adolescente e o jovem, também alvos de discursos educativos com viés psicológico a respeito do seu desenvolvimento em meio à sociedade brasileira. Sendo assim, trata-se de outro caminho investigativo possível de ser trilhado.

Configura, ainda, um potente foco de estudo a comparação de *Pais e Filhos* com as publicações de imprensa parental verificadas em outros países e listadas no primeiro capítulo, assim como o exame das aproximações e distanciamentos de forma e conteúdo com relação às outras revistas do gênero em circulação no Brasil, como a revista *Crescer*.

Nesta operação historiográfica, o itinerário da narrativa foi fruto dos interesses e escolhas da autora, de forma alguma “neutra” ou mais “verdadeira”. Contudo, não seria o próprio fazer científico um exercício de certo modo artificial de desmembrar, conjecturar, analisar algo que nunca será o real em si?

Sugere-se, então, que este trabalho seja estimado sem a pretensão de explicar e julgar o passado em sua totalidade, e sim de entender de que forma os discursos e as experiências educativas que relacionam “pais & filhos” nos ajudam a compreender e perceber continuidades e rupturas vividas em nossos dias.

## REFERÊNCIAS

ABRIL. *Off set rotativa*. Disponível em: <[http://grafica.abril.com.br/offset\\_rotativas.php](http://grafica.abril.com.br/offset_rotativas.php)>. Acesso em: 16 maio 2016.

ABRIL. *Rotogravura*. Disponível em: <<http://grafica.abril.com.br/rotogravura.php>>. Acesso em: 16 maio 2016.

ALANA. *Institucional*. Disponível em: <<https://alana.org.br/>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino: uma invenção do falo; uma História do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)*. 2. ed. São Paulo: Intermeios: 2013.

ALMEIDA, Cíntia Borges; COSTA, Aline Santos. O Tico-Tico: espaço de entretenimento e representação da prática escolar republicana. In: SILVA, Márcia Cabral da; BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani (Orgs.). *Literatura, leitura e educação*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017. p. 99-132.

ALVES, Ataulfo; LAGO, Mário. *Ai que Saudades da Amélia*. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/mario-lago/377002/>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

ANGOTTI, Maristela. Maria Montessori: uma mulher que ousou viver transgressões. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; KISHIMOTO, Tizuko Morchida; PINAZZA, Mônica Apezato (Orgs.). *Pedagogias(s) da infância: dialogando com o passado: construindo o futuro*. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 95-114.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. *Pais e filhos na Província do Paraná: uma história da educação da criança pela família*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. *A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*. 5. ed. – São Paulo: EDUC, 2014.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ARIÈS, Philippe. *História Social a Criança e da Família*. Tradução de Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2012.

ARQUIDIOCESE DE SÃO SEBASTIÃO. *Concílio Vaticano II*. Disponível em: <<http://arqrio.org/formacao/detalhes/190/o-concilio-ecumenico-vaticano-ii>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

ASOCIACIÓN REVISTAS. *Zinet Media Group*. Disponível em: <<http://www.revistasari.es/zinet-media-group/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE. *Legislação*. Informações disponíveis em: <<http://www.abap.com.br/pdfs/03-leis.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

ASSUNÇÃO, Cristiane Q. de S.; ASSIS, Raquel M.; CAMPOS, Regina Helena F. A educação moderna dos corpos infantis: um estudo das representações sociais da infância na revista *Pais & Filhos* (1968-1977). In: LOURENÇO, Érika; ASSIS, Raquel M.; CAMPOS, Regina Helena F. (Orgs.). *História da psicologia e contexto sociocultural: pesquisas contemporâneas, novas abordagens*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012, p. 301-316.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

\_\_\_\_\_. *XY: sobre a identidade masculina*. Tradução Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance*. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini et. al. 5.ed. São Paulo: Hucitec: Annablume, 2010.

BANCO DE TESES DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo: transformação das pessoas em mercadorias*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 185-212.

BETTELHEIM, Bruno. *Uma vida para seu filho*. Tradução Maura Sardinha e Maria Helena Geordane. 16. Reimpressão. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani. *Lourenço Filho e a literatura infantil e juvenil*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

\_\_\_\_\_; SILVA, Elaine Aparecida Rodrigues da; FREITAS, Lucinéia Silva de. A questão da faixa etária na literatura infantil. In: *Anais do Sciencult*, v.1, n.1, Paranaíba, 2006, p. 68-73. Disponível em: <<https://anaisonline.uems.br/index.php/sciencult/article/viewFile/3313/3286>>. Acesso em 06 dez. 2018.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. *Catálogo online*. Disponível em: <<http://catalogo.bnportugal.pt/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE. *Catálogo Online*. Disponível em: <<http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb343804722>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

BICCAS, Maurilane de Souza. Roger Chartier: contribuições para a história da educação. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Orgs). *Pensadores sociais e História da Educação II*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, p. 269-296.

BLOCH, Arnaldo. *Os irmãos Karamabloch*. Ascensão e queda de um império familiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor 2001.

BONADIO, Maria Claudia. *Moda e publicidade no Brasil nos anos 1960*. 1. ed. São Paulo: nVersos, 2014, p. 18. Disponível em: <[https://issuu.com/nversoseditora/docs/moda\\_cap\\_1](https://issuu.com/nversoseditora/docs/moda_cap_1)>. Acesso em: 13 jun. 2018.

BORBA, Angela Meyer. A brincadeira como experiência de cultura. In: CORSINO, Patrícia (Org.). *Educação infantil: cotidiano e políticas*. Campinas, SP: Autores Associados, 2012, p. 65-74.

BRASIL. *Lei n. 8.069*, de 13 de julho de 1990: Estatuto da Criança e do Adolescente. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)>. Acesso em: 02 jul. 2018.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 02 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. *Legislação e normas da educação pré-escolar*. Brasília, 1979. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002418.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.

\_\_\_\_\_. *Lei n. 5.859*, de 11 de dezembro de 1972. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/1970-1979/L5829.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L5829.htm)>. Acesso em: 03 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. *Decreto n. 69.514*, de 9 de novembro de 1971. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69514-9-novembro-1971-417915-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação e Cultura. *LDB - Lei n. 5692/71*, de 11 de agosto de 1971. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. *Lei n. 4.121*, de 27 de agosto 1962: Estatuto da Mulher Casada. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4121.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4121.htm)>. Acesso em: 15 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação e Cultura. *LDB - Lei n. 4024/61*, de 20 de dezembro de 1961. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. *Decreto-Lei n. 5.452*, de 1º de maio de 1943: Consolidação das Leis do Trabalho. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/De15452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De15452.htm)>. Acesso em: 02 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. *Lei n. 3.071*, de 1º de janeiro de 1916: Código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071impressao.htm)>. Acesso em: 15 maio 2018.

BRITES, Olga. Infância, higiene e saúde na propaganda (usos e abusos nos anos 30 a 50). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 20, n. 39, 2000, p. 249-278. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v20n39/2989.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

BROUGÈRE, Gilles. A criança e a cultura lúdica. In: *Revista Faculdade de Educação*, São Paulo, v.24, n.2, jul./dez. 1998, p. 103-116. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-25551998000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000200007)>. Acesso em: 04 dez. 2017.

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa feminina*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BUJES, Maria Isabel. Crianças e brinquedo: Feitos um para o outro? In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.) *Estudos Culturais em Educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

BURKE, Peter. Conceitos centrais. In: *História e teoria social*. São Paulo: Ed. UNESP. 2. Ed. 2012, p. 75-174.

BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CÂMARA, Sônia. A arte de educar e prevenir crianças: as Conferências de Higiene Infantil do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1901-1907). In: *Pesquisa(s) em história da educação e da infância: Conexões entre ciência e história*. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2014, p. 70-98.

\_\_\_\_\_. Por uma Ação Preventiva da Infância: as Conferências de Higiene Infantil do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1901 a 1907). In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH*. Natal, RN, jul. 2013. Disponível em: <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370987137\\_ARQUIVO\\_copiaenviadaANPUH.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370987137_ARQUIVO_copiaenviadaANPUH.pdf)>. Acesso em: 27 abr. 2018.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora UNESP (FEU), 1999.

CAMPOS, Maria Malta; FERREIRA, Isabel Mendes; ROSEMBERG, Fúlvia. *Creches e pré-escolas no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

\_\_\_\_\_; ROSEMBERG, Fúlvia. *Creches e pré-escolas no Hemisfério Norte*. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. História da Psicologia e História da Educação – conexões. In: FONSECA, Thais Nívia de Lima; VEIGA, Cynthia Greive. *História e Historiografia da Educação no Brasil*. 1. ed. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CARVALHO, Marília Pinto de; FILHO, Luciano Mendes de Faria. Apresentação Dossiê Educação e Masculinidades. *Cad. Pagu* (34), janeiro-junho de 2010, p. 9-15. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n34/a02n34.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

CASPARD, Pierre; CASPARD-KARYDIS, Pénélope; CHAMBON, André. *La Presse d'éducation et d'enseignement*. XVIIIe siècle 1940. Répertoire analytique. 4vol. Paris: INRP/CNRS, 1986.

CASPARD-KARYDIS, Pénélope. *La Presse d'éducation et d'enseignement*. 1941-1990. Répertoire analytique. 4 vol. Paris: INRP, 2000.

CASTRO E SOUZA, Marina; PÉREZ, Beatriz Corsino. Políticas para crianças de 0 a 3 anos: concepções e disputas. In: *Revista Contemporânea de Educação*, vol. 12, n. 24, maio/ago. 2017, p. 285-302. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/4170/pdf>>. Acesso em: 05 out. 2017.

CASTRO, Lúcia Rabello (Org.). *Infância e adolescência na cultura do consumo*. Rio de Janeiro: Editora Nau, 1998.

CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.) *Educação em revista: a imprensa pedagógica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO. *Biografia Pedro Secondi*. <[http://www.cdpb.org.br/dic\\_bio\\_bibliografico\\_secondi.html](http://www.cdpb.org.br/dic_bio_bibliografico_secondi.html)>. Acessado em 05 abr. 2018.

CENTRO EDUCACIONAL ANÍSIO TEIXEIRA. *Quem somos*. Disponível em: <<https://www.ceat.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; São Paulo: Bertrand Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. Tradução Sheila Schvarzman. In: *Cad. Pagu* (4), 1995, p. 37-47. Disponível: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1761/1816>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. *A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun*. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. In: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. *Origens culturais da Revolução Francesa*. Tradução George Schlesinger. São Paulo: Editora UNESP, 2009.



CHARTIER, Roger. (Org.). *Práticas de leitura*. Tradução de Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: DE LUCA, Tânia Regina; MARTINS, Ana Luiza; *História da imprensa no Brasil*. Editora Contexto, 2010.

COLÉGIO CONSTRUCTOR SUI. *Institucional*. Disponível em: <<http://hpm.com.br/inst.htm>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

COLÉGIO ELIEZER MAX. *Princípios e objetivos*. Disponível em: <<http://www.eliezermax.com.br/a-escola/principios-e-objetivos/>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

CONAR. *Institucional*. Disponível em: <<http://www.conar.org.br/>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. In: *Educação & Realidade*. 20 (2), jul./dez. 1995, p. 185-206. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71725/40671>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

CORREIO DA MANHÃ, 30 ago. 1971, suplemento.

\_\_\_\_\_, 8 out. 1971, p. 6.

CORSINO, Patrícia (Org.). *Educação infantil: cotidiano e políticas*. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

\_\_\_\_\_. Infância e literatura: entre conceitos, palavras e imagens. In: SILVA, Márcia Cabral da; BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani (Orgs.). *Literatura, leitura e educação*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017, p. 207-320.

COSTA, Aline Santos. *A Comissão Nacional de Literatura Infantil e a formação do público leitor infante-juvenil no Governo Vargas (1936 – 1938)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

CRUZ, Domingo Gonzalez. *A história de Maria Mazzetti*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

CUNHA, Cecília. Uma escritora feminista: fragmentos de uma vida: Homenagem a Heloneida Studart. In: *Estud. Fem.* vol.16, n.1, Florianópolis, jan./abr. 2008, p. 271-276. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000100028/5535>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

CUNHA, Maria Teresa Santos; SANTOS, Márcia Regina dos. Preceitos para bem viver: um estudo sobre manuais de civilidade e etiqueta na década de 1950. In: *Comunicações Piracicaba* v. 24 n. 3 set./dez. 2017, p. 191-211. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/3615>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Folhas voláteis, papéis manuscritos: o Pelotão de Saúde no jornal infantil *Pétalas* (Colégio Coração de Jesus - Florianópolis/SC, 1945-1952). In: *Hist. Educ.* (Online), Porto Alegre v. 17 n. 40 Maio/ago. 2013, p. 251-266. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/heduc/v17n40/v17n40a12.pdf>> Acesso em: 02 ago. 2018.

DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 199-246.

DE LUCA, Tânia Regina; MARTINS, Ana Luiza. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

\_\_\_\_\_. *História do amor no Brasil*. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

DELGADO, Ana Cristina Coll; MÜLLER, Fernanda. Sociologia da infância: pesquisa com crianças. In: *Educ. Soc.*, v.26, n. 91, Campinas, maio/ago. 2005, p. 351-360. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a02v2691.pdf>> Acesso em: 08 jun. 2018.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. *Termo Insight*. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/insight/>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

DINIZ, Debora. Três gerações de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2018, p. 313-332.

DONZELOT, Jacques. *A Polícia das Famílias*. Tradução de M. T. da Costa Albuquerque. Edições Graal, 1980.

EDITORA ÁTICA SCIPIONE. *Biografia Fernanda Lopes de Almeida*. Disponível em: <<http://sites.aticascipione.com.br/autores/fernandalopesdealmeida/bio.html>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

ELIAS, Norbert. A civilização dos pais. In: *Revista Sociedade e Estado*, v. 27, n. 3 – set./dez. 2012, p. 469-493. Disponível em: <<http://www.periodicos.unb.br/index.php/estado/article/view/17930/12793>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. *O processo civilizador: Uma História dos Costumes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

\_\_\_\_\_. *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Tradução da versão inglesa Ruy Jungmann; revisão, apresentação e notas Renato Janine. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

ELKA. *História*. Disponível em: <<https://www.elka.com.br/content/4-a-elka>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

ESCOLA A CHAVE DO TAMANHO. *Institucional*. Disponível em: <<http://www.jeanpiaget.com.br/>> Acesso em: 02 jul. 2018.

ESCOLA PARQUE. *Institucional*. Disponível em: <<https://www.escolaparque.g12.br/escola/>> Acesso em: 02 jul. 2018.

ESTRELA. *Nossa história*. Disponível em: <<https://www.estrela.com.br/institucional/nossa-historia>>. Acesso em: 11 out. 2017.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações* (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

\_\_\_\_\_.; CRUZ E ZICA, Matheus da. Masculinidades e experiências masculinas em Bernardo Guimarães. In: *Cad. Pagu* (34), janeiro-junho de 2010, 179-208. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n34/a08n34.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE PSICANÁLISE. *Biografia Donald Woods Winnicott*. Disponível em: <<http://febrapsi.org.br/biografias/donald-woods-winnicott/>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. O impresso e a circulação de saberes pedagógicos: apontamentos sobre a imprensa pedagógica na história da educação. In: MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello; XAVIER, Libânia Nacif (Orgs.). *Impressos e história da educação: usos e destinos*. Rio de Janeiro: 7letras, 2008, p. 15-29.

FERNANDES, Célia Regina Delácio. *Leitura, literatura infanto-juvenil e educação*. Londrina: EDUEL, 2007.

FINCO, Daniela; GOBBI, Marcia Aparecida; DE FARIA, Ana Lúcia Goulart (Orgs.). *Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora*. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica; Associação de Leitura do Brasil – ALB; São Paulo: Fundação Carlos Chagas - FCC, 2015.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 19ª edição, 2009.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 20. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

\_\_\_\_\_. O que é um autor. In: *Ditos e Escritos Vol. III*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001a.

\_\_\_\_\_. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001b.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5. ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista em revistas femininas* (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1997.

FREITAS, Marcos Cezar de. História da infância no pensamento social brasileiro ou, fugindo de Gilberto Freyre pelas mãos de Mário de Andrade. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.) *História Social da Infância no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 251-268.

\_\_\_\_\_; BICCAS, Maurilane de Souza. *História Social da Educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009.

FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. VII. Edição Standard brasileira. Traduzido do alemão e do inglês sob a direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006a.

\_\_\_\_\_. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XIX. Edição Standard brasileira. Traduzido do alemão e do inglês sob a direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006b.

FRIEDAN, Betty. *A Mística Feminina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1971.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea Do Brasil. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>. Acesso em: 24 abr. de 2017.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO LIVRO INFANTIL E JUVENIL. *O que é a FNLIJ*. Disponível em: <<http://www.fnlij.org.br/site/o-que-e-a-fnlij.html>>. Acesso em: 20 fev. 2017.  
GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: ARIÈS, Philippe, CHARTIER, Roger (Orgs.). *História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes*. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 311-330.

GIACOMINI, Sonia Maria. A conversão da mulher me mãe: uma leitura do “A Mãe de Família”. In: *Rev. Bras. Est. Pop.*, Campinas, v. 2, n. 2, jul./dez.1985, p. 71-98. Disponível em: <[https://www.rebep.org.br/revista/article/view/620/pdf\\_592](https://www.rebep.org.br/revista/article/view/620/pdf_592)>. Acesso em: 13 jun. 2018.

GOMES, Angela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GONÇALVES, Alana S.; ALMEIDA, Barbara T. P. de; OLIVEIRA, Jéssica D. L. A comunicação institucional do Governo Militar: A Assessoria Especial de Relações Públicas e a Revista Manchete. In: *Intercom*. Londrina: PR, 26 a 28 maio 2011. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2011/resumos/R25-0835-1.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

GONDRA, José Gonçalves. *Artes de Civilizar*. Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GONDRA, José Gonçalves. (Org.). *História, Infância e Escolarização*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de. A escrita da história da infância: periodização e fontes. In: SARMENTO, Manuel, GOUVEA, Maria Cristina Soares de. *Estudos da infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 97-118.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares; GERKEN, Carlos Henrique Souza. *Desenvolvimento humano: história, conceitos e polêmicas*. São Paulo: Cortez, 2010.

GROW. *Sobre a empresa*. Disponível em: <<http://www.lojagrow.com.br/sobre>>. Acesso em: 11 out. 2017.

GRUPO DE PESQUISA INFÂNCIA, JUVENTUDE, LEITURA, ESCRITA E EDUCAÇÃO. *Projetos de pesquisa*. Disponível em: <<http://grupeel-uerj.blogspot.com.br/p/projetos-de-pesquisa.html>>. Acesso em: 11 out. 2017.

GRUPO GRUNER+JAHR. Disponível em: <<http://www.guj.de/en/company/chronicle/>>. Acesso em: 16 maio 2018.

GUIMARÃES, Paula Cristina David. *Maria Lacerda de Moura e o “estudo científico da criança patrícia” em Minas Gerais (1908-1925)*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2016.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

\_\_\_\_\_. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org. e Trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

HERSCHMANN, Micael M. e PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (Orgs.). *A invenção do Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HIGONNET, A. Mulheres, imagens e representações. In: PERROT, Michelle; DUBY, Georges. *História das Mulheres no ocidente*. O século XX. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HOCHMAN, Gilberto. Vacinação, varíola e a cultura da imunização no Brasil. In: *Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro: ABRASCO, vol. 16, fascículo 2, 2011, p. 375-86. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n2/v16n2a02>>. Acesso em 06 nov. 2018.

HUNT, Peter. *Crítica, teoria e literatura infantil*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

INSTITUT FRANÇAIS DE L'ÉDUCATION. *Enfant Magazine*. Disponível em: <[http://www.inrp.fr/presse-education/revue.php?ide\\_rev=1079&LIMIT\\_OUVR=0,10](http://www.inrp.fr/presse-education/revue.php?ide_rev=1079&LIMIT_OUVR=0,10)>. Acesso em: 10 jun. 2018.

INSTITUT FRANÇAIS DE L'ÉDUCATION. *Parents Magazine*. Disponível em: <[http://www.inrp.fr/presse-education/revue.php?ide\\_rev=1316&LIMIT\\_OUVR=0,10](http://www.inrp.fr/presse-education/revue.php?ide_rev=1316&LIMIT_OUVR=0,10)>. Acesso em: 10 jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA. *Salário mínimo: valores históricos*. FGVDados. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br>>. Acesso em: 30 maio 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas do Registro Civil 1994*. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc\\_1994\\_v21.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_1994_v21.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. *Tabela 1288: população nos censos demográficos por situação do domicílio*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1288&z=t&o=3&i=P>>. Acesso em: 5 maio 2016.

\_\_\_\_\_. *Taxa de fecundidade total, 1940-2000*. Disponível em: <<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=POP263&t=taxa-fecundidade-total>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. *Anuário Estatístico do Brasil 1989*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 49, 1989. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1989.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1989.pdf)>. Acesso em: 30 maio 2018.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios*. Volume 11, t. 1, 1987. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad\\_1987\\_v11\\_t1\\_br.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_1987_v11_t1_br.pdf)>. Acesso em: 30 maio 2018.

\_\_\_\_\_. *Anuário estatístico do Brasil*. v. 47, 1986, p. 1-706. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1985.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1985.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. *Estatísticas do Registro Civil 1984*. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc\\_1984\\_v11.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_1984_v11.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico Brasil 1980: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade*. Rio de Janeiro: IBGE, 1982-1983. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/72/cd\\_1980\\_v1\\_t4\\_n1\\_br.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/72/cd_1980_v1_t4_n1_br.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. *Anuário estatístico do Brasil 1979*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 40, 1979. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1979.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1979.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. *Estatísticas do Registro Civil 1974*. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc\\_1974\\_v1.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_1974_v1.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico Brasil 1970*. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd\\_1970\\_v1\\_br.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_br.pdf)>. Acesso em: 16 out. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA. *Pesquisas Especiais PE092*. 1969, Arquivo Edgar Leuenroth, IFCH/UNICAMP. Disponível em: <<https://www.ael.ifch.unicamp.br/acervo>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

INSTITUTO DE VERIFICAÇÃO DE CIRCULAÇÃO. *Relatórios auditoriais de Crescer, Manchete, Pais & Filhos*, 2016.

INTERNATIONAL COUNCIL FOR CHILDREN'S PLAY. *History*. Disponível em: <<http://www.iccp-play.org/history.htm>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. *Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero*. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

JOBIM E SILVA, Solange. Re-significando a psicologia do desenvolvimento: uma contribuição crítica à pesquisa da infância In: KRAMER, Sonia e LEITE, Maria Isabel. *Infância: fios e desafios da pesquisa*. 9. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

JOLIBERT, Bernard. *Sigmund Freud*. Tradução: Elaine Teresinha dal Mas Dias. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

JORNAL A MÃI DE FAMÍLIA, n. 1, jan. 1879, p. 3.

JORNAL DO BRASIL, 26 jun. 1968, caderno B, p. 2.

\_\_\_\_\_, 5 jan. 1975, 1º caderno, p. 8.

JORNAL DO COMÉRCIO AMAZONAS, 23 set. 1984, p. 19.

JORNAL PÚBLICO. *Motorpress Lisboa entra em liquidação*. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2017/09/07/sociedade/noticia/motorpress-lisboa-entra-em-liquidacao-1784767>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

KEY, Ellen. Biografia. Disponível em: <<http://www.ellenkey.se/index.php/om-ellen-key>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Brinquedos e brincadeiras na creche e na pré-escola. In: *Salto para o futuro*, Ano XXIII, boletim 12, jun. 2013. Disponível em: <[https://cdnbi.tvescola.org.br/contents/document/publicationsSeries/17220212\\_BrinquedosBrincadeiras.pdf](https://cdnbi.tvescola.org.br/contents/document/publicationsSeries/17220212_BrinquedosBrincadeiras.pdf)>. Acesso em: 19 nov. 2017.

KLEIN, Melanie. *Psicanálise da criança*. 3. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1981.

KRAMER, Sonia. Pesquisando Infância e educação: um encontro com Walter Benjamin. KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel. *Infância: fios e desafios da pesquisa*. 9 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

\_\_\_\_\_. *A política do pré-escolar no Brasil*. A arte do disfarce. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. O papel social da pré-escola. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 58, p. 77-81, ago. 1985. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/782.pdf>>. Acesso em: 05 de nov. 2017.

KROPF, Simone. Verbete Adolfo Bloch. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bloch-adolfo>>. Acesso em: 24 abr. de 2017.

KUHLMANN JR., Moysés. Educando a infância brasileira. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs.) *500 anos de Educação no Brasil*. 5. ed. 2. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 469-496.

\_\_\_\_\_. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 2010.

\_\_\_\_\_; FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações* (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 15-33.

KUPFER, Maria Cristina Machado. *Freud e a educação: o mestre do impossível*. São Paulo: Scipione, 1989.

LAGO, Luís Aranha Correia do. Milagre econômico brasileiro - verbete temático. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

LAJOLO, Marisa. Infância de papel e tinta. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.) *História Social da Infância no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 229-250.

LAQUEUR, Thomas Walter. *Inventando o sexo: o corpo e gênero dos gregos a Freud*. Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro Dumará, 2001.

LASCH, Christopher. A vida no estado terapêutico In: *A mulher e a vida cotidiana: Amor, casamento e feminismo*. Tradução de Heloísa Martins Costa. Rio de Janeiro, 1999.

\_\_\_\_\_. *Refúgio num mundo sem coração*. A família: Santuário ou instituição sitiada? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: *Enciclopédia Einaledi v. 1: Memória-história*. Porto: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985.



LEGO BRASIL. *Lego no Brasil*. Disponível em: <<https://www.legobrasil.com.br/lego-no-brasil>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

LEGO. *About Us*. Disponível em: <[https://www.lego.com/pt-br/aboutus/lego-group/the\\_lego\\_history](https://www.lego.com/pt-br/aboutus/lego-group/the_lego_history)>. Acesso em: 29 jun. 2018.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto. Contrarrevolução, ditadura e democracia no Brasil. In: CALIL, Gilberto Grassi; SILVA, Carla Luciana; SILVA, Marcio Antônio Both da (Orgs.). *Ditaduras e democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)*. Porto Alegre: FCM Editora, 2014, p. 71-86.

\_\_\_\_\_. Regime político pós-64 no Brasil: uma proposta de periodização. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, jul. 2011.

LOPES, Elaine Marta Santos Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Território plural: a pesquisa em história da educação*. 1. ed. São Paulo: Ática, 2010.

LOURO, Guacira Lopes (Org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

\_\_\_\_\_. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MACARINI, José Pedro. A política econômica do Governo Sarney: os Planos Cruzado (1986) e Bresser (1987). In: *Texto para Discussão*. IE/UNICAMP, n. 157, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1787&tp=a>>. Acesso em 13 jul. 2018.

MARCONDES, Pyr; RAMOS, Ricardo. *200 anos de propaganda no Brasil: do reclame ao cyber-anúncio*. São Paulo: Meio e Mensagem, 1995.

MARIANO, Carmem Lúcia Sussel. *Direitos da criança e do adolescente: os marcos legais e a mídia*. Tese (Doutorado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

MARTIN-FUGIER, Anne. Os ritos da vida privada burguesa. In: PERROT, Michelle et al. *História da vida privada 4: Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Tradução Denise Bottman, partes 1 e 2; Bernardo Joffily, parte 3 e 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 176-245.

MARTINS, Ana Luíza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Edusp / Fapesp / Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MELO, Juliana Ferreira de. *Um impresso para mulheres e seus modos de apropriação: a revista Grande Hotel e seus (supostos) leitores (Minas Gerais, 1947-1961)*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

MEMORIA VIVA. *O Cruzeiro*. Disponível em: <<http://www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro/>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

MENDONÇA, Maria Collier de. *Grávidas, mães e a comunicação publicitária: uma análise semiótica das representações da gravidez e maternidade na publicidade contemporânea de mídia impressa*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

MEREDITH CORPORATION. *About Us*. Disponível em: <<http://www.meredith.com/about-us/our-mission>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

MICHELET, André. Classificação de Jogos e Brinquedos: a classificação ICCP. In: FRIEDMANN, Adriana (Org.). *O direito de brincar: A brinquedoteca*. Ed. Scritta: São Paulo, 1992.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Departamento de Atenção Básica. *Estudo Nacional da Despesa Familiar*. Disponível em: <[http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape\\_vigilancia\\_alimentar.php?conteudo=endef](http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_vigilancia_alimentar.php?conteudo=endef)>. Acesso em: 28 abr. 2018.

MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de jornais: o caso da Editora Abril*. 1997. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

MONTEIRO, Juliana Cristina dos Santos; NAKANO, Ana Márcia Spanó; GOMES, Flávia Azevedo. O aleitamento materno enquanto uma prática construída: reflexões acerca da evolução histórica da amamentação e desmame precoce no Brasil. In: *Invest Educ Enferm*. 29(2), 2011, p. 315-321. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/iee/v29n2/v29n2a16.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

MONTESSORI, Maria. *A criança*. Tradução Luiz Horácio da Matta. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia científica*. Tradução de Aury Azélio Brunetti. São Paulo: Editora Flamboyant, 1965.

MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: neurose*. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

MOTA, André; BARBIERI, Carolina Luísa Alves; COUTO, Márcia Thereza. As vacinas e as doenças infectocontagiosas infantis: explorando a relação indivíduo-família-sociedade numa perspectiva sócio histórica. In: MOTA, André; MARINHO, Maria Gabriela S. M. C.; BERTOLLI FILHO, Cláudio (Orgs.). *As enfermidades e suas metáforas: epidemias, vacinação e produção de conhecimento*. São Paulo: USP, Faculdade de Medicina; Universidade Federal do ABC; Casa de Soluções e Editora, 2015, p. 189-205.

MOTT, Frank Luther. *A History of American Magazines*. Volume II: 1850-1865. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1938.

MUNARI, Alberto. *Jean Piaget*. Tradução e organização: Daniele Saheb. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

- MUNDO DAS MARCAS. História Johnson e Johnson. Disponível em: <<http://mundodasmarcas.blogspot.com.br/2010/08/johnsons-baby.html>>. Acesso em: 11 abr. 2016.
- NAHES, Semiramis. *Revista Fon-Fon: a imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Arte e Ciência, 2007.
- NARCIZO, Rodrigo Mota. *Ministro de Deus, portador da luz: ações e discursos católicos de modelação docente na década de 1930*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- NAZARETH, Leila. *Discursos sobre a creche na revista Pais & Filhos: análise da ideologia*. Tese (Doutorado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- NEILL, Alexander S. *Liberdade sem medo*. 9. ed. São Paulo: IBRASA, 1970.
- NESTLÉ. História. Disponível em: <<https://www.nestle.com.br/site/anestle/historia.aspx>>. Acesso em: 13 dez. 2016.
- NÓVOA, António. A imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório português. IN: CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.) *Educação em revista: a imprensa pedagógica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.
- O CRUZEIRO, n. 16, 15 abr. 1980, p. 13.
- O GLOBO. Obituário de Roberto Barreira. 07 nov. 2002, Rio, p. 18.
- OBERLAENDER, Ricardo. *História da propaganda no Brasil*. Rio de Janeiro: Shogun, 1984.
- OLIVEIRA, Marcella Pereira de. Melanie Klein e as fantasias inconscientes. In: *Winnicott e-prints*, São Paulo, v. 2, n. 2, 2007. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-432X2007000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-432X2007000200005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 27 jul. 2017.
- OLIVEIRA, Martha Kohl de. *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico*. 4. ed. São Paulo: Scipione, 2003.
- OLIVEIRA, Zilma Ramos de. *Educação infantil: fundamentos e métodos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- PAIVA, Tamires Farias de. *Noções para persuadir e educar: Os discursos médico-higiênicos na formação e ofício do professorado primário (1914-1928)*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa pedagógica como uma empresa educativa no século XIX. In: *Cadernos de Pesquisa*, n. 104, jul. 1998, p. 144-161. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/723/737>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

PAULO LINS E SILVA ADVOGADOS. Biografia. Disponível em:  
<<https://www.linsesilva.com.br/advogados>>. Acesso em 03 set. 2018.

PEREIRA, Rita Marisa Ribes. Tudo ao mesmo tempo agora: considerações sobre a infância no presente. In: In: GONDRA, José Gonçalves. (Org.) *História, Infância e Escolarização*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002, p. 152-167.

PERROT, Michelle. Funções da família. In: PERROT, Michelle et al. *História da vida privada 4: Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Tradução Denise Bottman, partes 1 e 2; Bernardo Joffily, parte 3 e 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 105-120.

PIAGET, Jean. *Psicologia e pedagogia*. Tradução de Dirceu Accioly Lindoso e Rosa Maria Ribeiro da Silva; Revisão de Paulo Guimarães do Couto. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

\_\_\_\_\_. *A Equilibração das Estruturas Cognitivas*. Problema central do desenvolvimento. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

\_\_\_\_\_. *Seis estudos de psicologia*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1969.

\_\_\_\_\_. *O Raciocínio na Criança*. Trad. Valerie Rumjanek Chaves. Rio de Janeiro: Record, 1967.

PIERANTI, Octavio Penna. Políticas para a mídia: dos militares ao governo Lula. In: *Lua Nova*, São Paulo n. 68, 2006, p. 91-121. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/ln/n68/a04n68.pdf>>. Acesso 14 mar. 2017.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2018.

PINTO, Mariane Sousa. *Era uma vez em tempos de chumbo: uma análise de cinco livros premiados pela FNLIJ durante a ditadura militar brasileira (1975-1980)*. Monografia de Final de Graduação em Pedagogia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2018.

PIRES, Monique Vidal. *Mulheres em profusão: imagens das mulheres na propaganda impressa brasileira (1957-1997)*. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

PORTAL ESCRITAS. Biografia Walmir Ayala. Cf.: <<http://www.escritas.org/pt/bio/walmir-ayala>>. Acesso em: 03 ago. 2017.

PORTAL FISIOTERAPIA. *História da Shantala no Brasil*. Disponível em:  
<<http://fisioterapia.com/a-historia-da-shantala>>. Acesso em: 30 maio 2018.

PORTAL PSICOATIVO. *Complexo de Electra*. Disponível em:  
<<http://psicoativo.com/2016/06/complexo-de-electra-na-psicanalise-de-freud.html>>. Acesso em: 03 out. 2017.

PORTO, Cristina Laclette. Brincadeira ou atividade lúdica? In: *Salto para o futuro*. Jogos e brincadeiras: desafios e descobertas. Ano XVIII, boletim 07, maio 2008. Disponível em:

<<https://cdnbi.tvescola.org.br/contents/document/publicationsSeries/165801Jogos.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

POSTMAN, Neil. *O desaparecimento da infância*. Tradução de Suzana Menescal de Alencar Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia, 2012.

PRADO, Danda. *O que é família*. Coleção primeiros passos. Editora Brasiliense, 1985.

PREFEITURA DA CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO. *Biografia Jacob Renato Woiski*. Disponível em: <<https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/ssaudef/rede/central/i16joaor-biografia.php>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

RAPPAPORT, Clara Regina; FIORI, Wagner Rocha; DAVIS, Cláudia. *Psicologia do desenvolvimento*. Volume 1: conceitos fundamentais. São Paulo: Ed. EPU, 1981.

REA, Marina Ferreira. Substitutos do leite materno: passado e presente. In: *Rev. Saúde Públ.*, São Paulo, v. 24 (3), 1990, p. 241-249. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v24n3/11.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

REGO, Teresa Cristina. *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural de educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REVISTA ELTERN. Disponível em: <<http://www.eltern.de/familie-urlaub/familienleben/50-jahre-eltern/die-schoensten-artikel-aus-50-jahren-0>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

REVISTA PAIS & FILHOS PORTUGAL. Disponível em: <<http://www.paisefilhos.pt>>. Acesso em: 15 maio 2016.

REVISTA PARENTS (EUA). Disponível em: <[www.parents.com](http://www.parents.com)>. Acesso em: 14 jun. 2018.

REVISTA PARENTS (FRANÇA). Disponível em: <[www.parents.fr](http://www.parents.fr)>. Acesso em: 14 jun. 2018.

REVISTA SER PADRES. Disponível em: <<http://serpadres.com/quienes-somos/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

ROGOFF, Barbara. *A natureza cultural do desenvolvimento humano*. Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Armed, 2005.

ROSEMBERG, Fúlvia. A educação pré-escolar brasileira durante os governos militares. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 82, 1992, p. 21-30. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/910.pdf>>. Acesso em: 05 de nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Expansão da educação infantil e processo de exclusão. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 107, jul. 1999, p. 7-40. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n107/n107a01.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. *Dicionário de Psicanálise*. Tradução Vera Ribeiro, Lucy Magalhães. Supervisão da edição brasileira Marco Antonio Coutinho Jorge. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. *A família em desordem*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

SALEM, Tânia. Do Centro D. Vital à Universidade Católica. In: SCHWARTZMAN, Simon (Org.). *Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*. Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982, p. 97-134.

SAMARA, Eni de Mesquita. O que mudou na família brasileira? (Da Colônia à Atualidade). In: *Psicol. USP*, v. 13, n. 2, 2002, p. 27-48. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65642002000200004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642002000200004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 15 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. A História da Família no Brasil. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, n. 17, set. 1988/fev. 1989, p. 07-35. Disponível em: <[https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=3834](https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3834)>. Acesso em: 15 nov. 2017.

SANTOS, Cláudia Amaral dos. *A invenção da infância generificada: a pedagogia da mídia impressa constituindo as identidades de gênero*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SANTOS, Liana Pereira Borba dos Santos. Entre documentos e representações: reflexões sobre a operação historiográfica na revista *Pais & Filhos*. In: *Revista de História e Historiografia da Educação*, v. 1, 2017, p.117-135. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rhhe/article/view/44933/30112>> Acesso em: 29 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. *Mulheres e revistas: a dimensão educativa dos periódicos femininos Jornal das Moças, Querida e Vida Doméstica nos anos 1950*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SARMENTO, Manuel. Sociologia da infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, Manuel, GOUVEA, Maria Cristina Soares de. *Estudos da infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 17-39.

\_\_\_\_\_. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. In: *Educ. Soc.*, Campinas, v. 26, n.91, maio/ago., 2005, p. 361-378. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=0101-733020050002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101-733020050002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 08 jun. 2018.

SCHLOSSMAN, Steven. Perils of Popularization: The Founding of “Parents” Magazine. In: *Monographs of the Society for Research in Child Development*. v. 50, n. 4/5, History and Research in Child Development. 1985, p. 65-77.

SCHNEIDER, Eliezer. *A psicologia é uma ciência que ajuda a entender a história e o homem atuante*. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v2n1/artigos/Em%20memoria.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

SCHOR, Juliet B. *Nascidos para comprar: uma leitura essencial para orientarmos nossas crianças na era do consumismo*. Tradução Eloisa Helena de Cabral. São Paulo: Editora Gente, 2009.

SCHWENGBER, Maria Simone Vione. *Donas de si?: a educação de corpos grávidos no contexto da Pais & Filhos*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2006.

SCOTT, Ana Silvia. O Caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2018, p. 15-42.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. 1995. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen\\_categoria.html](http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html)>. Acesso em: 18 fev. 2017.

SECRETARIADO NACIONAL DA PASTORAL DA CULTURA. *Concílio Vaticano II*. Disponível em: <[http://www.snpcultura.org/concilio\\_vaticano\\_ii\\_origem\\_e\\_documentos.html](http://www.snpcultura.org/concilio_vaticano_ii_origem_e_documentos.html)>. Acesso em: 06 abr. 2018.

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SGARBI, Antonio D. *Igreja, educação e modernidade na década de 30: escolanovismo católico: construído na CCBE, divulgado pela Revista Brasileira de Pedagogia*. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

SILVA, Isabel de Oliveira e. Educação Infantil no Brasil. In: *Pensar a Educação em Revista*, Curitiba/Belo Horizonte, v. 2, n. 1, jan./mar., 2016, p. 03-33. Disponível em: <[http://pensaraeducacaoemrevista.com.br/wp-content/uploads/sites/4/2017/04/vol\\_2\\_no\\_1\\_Isabel\\_Oliveira.pdf](http://pensaraeducacaoemrevista.com.br/wp-content/uploads/sites/4/2017/04/vol_2_no_1_Isabel_Oliveira.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2017.

SILVA, Luciandra Gonçalves da. “*Sob o símbolo da cruz*”: questão social, família e educação nas relações entre Estado e Igreja no Brasil (1930-1945); Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Márcia Cabral da. *Infância e Literatura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

SILVA, Márcia Cabral da. *Uma história da formação do leitor no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

SISTEMA PUERI DOMUS. *Quem somos*. Disponível em: <<http://www.sistemapueridomus.com.br/quem-somos.html>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

SIQUEIRA, Carla; MURILO, Tatiana. Verbete Manchete. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manchete>>. Acesso em: 24 abr. de 2016.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Celina (Orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SOARES, Magda. Língua escrita, sociedade e cultura. Relações, dimensões e perspectivas. In: *Revista Brasileira de Educação*. n. 0, set./out./nov./dez., 1995, p. 5-16. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n00/n00a02.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

SOPHIA BIBLIOTECA. *Base de dados online da Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em: <[http://acervo.bn.br/sophia\\_web/index.html](http://acervo.bn.br/sophia_web/index.html)>. Acesso em: 27 maio 2016.

SOUZA, Cristiane Queiroz de. *Belos, sádios e normais: as representações sociais dos corpos infantis modernos na revista Pais & Filhos (1968-1977)*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SOUZA, Neuza Fonseca de. *A Vida do Bebê: ensinando a ciência de ser mãe*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

STEINBERG, Shirley R., KINCHELOE, Joe L. *Cultura infantil: a construção corporativa da infância*. Tradução de George Eduardo Japiassú Bricio. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

STUDART, Heloneida. *Heloneida Studart* (depoimento, 1999). Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2003. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista47.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

SUMMERHILL SCHOOL. Disponível em: <<http://www.summerhillschool.co.uk/>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

THIBAUT-LAULAN, Anne-Marie. *Imagem e comunicação*. São Paulo: Melhoramentos, 1972.

TASMERÃO, Aline Silveira. *Abra o seu coração: a dimensão educativa do correio sentimental de Flan - o jornal da semana (1953)*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

TOP 100 U.S. MAGAZINES BY CIRCULATION. Disponível em: <<http://www.psaresearch.com/images/TOPMAGAZINES.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.



TRINDADE, Regina. *Biografia de Melanie Klein*. Disponível em <<http://febrapsi.org.br/biografias/melanie-klein/>>. Acesso 05 dez. 2016.

UNI MEDIAS. *About Uni Editions*. Disponível em: <<http://www.uni-editions.com/les-editions/#about-uni-editions>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. *Biografia Alexander Neill*. <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/AlexxSNe.html>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. *Biografia Bruno Bettelheim*. Disponível em: Cf. <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/BrunoBet.html>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. Infância e Psicologia: Marcos teóricos da compreensão do desenvolvimento da criança pequena. In: SARMENTO, Manuel, GOUVEA, Maria Cristina Soares de (Orgs.). *Estudos da infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 62-81.

VASCONCELOS, Mário Sérgio. *A Difusão das Ideais de Piaget no Brasil*. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 1996.

VEIGA, Cynthia Greive; GOUVEA, Maria Cristina Soares. Comemorar a infância, celebrar qual criança? Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.26, n.1, jan./jun. 2000, p.135-160. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v26n1/a10v26n1.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2017.

VIDAL, Diana Gonçalves. Michel de Certeau e a difícil arte de fazer história das práticas. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). *Pensadores sociais e História da Educação I*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. A medicalização do Corpo Feminino. In: GIFFIN, Karen; COSTA, Sarah Hawke (Orgs.). *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

VIEIRA, Fátima; LINO, Dalila. As contribuições da Teoria de Piaget para a pedagogia da infância. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; KISHIMOTO, Tizuko Morchida; PINAZZA, Mônica Apezato (Orgs.). *Pedagogias(s) da infância: dialogando com o passado: construindo o futuro*. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 198-218.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. Tradução José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, Lev Semenovich, *Mind in Society*. Massachusetts: Harvard University Press, 1978.

VICENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. In: *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 33, jun./2001, p. 7-46. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n33/n33a02.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

VOLPI, Alexandre. *A história do consumo do Brasil: do mercantilismo à era do foco no cliente*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

WARDE, Mirian Jorge. Para uma história disciplinar: psicologia, criança e pedagogia. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.) *História Social da Infância no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 311-334.

WEIDUSCHADT, Patricia. *A revista “O Pequeno Luterano” e a formação educativa religiosa luterana no contexto pomerano em Pelotas - RS (1931-1966)*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo, 2012.

WIKIPEDIA. *Biografia de Frédérick Leboyer*. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Frederick\\_Leboyer](https://pt.wikipedia.org/wiki/Frederick_Leboyer)>. Acesso em: 13 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. *Bloch Editores*. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Bloch\\_Editores](https://pt.wikipedia.org/wiki/Bloch_Editores)>. Acesso em: 24 abr. de 2016.

\_\_\_\_\_. *Ediouro*. Disponível: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Ediouro\\_Publica%C3%A7%C3%B5es](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ediouro_Publica%C3%A7%C3%B5es)>. Acesso em: 31 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. *Filme fotográfico*. Disponível: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Filme\\_fotogr%C3%A1fico](https://pt.wikipedia.org/wiki/Filme_fotogr%C3%A1fico)>. Acesso em: 18 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. *Kodak*. <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Kodak>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

WINNICOTT, Donald W. *O Brincar e a realidade*. Tradução de José Octávio de Aguiar Abreu e Vanede Nobre. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975.

ZABALZA, Miguel. *Qualidade na Educação Infantil*. Artmed: Porto Alegre, 1998.

### Fontes Documentais

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 1, n. 1, set. 1968, 132 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 1, n. 4, dez. 1968, 132 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 1, n. 5, jan. 1969, 132 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 2, n. 1, set. 1969, 174 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 2, n. 5, jan. 1970, 164 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 3, n. 1, set. 1970, 180 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 3, n. 5, jan. 1971, 164 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 3, n. 8, abr. 1971, 164 p.

- REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 4, n. 1, set. 1971, 148 p.
- REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 4, n. 5, jan. 1972, 132 p.
- REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 5, n. 2, out. 1972, 132 p.
- REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 5, n. 5, jan. 1973, 100 p.
- REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 6, n. 3, nov. 1973, 116 p.
- REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 6, n. 4, dez. 1973, 116 p.
- REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 6, n. 5, jan. 1974, 98 p.
- REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 6, n. 8, abr. 1974, 116 p.
- REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 6, n. 12, ago. 1974, 132 p.
- REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 7, n. 7, mar. 1975, 116 p.
- REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 7, n. 11, jul. 1975, 116 p.
- REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 7, n. 12, ago. 1975, 116 p.
- REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 8, n. 1, set. 1975, 116 p.
- REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 8, n. 3, nov. 1975, 116 p.
- REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 8, n. 4, dez. 1975, 116 p.
- REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 8, n. 5, jan. 1976, 116 p.
- REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 9, n. 1, set. 1976, 116 p.
- REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 9, n. 2, out. 1976, 116 p.
- REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 9, n. 6, fev. 1977, 116 p.
- REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 10, n. 4, dez. 1977, 132 p.
- REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 10, n. 7, mar. 1978, 116 p.
- REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 10, n. 12, ago. 1978, 132 p.
- REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 11, n. 5, jan. 1979, 116 p.
- REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 11, n. 12, ago. 1979, 116 p.
- REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 12, n. 5, jan. 1980, 116 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 13, n. 2, out. 1980, 116 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 13, n. 5, jan. 1981, 124 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 13, n. 6, fev. 1981, 124 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 13, n. 12, ago. 1981, 124 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 15, n. 2, out. 1982, 124 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 15, n. 4, dez. 1982, 124 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 15, n. 7, mar. 1983, 124 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 16, n. 2, out. 1983, 140 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 16, n. 4, dez. 1983, 124 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 16, n. 7, mar. 1984, 124 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 16, n. 9, maio 1984, 124 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 16, n. 10, jun. 1984, 124 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 16, n. 11, jul. 1984, 124 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 16, n. 12, ago. 1984, 124 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 17, n. 2, out. 1984, 124 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 17, n. 3, nov. 1984, 124 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 17, n. 7, mar. 1985, 124 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 17, n. 9, maio 1985, 124 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 17, n. 12, ago. 1985, 124 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 18, n. 4, dez. 1985, 124 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 18, n. 5, fev. 1986, 124 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 19, n. 1, set. 1986, 124 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 19, n. 2, out. 1986, 124 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 19, n. 9, maio 1987, 124 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 20, n. 1, set. 1987, 124 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 20, n. 2, out. 1987, 124 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 20, n. 5, jan. 1988, 124 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 20, n. 6, fev. 1988, 124 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 20, n. 7, mar. 1988, 124 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 21, n. 1, set. 1988, 124 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 21, n. 6, fev. 1989, 124 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 21, n. 7, mar. 1989, 124 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 22, n. 1, set. 1989, 142 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 22, n. 2, out. 1989, 124 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 22, n. 4, dez. 1989, 124 p.

REVISTA PAIS & FILHOS. São Paulo: Editora Manchete, ano 40, n. 341, ago. 2008, 140 p.